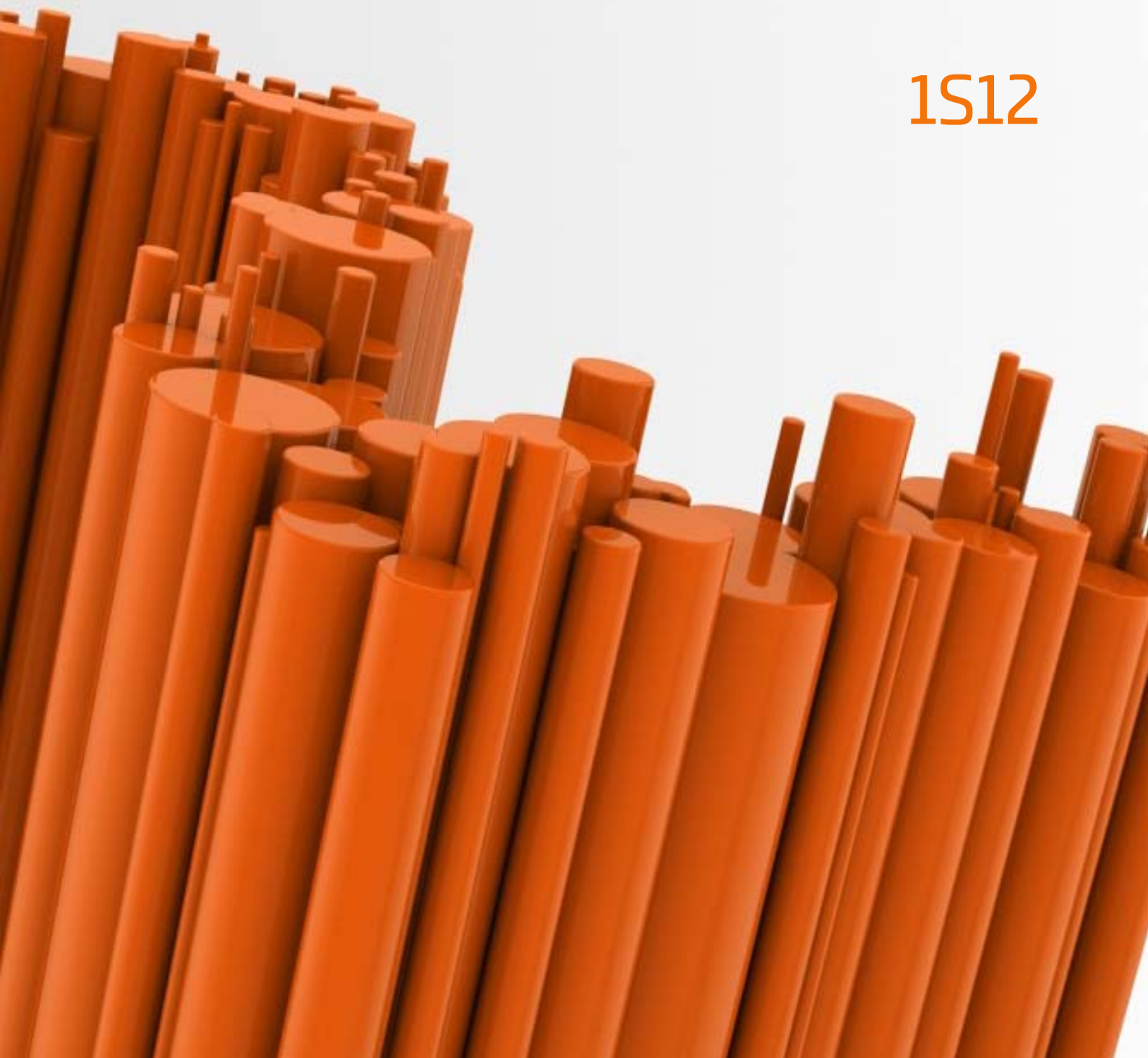


# Relatório e Contas Consolidadas

1S12



**Nota:**

A informação financeira consolidada contida neste reporte é não-auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

## Índice

0. O nosso negócio.....	4
1. Resultados Consolidados.....	5
2. Optimus.....	7
2.1. Negócio Móvel da Optimus.....	7
2.1.1. Indicadores Operacionais.....	7
2.1.2. Indicadores Financeiros.....	8
2.2. Negócio Fixo da Optimus.....	9
2.2.1. Indicadores Operacionais.....	9
2.2.2. Indicadores Financeiros.....	10
3. Software e Sistemas de Informação (SSI) .....	11
3.1. Indicadores Operacionais.....	11
3.2. Indicadores Financeiros.....	12
4. <i>Online e Media</i> .....	13
5. Resultados Individuais da Sonaecom, SGPS.....	14
5.1. Indicadores Operacionais.....	14
5.2. Indicadores Financeiros.....	15
6. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 2T12.....	16
7. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 2T12.....	17
8. Apresentação de Resultado 1S12 - Anexo.....	18
9. Governo da Sociedade.....	21
10. Artigos 447, 448 e Participações Qualificadas.....	22
11. Declaração para os efeitos do Artigo 245º do CVM.....	27
12. Informação Financeira.....	28
12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS.....	28
12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	36
12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS.....	89
12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.....	96

## Destaques

- Receitas Consolidadas de 406,9 milhões de euros
- EBITDA de 124,5 milhões de euros
- EBITDA-CAPEX Operacional de 65,6 milhões de euros
- Resultado Líquido de 38,1 milhões de euros
- FCF alcança 26,7 milhões de euros (excluindo impactos extraordinários)
- Rácio de Dívida Líquida face ao EBITDA de 1,5x

*“O 2T12 foi o décimo sexto trimestre consecutivo com crescimento anual da nossa rentabilidade, evidenciando a consistência do sólido desempenho financeiro da Sonaecom.”*

*“A diferenciação através da prestação de serviços de elevada qualidade é um dos pilares da nossa estratégia. A Optimus, a par de um nível crescente de eficiência, tem sido reconhecida em duas áreas fundamentais: a nossa rede destaca-se em termos de qualidade, quer no 2G, quer no 3G e alcançámos, pelo segundo ano consecutivo, o primeiro prémio de ‘Best in Customer Service – EMEA’.”*

*“Na SSI obtivemos um aumento das receitas e da rentabilidade, impulsionado pelo desempenho da WeDo, com o crescimento em Receitas de Serviços a superar a queda na Venda de Equipamento.”*

Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

## O nosso negócio

No 1S12, as Receitas da Sonaecom beneficiaram do desempenho positivo da área de Software e Sistemas de Informação (SSI), com as Receitas de Serviços do 2T12 a superar a quebra na Venda de Equipamento. A evolução das Receitas Consolidadas, aliada à redução de custos, permitiu-nos aumentar o EBITDA em 6,1%, para 124,5 milhões de euros. Em resultado de um desempenho consistente na geração de *cash*, o FCF, deduzido de efeitos extraordinários, ascendeu a 26,7 milhões de euros, representando um aumento de 21,9% quando comparado com os 21,9 milhões de euros gerados no 1S11. Também o Resultado Líquido evoluiu 19,9% face ao mesmo período, alcançando 38,1 milhões de euros.

Neste semestre, a rentabilidade operacional da Optimus manteve a tendência de crescimento, aumentando 5,0% face ao ano anterior, para 121,9 milhões de euros, fruto das iniciativas de otimização implementadas. Em particular, destacamos a margem EBITDA do negócio Móvel de 45,4% do 2T12, 5,2pp acima do 2T11. Na sequência da implementação da rede 4G, o CAPEX Operacional aumentou 19,5%, para 47,9 milhões de euros.

Na SSI, após a aquisição da *Connectiv Solutions* nos EUA, em abril de 2012, a WeDo Technologies foi já selecionada por um dos maiores operadores móveis locais para fornecimento de serviços de suporte na área de *business assurance*. No 1S12, as Receitas Internacionais da WeDo representaram 69,4% do total de Receitas, aumentando 5,0% face ao 1S11.

Ao longo de 2012, continuaremos a gerir o impacto já visível do atual contexto macro-económico nos níveis de consumo, continuando a reforçar a nossa posição competitiva.

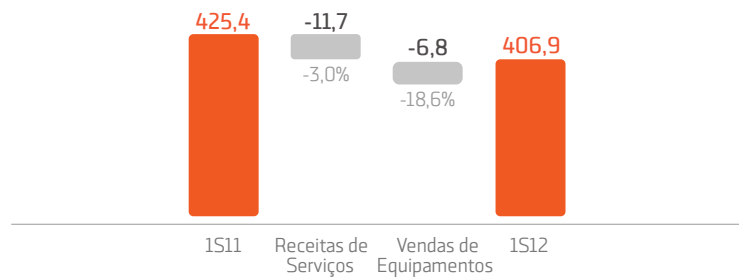
# 1. Resultados Consolidados

## Volume de Negócios

No 1S12, o Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 406,9 milhões de euros, 4,3% abaixo do 1S11, manifestando uma desaceleração face à queda de 6,2% registada no 1T12. Esta melhoria beneficiou de um crescimento do Volume de Negócios da SSI, com a evolução das Receitas de Serviço a superar o declínio das Vendas de Equipamento.

A evolução do Volume de Negócios Consolidado é resultado de uma queda de 3,0% nas Receitas de Serviços e de uma queda de 18,6% nas Vendas de Equipamento.

A evolução negativa ao nível das Receitas de Serviços foi motivada pela queda das Receitas de Serviços da Optimus, devido ao efeito das tarifas reguladas (tarifas de terminação móvel e tarifas de *roaming-in*) e pelo ambiente de austeridade vivido em Portugal. A evolução negativa ao nível das Vendas de Equipamentos é justificada pela divisão da SSI, principalmente devido ao desempenho da Bizdirect, consequência do final do programa e iniciativas e do contexto macroeconómico.



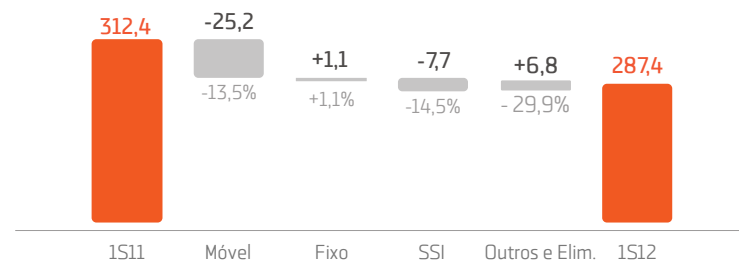
## Custos Operacionais

Os Custos Operacionais diminuíram 8,0% entre o 1S11 e o 1S12, para 287,4 milhões de euros.

Esta redução é justificada pelo plano de otimização implementado nos últimos anos na Optimus e pelo menor Custo das Mercadorias Vendidas, registado na SSI.

Com o plano de otimização em curso na Optimus, a empresa tem vindo a reduzir a sua estrutura de custos, conseguindo, paralelamente, importantes melhorias nos vários indicadores-chave.

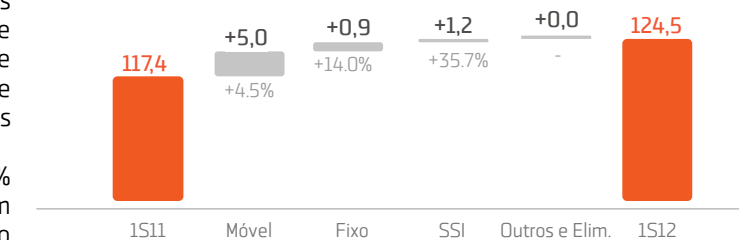
Entre o 1S11 e o 1S12, os Custos Operacionais como percentagem do Volume de Negócios diminuíram 2,9pp.



## EBITDA

O EBITDA Consolidado aumentou 6,1%, para os 124,5 milhões de euros, tendo mais do que compensado a tendência de queda do Volume de Negócios Consolidado, com todas as áreas de negócio a contribuir positivamente entre os dois períodos.

A margem EBITDA aumentou 3,0pp, de 27,6% para 30,6%, sendo de realçar que a margem EBITDA do negócio Móvel atingiu os 45,4% no 2T12.

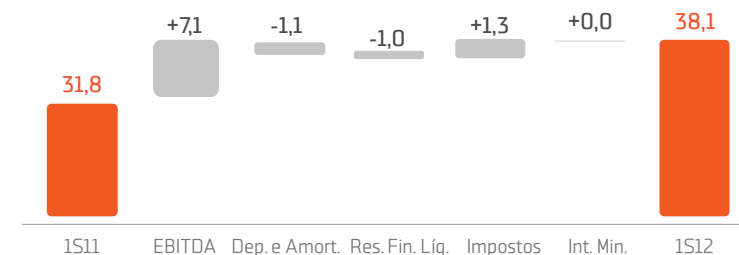


## Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo ascendeu a 38,1 milhões de euros, um aumento de 19,9% quando comparado com o 1S11, em resultado, sobretudo, de uma melhoria do desempenho ao nível do EBITDA.

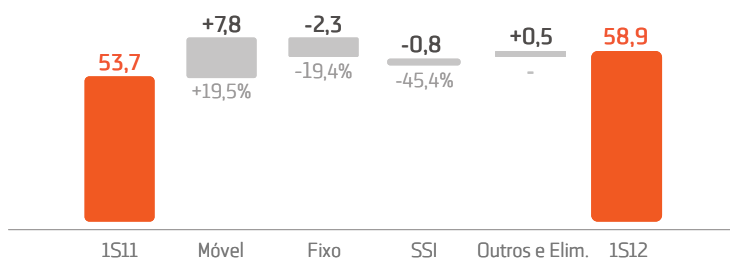
A evolução do Resultado Financeiro Líquido advém de Custos Financeiros mais elevados, consequência de um maior nível médio da dívida líquida e de um maior custo da dívida.

Apesar de os Resultados antes de Impostos serem superiores este semestre, a rubrica de Impostos apresentou um custo de 6,6 milhões de euros no 1S12, face aos 7,9 milhões de euros no 1S11, devido ao reconhecimento adicional de Impostos Diferidos Ativos.



### CAPEX Operacional

Durante o 1S12, o Capex Operacional aumentou 9,7% face ao período homólogo, resultado dos investimentos na rede 4G no negócio Móvel. Adicionalmente, a Optimus continuou a implementar soluções que permitem a redução de custos de *backhaul*, assim como a redução da dependência da infra-estrutura de terceiros. O Capex Operacional como percentagem do Volume de Negócios aumentou 1,9pp face ao período homólogo, para 14,5%, resultado do ciclo de investimentos na rede 4G.

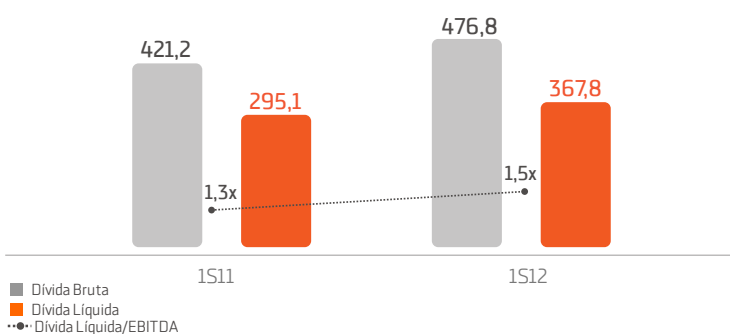


### Estrutura de Capital

A Dívida Líquida Consolidada atingiu os 367,8 milhões de euros, que compara com 295,1 milhões de euros obtidos no 1T12. Esta evolução justifica-se pela distribuição de dividendos de 25,2 milhões de euros compensada pela geração positiva de FCF.

A Dívida Líquida do 1S12 aumentou 24,7% face ao 1S11, impactada sobretudo pelo pagamento de 83,0 milhões de euros relativo à aquisição de espectro. O rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA aumentou de 1,3x para 1,5x no 1S12, consequência de um maior nível de Dívida Líquida, não totalmente compensado pelo desempenho positivo do EBITDA.

No 1S12, as linhas de crédito disponíveis ascenderam a 549,0 milhões de euros, enquanto o custo médio *all-in* da dívida atingiu os 3,25%.



### Free cash flow (FCF)

O FCF atingiu os 72,3 milhões de euros negativos no 1S12, impactado (i) pelo pagamento de 10,0 milhões de euros relativo à operação de securitização; (ii) pelo pagamento de 83,0 milhões de euros, durante o mês de janeiro, relativo à aquisição do espectro; e (iii) por um pagamento de 6,0 milhões de euros, relativo à aquisição da *Connectiv Solutions*, no final de abril de 2012.

Excluindo estes efeitos, o FCF do 1S12 ascendeu a 26,7 milhões de euros positivos, um aumento de 21,9% face aos 21,9 milhões de euros alcançados no 1S11 (excluindo a operação de securitização).

No 2T12, os 8,8 milhões de euros relativos ao pagamento extraordinário de IVA foram recuperados, anulando o impacto negativo registado no 1T12.

## 2. Optimus



- EBITDA da Optimus alcança 121,9 milhões de euros, +5,0% face ao 1S11
- Margem EBITDA do negócio Móvel de 45,4% no 2T12, 5,2pp acima do 2T11
- Receitas de Dados a representar 32,8% das Receitas de Serviços do Móvel

### A experiência do consumidor como elemento estratégico de diferenciação

A Optimus tem vindo a alcançar melhorias significativas em vários indicadores de qualidade da rede e do serviço ao cliente enquanto, em simultâneo, se tem vindo a tornar numa operação mais eficiente.

Numa publicação de maio de 2012, na sequência de uma avaliação efetuada pelo ICP-Anacom aos serviços móveis e à cobertura de rede em Portugal, a Optimus viu reconhecida a liderança das suas redes 2G e 3G nas zonas urbanas.

Também em maio de 2012, pelo terceiro ano consecutivo, o serviço ao cliente da Optimus foi distinguido pela APCC com os prémios da categoria de telecomunicações.

Já em julho de 2012, a equipa de serviço ao cliente da Optimus participou no '2012 World Contact Center Award', alcançando pelo segundo ano consecutivo o primeiro prémio na categoria de 'Best in Customer Service – EMEA', a mais relevante e abrangente de todas as categorias a concurso, naquele que é tido como o mais importante prémio internacional nesta área.

### 2.1. Negócio Móvel da Optimus

No 2T12, tal como antecipado, a diminuição das Receitas de Clientes da Optimus acelerou, em resultado do impacto das medidas de austeridade em Portugal. Apesar desta pressão, a margem EBITDA ascendeu a 43,8%, beneficiando com as eficiências alcançadas com o plano de otimização em curso. Este indicador, para além de constituir uma das margens mais altas entre os terceiros operadores Europeus, aproxima a Optimus da sua concorrência direta.

#### 2.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
Clientes (EoP) ('000)	3.586,4	3.565,0	-0,6%	3.609,9	-1,2%	3.586,4	3.565,0	-0,6%
Clientes pré-pagos ('000)	2.378,7	2.364,3	-0,6%	2.398,5	-1,4%	2.378,7	2.364,3	-0,6%
Clientes pós-pagos ('000)	1.207,7	1.200,6	-0,6%	1.211,3	-0,9%	1.207,7	1.200,6	-0,6%
Novos Clientes ('000)	-19,4	-44,9	-131,6%	-29,5	-52,2%	-17,7	-74,4	-
Receitas Dados como % Rec. Serviços	32,8%	32,8%	0,0pp	31,3%	1,4pp	32,0%	32,0%	0,0pp
Receitas Dados não SMS como % Rec. Dados	77,2%	76,6%	-0,6pp	76,4%	0,1pp	77,0%	76,5%	-0,5pp
Total #SMS/mês/Cliente	42,8	41,9	-2,1%	40,6	3,2%	42,5	41,2	-3,0%
MOU <sup>(1)</sup> (min.)	127,1	123,4	-2,9%	122,2	1,0%	126,3	122,8	-2,8%
ARPU <sup>(2)</sup> (euros)	13,0	12,0	-7,3%	12,0	-0,1%	12,8	12,0	-6,1%
Cliente	11,3	10,6	-6,1%	10,6	-0,2%	11,1	10,6	-4,8%
Interligação	1,7	1,4	-15,2%	1,433	0,8%	1,7	1,4	-14,8%
ARPM <sup>(3)</sup> (euros)	0,10	0,10	-4,6%	0,10	-1,1%	0,10	0,10	-3,5%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média Mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto.

### Base de Clientes

A base de subscritores da Optimus ascendeu a 3,57 clientes, diminuindo 0,6% face ao 1S11, em resultado do efeito do final do programa e-iniciativas e do impacto causado pelas medidas de austeridade em Portugal, especialmente no segmento pessoal.

No 1S12, a receita média mensal por cliente ("ARPU") foi de 12,0 euros, estabilizando face ao 1T12, diminuindo, porém, 0,8 euros quando comparada com o 1S11. Esta evolução deveu-se a uma combinação de menores Receitas de Interligação, que diminuíram de 1,7 euros para 1,4 euros, e uma menor facturação média por cliente, que diminuiu de 11,1 euros para 10,6 euros. Os minutos de utilização por cliente por mês diminuíram 2,8% face ao período homólogo, para 123 minutos.

## Receitas de Dados e Banda Larga Móvel

No 1S12, as Receitas de Dados representaram 32,0% das Receitas de Serviços, estabilizando face ao 1S11. Esta evolução foi impulsionada pelo nível de adoção de *smartphones* e pela utilização mais intensiva desta tipologia de terminais móveis, compensando o impacto causado pelo final do programa e-iniciativas. Não obstante, o nível de penetração de *smartphones* é ainda relativamente baixo em Portugal, representando, como tal, uma importante oportunidade de crescimento. O peso das Receitas de Serviços de Dados (excluindo Receitas de SMSs) manteve-se relativamente estável entre os dois períodos, diminuindo 0,5pp, apesar do impacto criado pelo final do programa e-iniciativas.

### 2.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS								
<b>Volume de Negócios</b>	<b>142,9</b>	<b>131,0</b>	<b>-8,3%</b>	<b>131,5</b>	<b>-0,4%</b>	<b>280,3</b>	<b>262,5</b>	<b>-6,4%</b>
Receitas de Serviço	136,1	125,7	-7,6%	127,0	-1,0%	269,4	252,6	-6,2%
Receitas de Clientes	118,2	110,6	-6,4%	111,9	-1,2%	233,9	222,4	-4,9%
Receitas de Operadores	17,9	15,1	-15,5%	15,1	-0,1%	35,6	30,2	-14,9%
Vendas de Equipamento	6,9	5,3	-22,2%	4,5	18,8%	10,9	9,8	-9,9%
Outras Receitas	8,3	7,8	-6,0%	6,8	14,6%	17,0	14,6	-14,1%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>93,7</b>	<b>79,3</b>	<b>-15,4%</b>	<b>82,9</b>	<b>-4,4%</b>	<b>187,4</b>	<b>162,2</b>	<b>-13,5%</b>
Custos com Pessoal	12,5	10,1	-19,2%	12,0	-16,1%	25,8	22,1	-14,4%
Custos Diretos de Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	33,8	28,6	-15,2%	29,5	-3,0%	69,9	58,1	-16,9%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	19,7	13,7	-30,2%	13,6	1,2%	36,6	27,3	-25,3%
Outros Custos Operacionais <sup>(3)</sup>	27,8	26,8	-3,4%	27,8	-3,6%	55,1	54,7	-0,7%
<b>EBITDA</b>	<b>57,5</b>	<b>59,5</b>	<b>3,5%</b>	<b>55,4</b>	<b>7,5%</b>	<b>109,9</b>	<b>114,9</b>	<b>4,5%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>40,2%</b>	<b>45,4%</b>	<b>5,2pp</b>	<b>42,1%</b>	<b>3,3pp</b>	<b>39,2%</b>	<b>43,8%</b>	<b>4,6pp</b>
CAPEX Operacional <sup>(4)</sup>	23,0	28,1	22,0%	19,8	41,6%	40,1	47,9	19,5%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	16,1%	21,4%	5,3pp	15,1%	6,4pp	14,3%	18,2%	3,9pp
EBITDA - CAPEX Operacional	34,5	31,5	-8,8%	35,5	-11,5%	69,8	67,0	-4,1%
<b>CAPEX Total</b>	<b>23,0</b>	<b>29,1</b>	<b>26,5%</b>	<b>19,8</b>	<b>46,9%</b>	<b>40,1</b>	<b>48,9</b>	<b>21,9%</b>

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

### Volume de Negócios

O Volume de Negócios do Móvel diminuiu 6,4% no 1S12, para 262,5 milhões de euros, devido a um menor nível de Receitas de Serviços e de Vendas de Equipamento. As Receitas de Serviços decresceram devido a uma combinação de menores Receitas de Clientes e menores Receitas de Operadores. Tal como já antecipado, as Receitas de Clientes diminuíram 4,9% entre o 1S11 e o 1S12, para 222,4 milhões de euros, devido ao final do programa e-iniciativas e devido ao impacto negativo das medidas de austeridade nos níveis de consumo, especialmente no segmento pessoal. As Receitas de Operadores diminuíram 14,9% entre o 1S11 e o 1S12, para 30,2 milhões de euros, consequência de menores tarifas reguladas, tarifas de terminação móvel e *roaming-in*.

### Custos Operacionais

Em resultado do programa de eficiência da Optimus, com vista a criar uma organização mais otimizada, os Custos Operacionais diminuíram 13,5% face ao período homólogo do ano anterior, para 162,2 milhões de euros, beneficiando de (i) uma diminuição de 16,9% nos Custos Diretos de Serviços Prestados, devido a um menor nível de circuitos alugados e custos de rede, consequência da maior independência da Optimus em relação à infra-estrutura alugada, e, ainda, devido a menores Custos de Interligação, consequência dos níveis atuais de tarifas de terminação móvel e; (ii) uma diminuição de 25,3% nos Custos Comerciais, devido a menor Custo das Mercadorias Vendidas (consequência de menores Vendas de Equipamentos) e, principalmente, devido a menores Custos de Publicidade.

### EBITDA

O EBITDA do Móvel aumentou 4,5% face ao 1S11, para 114,9 milhões de euros, totalmente motivado por uma diminuição de 14,6% nos Custos Operacionais.

A margem EBITDA ascendeu a 43,8% no período, aumentando 4,6pp em relação à margem de 39,2% alcançada no 1S11.

O EBITDA-CAPEX Operacional diminuiu 4,1% face ao 1S11, devido ao aumento de 19,5% no CAPEX Operacional, consequência do desenvolvimento da rede de 4G.

## 2.2. Negócio Fixo da Optimus

No 1S12, a Optimus continuou a atingir um desempenho positivo no segmento de Corporate e PMEs, crucial na nossa estratégia. Com um posicionamento integrado e convergente, de forma a responder às necessidades do mercado, a Optimus tem continuamente introduzido melhorias significativas no seu *portfolio* de produtos.

No segmento Residencial, a Optimus continuou a aumentar a sua base de clientes de FTTH, que cresceu quase 50% face ao período homólogo de 2011, alcançando uma taxa de penetração de serviços 3P acima de 80%.

### 2.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	2T11	2T12	Δ12/11	1T12	ΔT/T	1S11	1S12	Δ12/11
<b>Total de Acessos</b>	<b>388.915</b>	<b>354.449</b>	<b>-8,9%</b>	<b>363.965</b>	<b>-2,6%</b>	<b>388.915</b>	<b>354.449</b>	<b>-8,9%</b>
<b>Corporate e PME's</b>	<b>154.651</b>	<b>155.143</b>	<b>0,3%</b>	<b>155.246</b>	<b>-0,1%</b>	<b>154.651</b>	<b>155.143</b>	<b>0,3%</b>
PTSN/RDIS	110.296	111.039	0,7%	111.136	-0,1%	110.296	111.039	0,7%
Banda Larga	36.122	32.472	-10,1%	33.545	-3,2%	36.122	32.472	-10,1%
Outros	8.233	11.632	41,3%	10.565	10,1%	8.233	11.632	41,3%
<b>Residencial</b>	<b>234.264</b>	<b>199.306</b>	<b>-14,9%</b>	<b>208.719</b>	<b>-4,5%</b>	<b>234.264</b>	<b>199.306</b>	<b>-14,9%</b>
PTSN/RDIS	112.044	88.147	-21,3%	94.059	-6,3%	112.044	88.147	-21,3%
Banda Larga	89.300	74.229	-16,9%	78.017	-4,9%	89.300	74.229	-16,9%
TV	32.920	36.930	12,2%	36.643	0,8%	32.920	36.930	12,2%
Receita Média por Acesso - Retalho	23,8	23,4	-1,9%	23,0	1,6%	24,0	23,2	-3,3%

#### Base de Clientes

A Optimus continuou a aumentar a sua presença no segmento de Corporate e PMEs, com o número de acessos a aumentar 0,3%, para 155 mil. Neste segmento, para além de serviços de voz e banda larga, a Optimus presta também um número crescente de e-services, tais como e-fax ou e-backup a PMEs e, ainda, conectividade através de linhas dedicadas e ligações VPN a grandes empresas.

O número total de acessos diminuiu 8,9%, para 354 mil, impulsionado por uma redução de 14,9% no segmento residencial. A evolução do número de acessos neste segmento foi influenciada pela decisão de abandonar a aquisição de clientes através da infra-estrutura de cobre do operador incumbente, implementada em 2011.

## 2.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros								
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
<b>Volume de Negócios</b>	<b>52,2</b>	<b>55,4</b>	<b>6,0%</b>	<b>53,4</b>	<b>3,7%</b>	<b>106,9</b>	<b>108,8</b>	<b>1,7%</b>
Receitas de Serviço	52,1	53,8	3,2%	52,4	2,6%	106,7	106,2	-0,5%
Receitas de Clientes	26,6	23,6	-11,5%	24,0	-1,7%	54,3	47,5	-12,5%
Receitas de Operadores	25,4	30,2	18,7%	28,4	6,2%	52,4	58,6	12,0%
Vendas de Equipamento	0,1	1,6	-	1,0	59,9%	0,2	2,6	-
Outras Receitas	0,3	0,4	19,0%	0,2	103,5%	0,4	0,5	33,2%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>48,9</b>	<b>51,8</b>	<b>6,0%</b>	<b>50,5</b>	<b>2,5%</b>	<b>101,2</b>	<b>102,3</b>	<b>1,1%</b>
Custos com Pessoal	0,7	0,9	36,8%	1,0	-7,5%	1,4	1,9	38,4%
Custos Diretos de Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	35,5	37,6	5,9%	37,3	0,9%	73,0	74,9	2,5%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	2,0	4,0	99,2%	3,6	10,4%	5,0	7,6	52,8%
Outros Custos Operacionais <sup>(3)</sup>	10,7	9,3	-13,2%	8,7	7,2%	21,8	17,9	-17,8%
<b>EBITDA</b>	<b>3,7</b>	<b>3,9</b>	<b>7,0%</b>	<b>3,1</b>	<b>28,4%</b>	<b>6,1</b>	<b>7,0</b>	<b>14,0%</b>
Margem EBITDA (%)	7,0%	7,1%	0,1pp	5,7%	1,4pp	5,7%	6,4%	0,7pp
CAPEX Operacional <sup>(4)</sup>	6,2	5,3	-14,9%	4,3	24,9%	11,9	9,6	-19,4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	12,0%	9,6%	-2,4pp	8,0%	1,6pp	11,1%	8,8%	-2,3pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-2,6	-1,4	46,0%	-1,2	-16,1%	-5,8	-2,6	55,0%
CAPEX Total	6,2	5,3	-14,9%	4,3	24,9%	11,9	9,6	-19,4%

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

### Volume de Negócios

O Volume de Negócios do Fixo aumentou 1,7% face ao 1S11, para 108,8 milhões de euros, motivado essencialmente por um crescimento de 12,0% nas Receitas de Operadores. O aumento das Receitas de Operadores é resultado de um aumento de tráfego, apesar da diminuição de preços de tráfego *wholesale*.

### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais sofreram um ligeiro aumento de 1,1% em relação ao 1S11, tendo ascendido a 102,3 milhões de euros, em resultado do aumento de 2,5% dos Custos Diretos de Serviços Prestados. Este aumento deveu-se a um maior nível de Custos de Interligação, fruto do aumento do tráfego de Wholesale, apesar da redução no número de lacetes locais desagregados. Os Custos Comerciais evoluíram para 7,6 milhões de euros, consequência de um Custo das Mercadorias Vendidas superior e, ainda, de maiores Custos de Marketing e Vendas. Os Outros Custos Operacionais diminuíram 17,8% devido, sobretudo, a um menor nível de Custos de Outsourcing.

### EBITDA

Em resultado do nosso desempenho ao nível das Receitas e dos Custos, o EBITDA do 1S12 aumentou 14,0%, para 7,0 milhões de euros. A margem EBITDA aumentou de 5,7% para 6,4%, 0,7pp acima do 1S11.

O EBITDA-CAPEX Operacional cresceu 55,0% entre os dois períodos, alcançando 2,6 milhões de euros negativos, suportado por um maior EBITDA e um menor nível de CAPEX Operacional.

### 3. Software e Sistemas de Informação (SSI)



A WeDo Technologies, a maior empresa da SSI em termos de Receitas de Serviço, continuou a expandir a sua presença internacional focando-se, em simultâneo, na aquisição de novos projectos na área de *business assurance*. Atualmente, a WeDo Technologies conta com mais de 150 clientes em 80 países. Durante o 1S12, as Receitas Internacionais cresceram 5,0% face ao 1S11 e representaram 69,4% do Volume de Negócios total.

Em abril de 2012, com a aquisição da *Connectiv Solutions*, a WeDo Technologies assegurou uma base sólida nos EUA com uma operação de *Software as a Service* (SaaS), reforçando, deste modo, a sua posição no mercado de *business assurance* em telecomunicações. Já em julho de 2012, um dos maiores operadores móveis locais selecionou o produto RAID da WeDo para apoiar a empresa nos sistemas de receita e *billing*, num contrato que se suporta nos ativos tanto da WeDo Technologies como da *Connectiv Solutions*.

A Mainroad, especializada em *IT management*, segurança e continuidade, apresentou um crescimento de 2,1% das suas Receitas de Serviço, aumentando o EBITDA em mais de 90% entre os dois semestres, apesar das desafiantes condições de mercado.

A Bizdirect, afetada pelo final do programa e-iniciativas e pelo ambiente macroeconómico, apresentou uma quebra de mais de 40% no Volume de Negócios. Não obstante, conseguiu reforçar a sua posição na comercialização de soluções multimarca de equipamentos de IT, apoiada por parcerias com os principais fabricantes de *hardware* e pela gestão de contratos de licenciamento de *software* para empresas. É de notar que a Bizdirect aumentou o nível de Receitas Internacionais em 29,0% entre o 1S11 e o 1S12.

A Saphety, não só reforçou a sua posição como líder em soluções de simplificação e automatização de processos no mercado interno, como cresceu, simultaneamente, a sua base de clientes através da internacionalização, apresentando 15,2% de receitas no mercado internacional.

#### 3.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
Receitas Serv. IT/Colaboradores <sup>(1)</sup> ('000 euros)	32,7	34,7	6,1%	33,0	5,0%	65,3	67,8	3,8%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	22,1%	18,6%	-3,5pp	26,3%	-7,8pp	36,1%	22,4%	-13,7pp
Vendas Equipam./Colaborador <sup>(2)</sup> ('000 euros)	202,8	219,3	8,1%	303,9	-27,8%	807,3	523,2	-35,2%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	2,5	3,6	41,7%	0,0	-	5,9	3,7	-37,0%
Colaboradores	572	603	5,4%	561	7,5%	572	603	5,4%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

As receitas de Serviço por Colaborador alcançaram 67,8 mil euros, aumentando 3,8% face ao 1S11, com o crescimento das Receitas de Serviços entre os dois semestres a mais do que compensar o aumento de 5,4% no número de Colaboradores.

As Vendas de Equipamento como percentagem das Receitas diminuíram de 36,1% para 22,4% entre o 1S11 e o 1S12, devido à evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect.

### 3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros								
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
<b>Volume de Negócios</b>	<b>23,0</b>	<b>24,8</b>	<b>8,0%</b>	<b>24,2</b>	<b>2,3%</b>	<b>55,9</b>	<b>49,0</b>	<b>-12,3%</b>
Receitas de Serviço	17,9	20,2	12,9%	17,8	13,1%	35,7	38,0	6,5%
Vendas de Equipamento	5,1	4,6	-9,2%	6,4	-27,8%	20,2	11,0	-45,6%
Outras Receitas	0,1	0,2	56,1%	0,5	-65,1%	0,3	0,7	154,4%
<b>Custos operacionais</b>	<b>21,6</b>	<b>22,8</b>	<b>5,5%</b>	<b>22,2</b>	<b>2,8%</b>	<b>52,8</b>	<b>45,2</b>	<b>-14,5%</b>
Custos com Pessoal	7,4	8,1	10,1%	7,1	14,3%	15,0	15,3	1,9%
Custos Comerciais <sup>(1)</sup>	5,2	5,1	-1,6%	6,5	-22,2%	20,3	11,6	-42,7%
Outros Custos Operacionais <sup>(2)</sup>	9,1	9,6	5,8%	8,7	10,4%	17,6	18,3	4,1%
<b>EBITDA</b>	<b>1,4</b>	<b>2,2</b>	<b>49,3%</b>	<b>2,4</b>	<b>-10,6%</b>	<b>3,4</b>	<b>4,6</b>	<b>35,7%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>6,3%</b>	<b>8,7%</b>	<b>2,4pp</b>	<b>9,9%</b>	<b>-1,3pp</b>	<b>6,0%</b>	<b>9,3%</b>	<b>3,3pp</b>
CAPEX Operacional <sup>(3)</sup>	1,0	0,2	-75,7%	0,8	-69,0%	1,8	1,0	-45,4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	4,3%	1,0%	-3,3pp	3,2%	-2,2pp	3,3%	2,0%	-1,2pp
EBITDA - CAPEX Operacional	0,5	1,9	-	1,6	16,6%	1,5	3,6	133,7%
<b>CAPEX Total</b>	<b>1,0</b>	<b>10,3</b>	<b>-</b>	<b>0,8</b>	<b>-</b>	<b>1,8</b>	<b>11,0</b>	<b>-</b>

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

#### Volume de Negócios

O Volume de Negócios da SSI diminuiu 12,3% face ao 1S11, para 49,0 milhões de euros, fruto de uma quebra de 45,6% nas Vendas de Equipamento da Bizdirect. As Receitas de Serviço mantiveram o seu desempenho positivo, aumentando 6,5% face ao 1S11, já incluindo o benefício da aquisição da *Connectiv Solutions*. Desde 1 de maio de 2012, os resultados da *Connectiv Solutions* são consolidados nas contas da SSI. Numa base comparável, as Receitas de Serviços teriam aumentado 3,6% entre o 1S11 e o 1S12.

É de notar que o Volume de Negócios da SSI aumentou 8,0% entre o 2T11 e o 2T12, para 24,8 milhões de euros, superando, agora, a tendência negativa das Vendas de Equipamento.

#### Custos Operacionais

No 1S12, os Custos Operacionais da SSI diminuíram 14,5%, para 45,2 milhões de euros. A diminuição de 42,7% nos Custos Comerciais é, essencialmente, resultado de uma diminuição do Custo das Mercadorias Vendidas na Bizdirect. Os Custos com o Pessoal aumentaram 1,9%, já influenciados pela integração dos colaboradores da *Connectiv Solutions*. O aumento dos Outros Custos Operacionais resulta, sobretudo, de um maior nível de Custos de Outsourcing, relacionado com o número crescente de projetos em curso, tal como evidenciado na linha de Receitas de Serviço.

#### EBITDA

O EBITDA do 1S12 ascendeu a 4,6 milhões de euros, aumentando 35,7% quando comparado com o 1S11, consequência de maiores Receitas de Serviços e menores Custos Operacionais. Como consequência de (i) menores Vendas de Equipamento, (ii) maiores Receitas de Serviço e (iii) menores Custos Operacionais, a margem EBITDA aumentou de 6,0% para 9,3% entre os dois períodos, evoluindo 3,3pp.

Excluindo o efeito da consolidação da *Connectiv Solutions*, o EBITDA teria aumentado 27,2% face ao 1S11.

## 4. Online e Media

O segmento de *Online* e *Media* da Sonaecom inclui um conjunto de negócios, entre os quais destacamos o Público e o Miau.pt.

Motivado pelo crescimento do Público digital, o número global de leitores do Público tem aumentado, ascendendo aos maiores níveis alguma vez registados. Atualmente, o Público é um líder inequívoco nas redes sociais, contando com um número de seguidores superior a 250 mil. Apesar das Receitas Digitais estarem a aumentar, não foram ainda suficientes para travar a tendência negativa do mercado publicitário e das Receitas de Circulação da edição em papel.

O nível consideravelmente mais baixo de Receitas de Publicidade, fruto da deterioração do ambiente macroeconómico, tem tido um inevitável impacto negativo no EBITDA do negócio de *Online* e *Media*. Apesar disto, o EBITDA do negócio manteve-se praticamente estável entre os dois semestres, em cerca de 1,33 milhões de euros negativos.

## 5. Resultados Individuais da Sonaecom, SGPS

### 5.1. Dados Operacionais

Os Resultados individuais da Sonaecom SGPS para os períodos findos a 30 de Junho de 2011 e 2012, podem ser resumidos como segue:

Milhões de euros	2011	2012	D	%
Receitas de Serviço	2,0	1,9	(0,1)	-3%
Outras Receitas Operacionais	0,1	0,0	(0,1)	-100%
Custos Operacionais <sup>(1)</sup>	(2,5)	(2,2)	0,3	-12%
EBITDA	(0,5)	(0,3)	0,1	-31%
EBIT	(0,5)	(0,3)	0,1	-29%
Dividendos Recebidos	0,0	78,9	78,9	-
Actividade Financeira Líquida	5,4	0,2	(5,3)	-97%
Outros Resultados Financeiros	(3,4)	(3,8)	(0,4)	12%
EBT	1,5	74,9	73,3	4746%
Resultado Líquido	(0,3)	74,9	75,2	-23146%

(1) Exclui Amortizações, Depreciações e Provisões

As Receitas de Serviço totalizaram 1,9 milhões de euros, que comparam com 2,0 milhões de euros no ano passado, e respeitam essencialmente a serviços de gestão prestados às suas subsidiárias.

A 30 de Junho de 2012, a Sonaecom SGPS tinha 4 administradores (os mesmos do ano anterior). O montante de custos operacionais (excluindo depreciações, amortizações e provisões) ascendeu a 2,2 milhões de euros, que comparam com os 2,5 milhões de euros de 2011, sendo esta diminuição maioritariamente explicada pelos menores custos com pessoal e menores custos de *outsourcing*.

O EBITDA foi negativo de 0,3 milhões de euros (0,5 milhões de euros em 2011). A diminuição das receitas de serviço foi compensada pela redução dos custos operacionais.

Em 2012, a principal fonte de rendimento da Sonaecom SGPS foram os 78,9 milhões de euros de dividendos recebidos da Optimus – Comunicações, S.A. (46,7 milhões de euros), da Sonae Telecom SGPS (17,4 milhões de euros), da Sontária (0,6 milhões de euros) e da Sonaecom Sistemas de Informação (14,1 milhões de euros). Em 2011, a Sonaecom não recebeu dividendos das suas subsidiárias.

A atividade financeira líquida (juros recebidos menos juros pagos) foi positiva de 0,2 milhões de euros, significativamente abaixo dos 5,4 milhões de euros de 2011 devido ao maior nível de custos de financiamento e ao menor nível de empréstimos às subsidiárias que resultaram em menores juros recebidos.

Os outros resultados financeiros foram negativos de 3,8 milhões de euros, quase totalmente justificados pelas imparidades reconhecidas no Público (2,9 milhões de euros) e na Lugares Virtuais (0,4 milhões de euros).

Os resultados líquidos do semestre foram positivos de 74,9 milhões de euros, significativamente acima do 1S11 devido ao elevado nível de dividendos recebidos.

## 5.2. Dados Financeiros

A tabela seguinte sumariza os movimentos de liquidez mais significativos que ocorreram durante o 1S12:

<b>Alterações na liquidez da Sonaecom SGPS</b>	<b>Milhões de euros</b>
<b>Liquidez a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>61,3</b>
Caixa e Depósitos Bancários	0,1
Aplicações de tesouraria	61,2
Bancária	60,0
Subsidiárias	1,2
<b>Varição da Dívida Bruta Nominal</b>	<b>(12,3)</b>
Dívida Externa	5,0
Aplicações de tesouraria de subsidiárias	(17,3)
<b>Suprimentos concedidos</b>	<b>(20,8)</b>
<b>Dividendos pagos</b>	<b>(25,2)</b>
<b>Free Cash Flow</b>	<b>75,8</b>
Juros pagos	(7,7)
Juros recebidos	4,1
Aquisição de ações próprias	(2,2)
Dividendos Recebidos	78,9
Free cash flow operacional e outros	2,7
<b>Liquidez a 30 de Junho de 2012</b>	<b>78,8</b>
Caixa e Depósitos Bancários	0,1
Aplicações de tesouraria	78,7
Bancária	17,3
Subsidiárias	61,4

\* Líquido de conversões de Prestações Acessórias

Durante o 1S12, a liquidez da Sonaecom SGPS aumentou 17,5 milhões de euros para os 78,8 milhões de euros devido aos seguintes movimentos:

- (i) A Dívida Externa aumentou 5,0 milhões de euros;
- (ii) O FCF foi positivo de 75,8 milhões de euros; mas
- (iii) As aplicações de tesouraria efetuadas pelas subsidiárias na Sonaecom SGPS diminuíram 17,3 milhões de euros (maioritariamente justificadas pela Optimus; -10,0 milhões de euros);
- (iv) Os empréstimos concedidos às subsidiárias aumentaram 20,8 milhões de euros (líquido de conversões de Prestações Acessórias); e
- (v) Foram pagos dividendos no montante de 25,2 milhões de euros.

No final de Junho, a dívida líquida da Sonaecom SGPS era de 365,7 milhões de euros, e era composta por (i) Liquidez de 78,8 milhões de euros; (ii) Aplicações de tesouraria nas subsidiárias de 1,6 milhões de euros; e (iii) Dívida externa de 442,9 milhões de euros.

## 6. Principais desenvolvimentos Regulatórios no 2T12

### Tarifas de Terminação Móvel (TTM)

2 de maio 2012

O ICP-Anacom publicou a decisão final sobre TTM, que estabeleceu uma diminuição das tarifas desde 7 de maio até 30 dezembro de 2012.

Decisão final - 2 maio 2012

	TTM/€
Anteriormente	0,0350
7 maio 2012	0,0277
30 junho 2012	0,0227
30 setembro 2012	0,0177
30 dezembro 2012	0,0127

Esta decisão final surgiu na sequência da indicação por parte da Comissão Europeia, em 26 de abril, de não ter comentários à proposta que lhe havia sido notificada previamente pelo ICP-ANACOM.

### Renovação do direito de utilização de frequências: 900 e 1800 MHz

24 de maio de 2012

O ICP-ANACOM aprovou a renovação dos direitos de utilização das frequências nas bandas dos 900 e 1800 MHz, atribuídos à Optimus em 1997.

Os direitos de utilização foram estendidos por mais 15 anos, ou seja, até novembro de 2027. As condições de renovação incluem a obrigação de manter os atuais níveis de cobertura dos serviços de voz e dados até 9600 bps e, ainda, de cobrir locais ou áreas específicas determinadas pelo regulador.

### Financiamento do Serviço Universal (SU)

25 maio de 2012

O Governo aprovou uma proposta de lei que institui o fundo de compensação do SU e que visa o financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do SU.

De acordo com a proposta, devem contribuir para o fundo os operadores de comunicações eletrónicas cujo volume de negócios elegível represente 1% do volume de negócios elegível do setor, sendo que o volume de negócios elegível corresponde ao valor das vendas e dos serviços prestados no território nacional deduzidos dos valores correspondentes a receitas provenientes de atividades não relacionadas com oferta de serviços de comunicações eletrónicas, receitas de transações entre entidades pertencentes à mesma empresa e venda de equipamentos terminais.

Esta proposta de lei determina que o fundo deverá financiar os custos excessivos do SU durante e após a nomeação do novo prestador de SU através de um Concurso Público.

## 7. Principais desenvolvimentos Corporativos no 2T12

### Aquisição de ações próprias

2 de abril a 25 de maio de 2012

De acordo com as autorizações dadas pela Assembleia Geral de Acionistas e com o intuito de cumprir as obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores, a Sonaecom adquiriu, de 2 de abril a 25 de maio de 2012, um total de 1.958.554 ações próprias, representativas de aproximadamente 0,53% do seu capital social, através do Euronext Lisbon Stock Exchange. A 30 de junho de 2012, a Sonaecom detinha 6.897.791 ações próprias, correspondentes a 1,88% do seu capital social.

### Assembleia Geral de Acionistas

27 de abril de 2012

Foram deliberados pelos accionistas da Sonaecom, em Assembleia Geral ordinária da Sociedade, realizada a 27 de abril de 2012, os seguintes pontos:

1. Aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2011, tal como apresentados.
2. Aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos seguintes termos:
  - (i) resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 7.960.681,56 euros negativos, aplicado em Reservas Livres;
  - (ii) o montante global de 25.637.280,76 euros, da rubrica de Reservas Livres, distribuído pelos acionistas, correspondendo a um dividendo de 0,07 euros ilíquidos por ação emitida, excluindo as ações próprias detidas pela Sociedade à data de pagamento;
  - (iii) reservas Livres no montante remanescente.

Foi ainda aprovado que, considerando que não será possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade, esclarece-se que:

- (i) a cada ação emitida corresponderá um dividendo ilíquido de 0,07 euros;
  - (ii) o montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,07 euros ilíquidos por ação emitida), não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Reservas Livres.
3. Aprovação de um voto de louvor e confiança à actividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da Sociedade durante o ano de 2011.
  4. Eleição dos membros para integrar os órgãos sociais durante o quadriénio 2012-2015.
  5. Eleição do Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o quadriénio 2012-2015: Deloitte & Associados, SROC, representada por António Manuel Martins Amaral que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.
  6. Aprovação da Declaração Relativa à Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e de Fiscalização da Sociedade e dos seus Dirigentes, bem como sobre o plano de atribuição de ações e respetivo regulamento, a aplicar pela Comissão de Vencimentos, nos termos da proposta por esta apresentada e previamente divulgada.
  7. Aprovação da remuneração da Comissão de Vencimentos, nos termos da proposta previamente divulgada.
  8. Autorização do Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição e à alienação de ações próprias, dentro do limite legal de 10%, nos termos da proposta apresentada por este órgão e previamente divulgada.
  9. Autorização da aquisição e/ou detenção de ações próprias da sociedade por sociedades dela dependentes, no período de 18 meses e dentro dos limites legais, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

### Aquisição da *Connectiv Solutions*

30 de abril de 2012

A WeDo Technologies adquiriu a *Connectiv Solutions*, uma empresa sediada nos EUA que fornece soluções de gestão de custos em redes de telecomunicações. Este negócio irá reforçar a posição da WeDo no mercado Norte Americano, impulsionando a estratégia de expansão internacional e permitindo o reforço da posição da empresa nas áreas de *revenue* e *business assurance*.

## 8. Anexo

### 8.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
<b>Volume de Negócios</b>	<b>209,6</b>	<b>204,5</b>	<b>-2,4%</b>	<b>202,5</b>	<b>1,0%</b>	<b>425,4</b>	<b>406,9</b>	<b>-4,3%</b>
Móvel	142,9	131,0	-8,3%	131,5	-0,4%	280,3	262,5	-6,4%
Fixo	52,2	55,4	6,0%	53,4	3,7%	106,9	108,8	1,7%
SSI	23,0	24,8	8,0%	24,2	2,3%	55,9	49,0	-12,3%
Outros & Eliminações	-8,5	-6,7	21,7%	-6,6	-0,6%	-17,7	-13,3	24,8%
Outras Receitas	2,0	2,7	36,5%	2,3	14,4%	4,3	5,0	15,3%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>149,6</b>	<b>142,9</b>	<b>-4,4%</b>	<b>144,5</b>	<b>-1,1%</b>	<b>312,4</b>	<b>287,4</b>	<b>-8,0%</b>
Custos com Pessoal	22,9	22,2	-3,3%	22,0	0,6%	47,3	44,2	-6,5%
Custos Diretos Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	60,1	58,7	-2,2%	58,7	0,1%	124,5	117,5	-5,7%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	27,7	24,0	-13,4%	25,6	-6,3%	63,1	49,5	-21,6%
Outros Custos Operacionais <sup>(3)</sup>	38,9	38,1	-2,2%	38,2	-0,3%	77,4	76,2	-1,6%
<b>EBITDA</b>	<b>61,9</b>	<b>64,2</b>	<b>3,6%</b>	<b>60,3</b>	<b>6,4%</b>	<b>117,4</b>	<b>124,5</b>	<b>6,1%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>29,6%</b>	<b>31,4%</b>	<b>1,8pp</b>	<b>29,8%</b>	<b>1,6pp</b>	<b>27,6%</b>	<b>30,6%</b>	<b>3,0pp</b>
Móvel	57,5	59,5	3,5%	55,4	7,5%	109,9	114,9	4,5%
Fixo	3,7	3,9	7,0%	3,1	28,4%	6,1	7,0	14,0%
SSI	1,4	2,2	49,3%	2,4	-10,6%	3,4	4,6	35,7%
Outros & Eliminações	-0,7	-1,4	-107,2%	-0,5	-176,1%	-2,0	-1,9	6,0%
Depreciações e Amortizações	37,2	37,2	0,0%	36,8	1,1%	72,9	74,0	1,5%
<b>EBIT</b>	<b>24,7</b>	<b>27,0</b>	<b>9,2%</b>	<b>23,5</b>	<b>14,8%</b>	<b>44,5</b>	<b>50,5</b>	<b>13,6%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-2,5</b>	<b>-3,5</b>	<b>-39,5%</b>	<b>-2,3</b>	<b>-50,7%</b>	<b>-4,8</b>	<b>-5,8</b>	<b>-21,8%</b>
Proveitos Financeiros	1,7	1,4	-14,3%	2,2	-33,4%	3,2	3,6	13,8%
Custos Financeiros	4,2	4,9	17,9%	4,5	10,1%	7,9	9,4	18,6%
<b>EBT</b>	<b>22,2</b>	<b>23,5</b>	<b>5,8%</b>	<b>21,2</b>	<b>10,9%</b>	<b>39,7</b>	<b>44,7</b>	<b>12,6%</b>
Impostos	-4,1	-2,4	43,1%	-4,3	44,7%	-7,9	-6,6	16,8%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>18,1</b>	<b>21,2</b>	<b>16,9%</b>	<b>17,0</b>	<b>24,8%</b>	<b>31,8</b>	<b>38,1</b>	<b>20,0%</b>
Atribuível ao Grupo	18,1	21,2	16,6%	17,0	24,6%	31,8	38,1	19,9%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos.

## 8.2. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros								
BALANÇO CONSOLIDADO	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
<b>Total do Activo Líquido</b>	<b>1.853,4</b>	<b>1.925,5</b>	<b>3,9%</b>	<b>1.898,9</b>	<b>1,4%</b>	<b>1.853,4</b>	<b>1.925,5</b>	<b>3,9%</b>
Activos não Correntes	1.493,3	1.584,0	6,1%	1.582,0	0,1%	1.493,3	1.584,0	6,1%
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	863,3	957,9	11,0%	961,1	-0,3%	863,3	957,9	11,0%
Goodwill	526,1	529,6	0,7%	521,1	1,6%	526,1	529,6	0,7%
Investimentos	0,2	0,2	1,7%	0,2	0,0%	0,2	0,2	1,7%
Impostos Diferidos Activos	103,5	95,9	-7,3%	99,3	-3,4%	103,5	95,9	-7,3%
Outros	0,3	0,3	10,6%	0,3	3,8%	0,3	0,3	10,6%
Activos Correntes	360,1	341,5	-5,2%	316,9	7,7%	360,1	341,5	-5,2%
Clientes	109,5	121,1	10,6%	107,4	12,8%	109,5	121,1	10,6%
Liquidez	126,1	109,0	-13,6%	99,9	9,1%	126,1	109,0	-13,6%
Outros	124,4	111,3	-10,5%	109,6	1,5%	124,4	111,3	-10,5%
<b>Capital Próprio</b>	<b>1.002,5</b>	<b>1.046,9</b>	<b>4,4%</b>	<b>1.052,8</b>	<b>-0,6%</b>	<b>1.002,5</b>	<b>1.046,9</b>	<b>4,4%</b>
Grupo	1.002,1	1.046,5	4,4%	1.052,4	-0,6%	1.002,1	1.046,5	4,4%
Interesses Sem Controlo	0,5	0,4	-16,7%	0,4	4,2%	0,5	0,4	-16,7%
<b>Total Passivo</b>	<b>850,9</b>	<b>878,6</b>	<b>3,3%</b>	<b>846,1</b>	<b>3,8%</b>	<b>850,9</b>	<b>878,6</b>	<b>3,3%</b>
Passivo não Corrente	460,9	249,6	-45,8%	399,3	-37,5%	460,9	249,6	-45,8%
Empréstimos Bancários	370,2	146,3	-60,5%	289,6	-49,5%	370,2	146,3	-60,5%
Provisões para outros Riscos e Encargos	34,2	47,1	37,7%	47,5	-0,8%	34,2	47,1	37,7%
Outros	56,5	56,2	-0,5%	62,2	-9,7%	56,5	56,2	-0,5%
Passivo Corrente	390,0	629,0	61,3%	446,8	40,8%	390,0	629,0	61,3%
Empréstimos Bancários	30,3	307,5	-	143,3	114,6%	30,3	307,5	-
Fornecedores	143,7	142,2	-1,0%	134,4	5,8%	143,7	142,2	-1,0%
Outros	216,0	179,3	-17,0%	169,1	6,0%	216,0	179,3	-17,0%
CAPEX Operacional <sup>(1)</sup>	30,2	33,3	10,4%	25,6	30,3%	53,7	58,9	9,7%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	14,4%	16,3%	1,9pp	12,6%	3,7pp	12,6%	14,5%	1,9pp
CAPEX Total	30,2	43,3	43,6%	25,6	69,5%	53,7	68,9	28,3%
EBITDA - CAPEX Operacional	31,8	30,9	-2,8%	34,7	88,9%	63,7	65,6	3,1%
Cash Flow Operacional <sup>(2)</sup>	55,9	31,7	-43,3%	-76,3	41,6%	30,6	-44,6	-
FCF <sup>(3)</sup>	47,1	14,2	-69,9%	-86,5	16,4%	11,9	-72,3	-
Dívida Bruta	421,2	476,8	13,2%	455,7	4,6%	421,2	476,8	13,2%
Dívida Líquida	295,1	367,8	24,7%	355,8	3,4%	295,1	367,8	24,7%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,3 x	1,5 x	0,3x	1,5 x	0,0x	1,3 x	1,5 x	0,3x
EBITDA/Juros <sup>(4)</sup> últimos 12 meses	16,3 x	14,9 x	-1,5x	15,3 x	-0,4x	16,3 x	14,9 x	-1,5x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	29,6%	31,3%	1,7pp	30,2%	1,1pp	29,6%	31,3%	1,7pp
<b>Excluindo a operação de Securitização:</b>								
Dívida Líquida	344,6	394,6	14,5%	387,6	1,8%	344,6	394,6	14,5%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,5 x	1,6 x	0,2x	1,6 x	0,0x	1,5 x	1,6 x	0,2x
EBITDA/Juros <sup>(4)</sup> últimos 12 meses	16,3 x	14,9 x	-1,5x	15,3 x	-0,4x	16,3 x	14,9 x	-1,5x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros; Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

### 8.3. FCF Alavancado da Sonaecom

Milhões de Euros	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
FREE CASH FLOW ALAVANCADO								
<b>EBITDA-CAPEX Operacional</b>	<b>31,8</b>	<b>30,9</b>	<b>-2,8%</b>	<b>34,7</b>	<b>-11,1%</b>	<b>63,7</b>	<b>65,6</b>	<b>3,1%</b>
Varição de Fundo de Maneio	22,8	2,9	-87,2%	-109,5	-	-35,8	-106,5	-197,2%
Itens não Monetários e Outros	1,3	-2,1	-	-1,6	-35,4%	2,7	-3,7	-
<b>Cash Flow Operacional</b>	<b>55,9</b>	<b>31,7</b>	<b>-43,3%</b>	<b>-76,3</b>	<b>-</b>	<b>30,6</b>	<b>-44,6</b>	<b>-</b>
Securitização	-5,0	-5,0	0,0%	-5,0	0,0%	-10,0	-10,0	0,0%
Investimentos	0,0	-6,0	-	0,0	-	0,0	-6,0	-
Ações Próprias	0,0	-2,5	-	-0,7	-	-2,2	-3,2	-45,3%
Resultados Financeiros	-2,8	-2,4	15,0%	-3,2	24,9%	-4,8	-5,6	-17,8%
Impostos	-1,0	-1,6	-72,1%	-1,2	-32,2%	-1,7	-2,9	-72,0%
<b>FCF</b>	<b>47,1</b>	<b>14,2</b>	<b>-69,9%</b>	<b>-86,5</b>	<b>-</b>	<b>11,9</b>	<b>-72,3</b>	<b>-</b>

### 8.4. Colaboradores da Sonaecom

Sonaecom	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
<b>Total Colaboradores</b>	<b>2.066</b>	<b>2.019</b>	<b>-2,3%</b>	<b>2.011</b>	<b>0,4%</b>	<b>2.066</b>	<b>2.019</b>	<b>-2,3%</b>
Serviços Partilhados e Centro Corporativo	141	139	-1,4%	137	1,5%	141	139	-1,4%
Telecomunicações	1.089	1.025	-5,9%	1.061	-3,4%	1.089	1.025	-5,9%
SSI	574	603	5,1%	561	7,5%	574	603	5,1%
Online e Media	262	252	-3,8%	252	0,0%	262	252	-3,8%

### 8.5. Demonstração de Resultados Consolidados da Optimus

Milhões de Euros	2T11	2T12	Δ 12/11	1T12	Δ T/T	1S11	1S12	Δ 12/11
<b>OPTIMUS DEM RESULTADOS</b>								
<b>Volume de Negócios</b>	<b>186,2</b>	<b>178,9</b>	<b>-3,9%</b>	<b>176,7</b>	<b>1,2%</b>	<b>368,9</b>	<b>355,6</b>	<b>-3,6%</b>
Receitas de Serviço	179,2	172,0	-4,0%	171,3	0,4%	357,8	343,3	-4,1%
Receitas de Clientes	144,4	133,7	-7,4%	135,4	-1,3%	287,4	269,2	-6,4%
Receitas de Operadores	34,8	38,3	10,1%	35,8	6,9%	70,4	74,1	5,2%
Vendas de Equipamento	7,0	6,9	-1,4%	5,5	26,6%	11,1	12,4	11,3%
Outras Receitas	2,9	3,3	14,9%	2,6	25,5%	6,1	5,9	-2,0%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>127,9</b>	<b>118,7</b>	<b>-7,1%</b>	<b>120,9</b>	<b>-1,8%</b>	<b>258,9</b>	<b>239,7</b>	<b>-7,4%</b>
Custos com Pessoal	13,1	11,0	-16,2%	13,0	-15,3%	27,1	24,0	-11,7%
Custos Diretos de Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	60,0	58,6	-2,5%	58,5	0,2%	124,3	117,0	-5,8%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	21,7	17,7	-18,3%	17,2	3,2%	41,5	34,9	-16,0%
Outros Custos Operacionais <sup>(3)</sup>	33,0	31,5	-4,8%	32,3	-2,6%	66,0	63,8	-3,3%
<b>EBITDA</b>	<b>61,2</b>	<b>63,5</b>	<b>3,8%</b>	<b>58,4</b>	<b>8,7%</b>	<b>116,1</b>	<b>121,9</b>	<b>5,0%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>32,9%</b>	<b>35,5%</b>	<b>2,6pp</b>	<b>33,1%</b>	<b>2,4pp</b>	<b>31,5%</b>	<b>34,3%</b>	<b>2,8pp</b>
CAPEX Operacional <sup>(4)</sup>	29,3	33,3	13,6%	25,5	30,8%	52,1	58,8	12,8%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	15,8%	18,6%	2,9pp	14,4%	4,2pp	14,1%	16,5%	2,4pp
EBITDA - CAPEX Operacional	31,8	30,1	-5,3%	32,9	-8,4%	63,9	63,1	-1,4%
<b>CAPEX Total</b>	<b>29,4</b>	<b>34,4</b>	<b>17,1%</b>	<b>25,5</b>	<b>34,9%</b>	<b>52,2</b>	<b>59,9</b>	<b>14,8%</b>

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

## 9. Governo da Sociedade

O relatório anual detalhado sobre o Governo da Sociedade constitui parte integrante do Relatório e Contas de 2011 da Sonaecom e está disponível no nosso site ([www.sonae.com](http://www.sonae.com)).

O nosso site contém, igualmente, uma secção dedicada ao Governo da Sociedade.

## 10. Artigos 447, 448 e Participações Qualificadas

### Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM n.º5/2008 Acções detidas pelos membros do Conselho de Administração e Dirigentes e respectivas transacções durante o primeiro semestre de 2012:

#### Conselho de Administração:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	30 junho 2012
<b>Duarte Paulo Teixeira de Azevedo</b>						
Efanor Investimentos, SGPS, SA <sup>(1)</sup>						1
Migracom, SGPS, SA <sup>(3)</sup>						1.969.996
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						3.293 a)
Acções entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	30.03.2012	451.068	0,00			
Acções entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	27.04.2012	619.326	0,00			
Alienação	27.04.2012			1.068.101	0,405	
<b>Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						584.562
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	229.329	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						440.070
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	147.984	0,00			
<b>Miguel Nuno Santos Almeida</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						127.168
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	67.715	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						138.779 b)
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	67.971	0,00			
<b>Maria Cláudia Teixeira de Azevedo</b>						
Efanor Investimentos, SGPS, SA <sup>(1)</sup>						1
Linhacom, SGPS, SA <sup>(4)</sup>						99.996
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						-
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	48.884	0,00			
Alienação	21.05.2012			48.884	0,398	
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						170 c)
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	49.069	0,00			
Alienação	21.05.2012			49.069	1,120	
<b>António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						130.077
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	59.848	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						61.937
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	60.074	0,00			
Alienação	02.04.2012			80.000	1,206	
Aquisição	02.04.2012	56.232	1,250			

a) Este saldo inclui 1.000 acções detidas por descendentes a seu cargo.

b) Este saldo inclui 90 acções detidas pelo cônjuge.

c) Acções detidas pelo cônjuge.

## Dirigentes:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	30 junho 2012
						Quantidade
<b>David Graham Shenton Bain</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						20.000
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						15.000
<b>Ana Paula Garrido Pina Marques</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						11.000 d)
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						58.443 e)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	30.202	0,00			
<b>Manuel António Neto Portugal</b>						
<b>Ramalho Eanes</b>						
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						-
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	34.149	0,00			
Alienação	30.03.2012			49.687	1,202	
<b>David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						11.141 f)
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						128.777 g)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	49.306	0,00			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	8.615	0,00			
<b>Rui José Gonçalves Paiva</b>						
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						41.700 h)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	30.03.2012	40.658	0,00			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	582	0,00			
<b>Paulo Joaquim Santos Plácido</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						10.000
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						99.289
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	21.396	0,00			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	28.072	0,00			
<b>José Manuel Pinto Correia</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						3.905
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						178.308
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	54.446	0,125			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	2.394	0,114			
<b>Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						6.625
<b>Ana Cristina Dinis da Silva Fanha</b>						
<b>Vicente Soares</b>						
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						20.022
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	13.305	0,00			

d) Ações detidas pelo cônjuge.

e) Este saldo inclui 7.957 ações detidas pelo cônjuge.

f) Este saldo inclui 6.141 ações detidas pelo cônjuge.

g) Este saldo inclui 6.843 ações detidas pelo cônjuge.

h) Este saldo inclui 460 ações detidas pelo cônjuge.

**Artigo 447º**

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM n.º5/2008 (continuação).

**Notas:**

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	30 junho 2012
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						200.100.000
Aquisição	10.05.2012	77.700.000	0,40			
Pareuro, BV <sup>(2)</sup>						2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						849.533.095
Alienação	28.03.2012			10.016.905	0,456	
Alienação	10.05.2012			77.700.000	0,4	
(3) Migracom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						150.000
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						2.908.204
Aquisição	27.04.2012	1.068.101	0,405			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						387.342
(4) Linhacom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						150.000
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						439.314
Aquisição	21.05.2012	48.884	0,398			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						120.300
Aquisição	21.05.2012	49.069	1,120			
(5) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA <sup>(6)</sup>						4.105.280
(6) Sonae, SGPS, SA						
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						3.430.000
Aquisição	31.05.2012	88.500	1,1322			
Aquisição	01.06.2012	128.156	1,1322			
Aquisição	04.06.2012	345.787	1,1364			
Aquisição	05.06.2012	221.562	1,1446			
Aquisição	06.06.2012	169.757	1,1423			
Aquisição	04.06.2012	89.743	1,1417			
Aquisição	08.06.2012	230.740	1,1596			
Aquisição	11.06.2012	273.039	1,1629			
Aquisição	12.06.2012	75.000	1,1697			
Aquisição	13.06.2012	55.368	1,1741			
Aquisição	11.06.2012	190.000	1,1867			
Aquisição	12.06.2012	175.546	1,1889			
Aquisição	13.06.2012	12.600	1,1817			
Aquisição	14.06.2012	33.199	1,1728			
Aquisição	15.06.2012	274.564	1,1875			
Aquisição	21.06.2012	214.086	1,2277			
Aquisição	22.06.2012	12.800	1,2602			
Aquisição	25.06.2012	18.545	1,2789			
Aquisição	26.06.2012	31.000	1,2835			
Aquisição	27.06.2012	61.000	1,2939			
Aquisição	25.06.2012	15.000	1,2904			
Aquisição	26.06.2012	19.500	1,285			
Aquisição	27.06.2012	15.008	1,2912			
Aquisição	28.06.2012	29.500	1,2938			
Sonae Investments BV <sup>(7)</sup>						2.894.000
Sontel BV <sup>(8)</sup>						32.745

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	30 junho 2012
						Quantidade
(7) Sonae Investments BV						
Sontel BV <sup>(8)</sup>						43.655
(8) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(9)</sup>						194.063.119
(9) Sonaecom, SGPS, SA						6.897.791
Ações entregues no âmbito dos Planos de Incentivos de Curto e Médio Prazo	09.03.2012			4.686.986	0,00	
Aquisição	Mar-12	722.271	1,223			
Ações entregues no âmbito dos Planos de Incentivos de Curto e Médio Prazo	30.03.2012			59.956	0,00	
Aquisição	Abr-12	1.026.829	1,219			
Ações entregues no âmbito dos Planos de Incentivos de Curto e Médio Prazo	17.05.2012			81.292	0,00	
Aquisição	Mai-12	931.725	1,176			

## Artigo 448º

Nos termos do artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais:

	Número de ações em 30 junho 2012
<b>Efanor Investimentos, SGPS, SA <sup>(1)</sup></b>	
Sonae, SGPS, SA	200.100.000
Pareuro, BV	2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA	1.000
<b>Pareuro, BV</b>	
Sonae, SGPS, SA	849.533.095
<b>Sonae, SGPS, SA</b>	
Sonaecom, SGPS, SA	3.430.000
Sonae Investments BV	2.894.000
Sontel BV	32.745
<b>Sonae Investments BV</b>	
Sontel BV	43.655
<b>Sontel BV</b>	
Sonaecom, SGPS, SA	194.063.119
<b>Atlas Services Belgium, S.A.</b>	
Sonaecom, SGPS, SA	73.249.374

(1) Ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, SA pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.

## Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao Artigo 9º, n.º1, alínea c) do Regulamento 05/2008 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 30 Junho de 2012:

	Número de ações	% Participação no capital	Com ações próprias	% Direitos de voto
Acionista				Sem ações próprias
Sontel BV	194.063.119	52,99%	52,99%	54,00%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	0,94%	0,95%
Migracom, SGPS, SA	387.342	0,11%	0,11%	0,11%
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério <sup>(1),(2)</sup>	440.070	0,12%	0,12%	0,12%
Belmiro Mendes de Azevedo <sup>(1),(3)</sup>	75.537	0,02%	0,02%	0,02%
Linhacom, SGPS, SA	120.300	0,03%	0,03%	0,03%
Álvaro Carmona e Costa Portela <sup>(1)</sup>	5.000	0,00%	0,00%	0,00%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000	0,00%	0,00%	0,00%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo <sup>(3)</sup>	170	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total imputável<sup>(4)</sup></b>	<b>198.522.538</b>	<b>54,20%</b>	<b>54,20%</b>	<b>55,24%</b>
France Telecom, S.A.				
Atlas Services Belgium, S.A.	73.249.374	20,00%	20,00%	20,38%
<b>Total imputável</b>	<b>73.249.374</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,38%</b>
BCP				
Banco Comercial Português S.A.	100.998	0,03%	0,03%	0,03%
Fundo de Pensões Grupo BCP	12.400.000	3,39%	3,39%	3,45%
<b>Total imputável</b>	<b>12.500.998</b>	<b>3,41%</b>	<b>3,41%</b>	<b>3,48%</b>

(1) Membro do Órgão de Administração da Sonae, SGPS, SA

(2) Membro do Órgão de Administração da Sonae Investments, BV e Sontel BV

(3) Membro do Órgão de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

(4) A participação qualificada correspondente é imputada à Efanor cujas ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, SA pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.

## 11. Declaração para os efeitos do Artigo 245º do CVM

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que tiveram lugar no primeiro semestre de 2012 e o impacto dos mesmos, quando existe, nas demonstrações financeiras, contendo uma descrição apropriada dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

António Sampaio e Mello

## 12. Informação Financeira

### 12.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

#### Balanços consolidados

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso) e para 1 de janeiro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	junho de 2012	junho de 2011 (reexpresso)	dezembro de 2011 (reexpresso)	1 janeiro 2011 (reexpresso)
<b>Ativo</b>					
Ativos não correntes					
Ativos fixos tangíveis	1.d), 1.i) e 6	572.695.283	578.876.233	583.413.555	592.369.741
Ativos intangíveis	1.e), 1.f) e 7	385.229.733	284.399.145	389.121.882	290.906.832
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	529.639.593	526.088.349	521.103.723	526.141.552
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	212.323	212.323	212.323	212.323
Outros ativos não correntes	1.t)	313.460	280.201	264.973	174.363
Impostos diferidos ativos	1.q) e 11	95.931.140	103.470.392	103.853.881	109.587.224
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.584.021.532</b>	<b>1.493.326.643</b>	<b>1.597.970.337</b>	<b>1.519.392.035</b>
Ativos correntes					
Existências	1.j)	7.517.046	20.344.542	7.365.390	17.473.750
Clientes	1.k) e 8	121.108.435	109.522.499	146.137.974	143.294.200
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 8	31.778.368	29.891.048	25.933.462	61.302.698
Outros ativos correntes	1.s) e 1.y)	72.039.210	74.178.911	70.723.575	69.839.130
Caixa e equivalentes de caixa	1.i), 8 e 12	109.019.402	126.142.027	189.350.054	68.577.903
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>341.462.461</b>	<b>360.079.027</b>	<b>439.510.455</b>	<b>360.487.681</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.925.483.993</b>	<b>1.853.405.670</b>	<b>2.037.480.792</b>	<b>1.879.879.716</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>					
Capital próprio					
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.v) e 14	(9.475.213)	(13.594.518)	(13.594.518)	(15.030.834)
Reservas	1.u)	651.595.881	617.609.991	618.945.566	593.009.788
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>38.134.433</b>	<b>31.803.380</b>	<b>62.287.398</b>	<b>43.669.651</b>
		<b>1.046.501.969</b>	<b>1.002.065.721</b>	<b>1.033.885.314</b>	<b>987.895.473</b>
Interesses sem controlo		384.693	462.084	515.654	593.790
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.046.886.662</b>	<b>1.002.527.805</b>	<b>1.034.400.968</b>	<b>988.489.263</b>
<b>Passivo</b>					
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 15	146.306.969	370.217.570	320.176.857	305.038.006
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 8 e 16	19.908.024	18.539.938	17.990.531	19.253.869
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 17	47.097.962	34.199.105	48.549.956	33.150.028
Titularização de créditos	8 e 18	9.997.284	29.872.311	19.951.846	39.740.412
Impostos diferidos passivos	1.q) e 11	1.925.792	5.522.948	5.186.711	5.559.170
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	24.377.524	2.540.959	30.041.779	2.739.617
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>249.613.555</b>	<b>460.892.831</b>	<b>441.897.680</b>	<b>405.481.102</b>
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 8 e 15	307.518.703	30.312.879	118.405.031	30.942.240
Fornecedores	8	142.182.711	143.666.705	172.622.586	178.732.746
Outros passivos financeiros	1.i), 8, 16 e 19	3.098.641	2.147.888	2.645.498	2.171.140
Titularização de créditos	8 e 18	19.875.154	19.729.485	19.802.596	19.634.161
Outras dívidas a terceiros	8	16.617.965	22.039.680	23.832.672	56.752.155
Outros passivos correntes	1.s) e 1.y)	139.690.602	172.088.397	223.873.761	197.676.909
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>628.983.776</b>	<b>389.985.034</b>	<b>561.182.144</b>	<b>485.909.351</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.925.483.993</b>	<b>1.853.405.670</b>	<b>2.037.480.792</b>	<b>1.879.879.716</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos e para os trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	junho 2012 (não auditado)	abril a junho 2012 (não auditado)	junho 2011 (reexpresso e não auditado)	abril a junho 2011 (reexpresso e não auditado)	dezembro 2011 (reexpresso)
Vendas		29.690.672	14.348.199	36.469.600	14.615.499	77.172.088
Prestações de serviços		377.221.114	190.112.074	388.935.753	194.957.889	786.462.327
Outros proventos operacionais		4.998.450	2.667.549	4.336.838	1.954.134	8.809.285
		411.910.236	207.127.822	429.742.191	211.527.522	872.443.700
Custo das vendas		(30.720.319)	(14.179.952)	(38.812.712)	(15.978.070)	(85.401.524)
Fornecimentos e serviços externos	20	(193.149.947)	(96.980.122)	(207.872.680)	(101.711.723)	(419.762.108)
Custos com o pessoal		(44.202.919)	(22.168.604)	(47.259.514)	(22.918.630)	(92.443.327)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 6 e 7	(73.973.104)	(37.192.555)	(72.873.756)	(37.200.883)	(153.301.640)
Provisões e perdas de imparidade	1.p), 1.x) e 17	(11.474.634)	(5.804.778)	(11.230.975)	(5.647.277)	(23.698.647)
Outros custos operacionais		(7.854.923)	(3.797.065)	(7.206.569)	(3.331.330)	(15.663.550)
		(361.375.846)	(180.123.076)	(385.256.208)	(186.787.915)	(790.270.796)
Perdas em empresas associadas		-	-	-	-	(54.422)
Outros custos financeiros	1.n), 1.o), 1.w), 1.x) e 21	(9.381.915)	(4.916.237)	(7.910.633)	(4.170.509)	(17.413.177)
Outros proventos financeiros	1.o), 1.w) e 21	3.594.889	1.437.715	3.157.873	1.677.008	8.575.532
Resultados correntes		44.747.364	23.526.224	39.733.223	22.246.106	73.280.837
Imposto sobre o rendimento	1.q), 11 e 22	(6.608.699)	(2.353.123)	(7.939.341)	(4.134.891)	(10.955.640)
Resultado líquido consolidado do período		38.138.665	21.173.101	31.793.882	18.111.215	62.325.197
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe	26	38.134.433	21.156.892	31.803.380	18.147.843	62.287.398
Interesses sem controlo		4.232	16.209	(9.498)	(36.628)	37.799
Resultados por ação						
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,11	0,06	0,09	0,05	0,17
Diluídos		0,11	0,06	0,09	0,05	0,17
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,11	0,06	0,09	0,05	0,17
Diluídos		0,11	0,06	0,09	0,05	0,17

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Para os períodos e para os trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	junho 2012 (não auditado)	abril a junho 2012 (não auditado)	junho 2011 (reexpresso e não auditado)	abril a junho 2011 (reexpresso e não auditado)	dezembro 2011 (reexpresso)
Resultado líquido consolidado do período		38.138.665	21.173.101	31.793.882	18.111.215	62.325.197
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto						
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	(749.189)	(467.796)	290.110	195.847	(297.463)
Rendimento integral consolidado do período		37.389.476	20.705.305	32.083.992	18.307.062	62.027.734
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe		37.385.244	20.689.096	32.093.490	18.343.690	61.989.935
Interesses sem controlo		4.232	16.209	(9.498)	(36.628)	37.799

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Reservas						Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
			Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Outras reservas	Total de reservas			
2012											
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	13.594.518	7.119.989	(185.050.510)	618.945.566	-	62.287.398	1.033.885.314
Aplicação do resultado consolidado de 2011 (reexpresso)											
Transferência para outras reservas (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	62.287.398	62.287.398	-	(62.287.398)	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	-	(25.172.240)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de junho de 2012	-	-	-	-	-	-	(749.189)	(749.189)	-	38.134.433	37.385.244
Aquisição de ações próprias	-	(3.231.143)	-	-	3.231.143	-	(3.231.143)	-	-	-	(3.231.143)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Curto e Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	7.350.448	-	-	(7.350.448)	(4.006.035)	5.751.065	(5.605.418)	-	-	1.745.030
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	-	-	-	-	1.889.764	-	1.889.764	-	-	1.889.764
<b>Saldo em 30 de junho de 2012</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(9.475.213)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>7.991.192</b>	<b>9.475.213</b>	<b>5.003.718</b>	<b>(146.164.619)</b>	<b>651.595.881</b>	<b>-</b>	<b>38.134.433</b>	<b>1.046.501.969</b>
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	515.654	-	515.654
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	4.232	-	4.232
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.693)	-	(10.693)
<b>Saldo em 30 de junho de 2012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>384.693</b>	<b>-</b>	<b>384.693</b>
<b>Total</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(9.475.213)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>7.991.192</b>	<b>9.475.213</b>	<b>5.003.718</b>	<b>(146.164.619)</b>	<b>651.595.881</b>	<b>384.693</b>	<b>38.134.433</b>	<b>1.046.886.662</b>

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas			Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
						Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Outras reservas	Total de reservas			
2011											
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	15.030.834	4.812.753	(203.345.179)	593.009.788	-	43.669.651	987.895.473
Aplicação do resultado consolidado de 2010 (reexpresso)											
Transferência para reserva legal e outras reservas (reexpresso)	-	-	-	6.770.189	-	-	36.899.462	43.669.651	-	(43.669.651)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(17.859.403)	(17.859.403)	-	-	(17.859.403)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de junho de 2011											
Aquisição de ações próprias	-	(2.223.287)	-	-	2.223.287	-	(2.223.287)	-	-	31.803.380	32.093.490
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Curto e Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	3.659.603	-	-	(3.659.603)	(1.604.799)	1.775.360	(3.489.042)	-	-	170.561
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	-	-	-	-	1.988.888	-	1.988.888	-	-	1.988.888
<b>Saldo em 30 de junho de 2011 (reexpresso)</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(13.594.518)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>7.991.192</b>	<b>13.594.518</b>	<b>5.196.842</b>	<b>(184.462.938)</b>	<b>617.609.991</b>	<b>-</b>	<b>31.803.380</b>	<b>1.002.065.721</b>
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	593.790	-	593.790
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.498)	-	(9.498)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	2.292	-	2.292
<b>Saldo em 30 de junho de 2011 (reexpresso)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>462.084</b>	<b>-</b>	<b>462.084</b>
<b>Total</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(13.594.518)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>7.991.192</b>	<b>13.594.518</b>	<b>5.196.842</b>	<b>(184.462.938)</b>	<b>617.609.991</b>	<b>462.084</b>	<b>31.803.380</b>	<b>1.002.527.805</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Montantes expressos em Euros)	junho 2012		junho 2011	
Atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	408.285.090		443.001.391	
Pagamentos a fornecedores	(256.479.535)		(288.916.688)	
Pagamentos ao pessoal	(55.471.733)		(57.678.514)	
Fluxo gerado pelas operações	96.333.822		96.406.189	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.638.434)		(1.683.083)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	5.768.990		(716.393)	
Fluxos das atividades operacionais (1)	99.464.378	99.464.378	94.006.713	94.006.713
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	5.177.931		15.955.648	
Ativos fixos intangíveis	-		13.694	
Juros e proveitos similares	3.094.962		-	
Dividendos	11.443	8.284.336	2.963.806	18.933.148
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(5.970.672)		(8.860.291)	
Ativos fixos tangíveis	(47.090.340)		(60.771.059)	
Ativos intangíveis	(101.085.589)	(154.146.601)	(10.985.798)	(80.617.148)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(145.862.265)		(61.684.000)
Atividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	11.022.100	11.022.100	64.850.000	64.850.000
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(1.342.211)		(1.519.857)	
Juros e custos similares	(9.163.450)		(7.298.189)	
Dividendos	(25.296.740)		(17.983.903)	
Aquisição de ações próprias	(3.231.143)		(2.223.287)	
Empréstimos obtidos	(10.064.430)	(49.097.974)	(10.063.774)	(39.089.010)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(38.075.874)		25.760.990
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(84.473.761)		58.083.703
Efeito das diferenças de câmbio		(66.619)		(93.706)
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		189.031.758		66.024.199
Caixa e seus equivalentes no final do período		104.491.378		124.014.196

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011

### 1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	junho 2012	junho 2011
a) Pagamento de aquisições		
Connectiv Solutions, Inc	5.970.672	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	8.860.291
	<u>5.970.672</u>	<u>8.860.291</u>

### 2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	junho 2012	junho 2011
Numerário	205.725	272.172
Depósitos à ordem	6.476.272	6.959.855
Aplicações de Tesouraria	102.337.405	118.910.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(4.528.024)	(2.127.831)
Caixa e seus equivalentes	<u>104.491.378</u>	<u>124.014.196</u>
Depósitos à ordem (saldos credores)	<u>4.528.024</u>	<u>2.127.831</u>
Disponibilidades constantes do balanço	<u>109.019.402</u>	<u>126.142.027</u>

### 3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	junho 2012	junho 2011
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	106.369.030	43.787.221
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

#### 4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	96.816.712	(139.787.789)	(13.217.292)	(56.188.369)
Multimédia	(2.043.946)	(376.455)	(85.652)	(2.506.053)
Sistemas de Informação	96.824	(6.624.426)	5.791.095	(736.507)
Holding	4.594.788	926.405	(30.564.025)	(25.042.832)
	<u>99.464.378</u>	<u>(145.862.265)</u>	<u>(38.075.874)</u>	<u>(84.473.761)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## 12.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A. Desde então, o objeto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (acionista da Sonaecom, **doravante designada “Sonae”**). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Operador de telecomunicações móveis, fixas e internet;
- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 13 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

## 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2 e 3), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar". Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

Até à data não existem normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e que tivessem aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e que fossem adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de junho de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa no período findo em 30 de Junho de 2012, em virtude da sua aplicação não ser

ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-jul-11
As emendas relativas à Isenção para hiperinflação severa e remoção das taxas fixas:1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospectiva da IAS 20.	
IFRS 7 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros: Divulgações)	1-jan-13
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato.	
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros e alterações posteriores)	1-jan-15
Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor) Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	1-jan-13
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011) O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	1-jan-13
Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12) As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	1-jan-13
IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes) Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	1-jan-12
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-jan-13
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-jan-13
IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros) A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14
IFRIC 20 - Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície) A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	1-jan-13

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, o Grupo, alinhado com as melhores práticas do setor das telecomunicações, alterou a política de contabilização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. A partir de 1 de janeiro de 2012, os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, **são capitalizados na rubrica "Ativos intangíveis" e amortizados** de acordo com o período dos respetivos contratos, uma vez que apenas agora é possível efetuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respetivos contratos, bem como a identificação de qual a receita gerada pelos clientes associados a cada contrato, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 – Ativos intangíveis. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados. Esta política contabilística permite que as demonstrações financeiras revelem de forma mais fiável e relevante a sua posição e desempenho financeiro, uma vez que permite alinhar os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, com a receita por si gerada. Adicionalmente, e com a periodicidade entendida relevante, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

Conforme previsto pela IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, a alteração de política foi aplicada retrospectivamente, pelo que, a 1 de janeiro de 2011, o Grupo reconheceu um ativo intangível relacionado com o montante de encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes até essa data líquido das respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A demonstração de resultados consolidada de 2011 foi ajustada para refletir: (i) a capitalização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização e; (ii) a amortização e as perdas por imparidade do ativo intangível reconhecido no exercício e em exercícios anteriores. Consequentemente, foram efetuadas alterações nos Balanços consolidados a 1 de janeiro de 2011, a 30 de junho de 2011 e a 31 de dezembro de 2011 e nas Demonstrações Consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de junho de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme segue:

## Balço a 1 de janeiro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balço reexpresso
<b>Ativo</b>			
Ativos tangíveis	592.369.741	-	592.369.741
Ativos intangíveis	272.896.942	18.009.890	290.906.832
Diferenças de consolidação	526.141.552	-	526.141.552
Outros Ativos	470.461.591	-	470.461.591
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.861.869.826</b>	<b>18.009.890</b>	<b>1.879.879.716</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos não correntes	400.708.481	4.772.621	405.481.102
Passivos correntes	485.909.351	-	485.909.351
<b>Total do passivo</b>	<b>886.617.832</b>	<b>4.772.621</b>	<b>891.390.453</b>
Capital próprio excl. interesses sem controlo	974.658.204	13.237.269	987.895.473
Interesses sem controlo	593.790	-	593.790
<b>Total do capital próprio</b>	<b>975.251.994</b>	<b>13.237.269</b>	<b>988.489.263</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>1.861.869.826</b>	<b>18.009.890</b>	<b>1.879.879.716</b>

## Balço a 30 de junho de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balço reexpresso
<b>Ativo</b>			
Ativos tangíveis	578.876.233	-	578.876.233
Ativos intangíveis	266.504.968	17.894.177	284.399.145
Diferenças de consolidação	526.088.349	-	526.088.349
Outros Ativos	464.041.943	-	464.041.943
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.835.511.493</b>	<b>17.894.177</b>	<b>1.853.405.670</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos não correntes	456.150.874	4.741.957	460.892.831
Passivos correntes	389.985.034	-	389.985.034
<b>Total do passivo</b>	<b>846.135.908</b>	<b>4.741.957</b>	<b>850.877.865</b>
Capital próprio excl. interesses sem controlo	988.913.501	13.152.220	1.002.065.721
Interesses sem controlo	462.084	-	462.084
<b>Total do capital próprio</b>	<b>989.375.585</b>	<b>13.152.220</b>	<b>1.002.527.805</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>1.835.511.493</b>	<b>17.894.177</b>	<b>1.853.405.670</b>

## Balço a 31 de dezembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balço reexpresso
<b>Ativo</b>			
Ativos tangíveis	583.413.555	-	583.413.555
Ativos intangíveis	371.429.260	17.692.622	389.121.882
Diferenças de consolidação	521.103.723	-	521.103.723
Outros Ativos	543.841.632	-	543.841.632
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.019.788.170</b>	<b>17.692.622</b>	<b>2.037.480.792</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos não correntes	437.209.135	4.688.545	441.897.680
Passivos correntes	561.182.144	-	561.182.144
<b>Total do passivo</b>	<b>998.391.279</b>	<b>4.688.545</b>	<b>1.003.079.824</b>
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.020.881.237	13.004.077	1.033.885.314
Interesses sem controlo	515.654	-	515.654
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.021.396.891</b>	<b>13.004.077</b>	<b>1.034.400.968</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>2.019.788.170</b>	<b>17.692.622</b>	<b>2.037.480.792</b>

## Balço a 30 de junho de 2012

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balço reexpresso
<b>Ativo</b>			
Ativos tangíveis	572.695.283	-	572.695.283
Ativos intangíveis	369.193.588	16.036.145	385.229.733
Diferenças de consolidação	529.639.593	-	529.639.593
Outros Ativos	437.919.384	-	437.919.384
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.909.447.848</b>	<b>16.036.145</b>	<b>1.925.483.993</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos não correntes	247.693.889	1.919.666	249.613.555
Passivos correntes	628.983.776	-	628.983.776
<b>Total do passivo</b>	<b>876.677.665</b>	<b>1.919.666</b>	<b>878.597.331</b>
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.032.385.490	14.116.479	1.046.501.969
Interesses sem controlo	384.693	-	384.693
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.032.770.183</b>	<b>14.116.479</b>	<b>1.046.886.662</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>1.909.447.848</b>	<b>16.036.145</b>	<b>1.925.483.993</b>

## Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	872.443.700	-	872.443.700
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(442.250.912)	22.488.804	(419.762.108)
Amortizações	(130.495.567)	(22.806.073)	(153.301.640)
Outros custos operacionais	(217.207.048)	-	(217.207.048)
<b>Resultado antes de result. Financ. e impostos</b>	<b>82.490.173</b>	<b>(317.269)</b>	<b>82.172.904</b>
Resultados financeiros	(8.892.067)	-	(8.892.067)
Imposto sobre o rendimento	(11.039.716)	84.076	(10.955.640)
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>62.558.390</b>	<b>(233.193)</b>	<b>62.325.197</b>
Atribuível a interesses sem controlo	37.799	-	37.799
Atribuível a acionistas da empresa mãe	62.520.591	(233.193)	62.287.398
<b>Resultados por ação</b>			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,18	0,00	0,17
Diluídos	0,18	0,00	0,17
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,18	0,00	0,17
Diluídos	0,18	0,00	0,17

## Demonstração de resultados a 30 de junho de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	429.742.191	-	429.742.191
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(218.740.252)	10.867.572	(207.872.680)
Amortizações	(61.890.471)	(10.983.285)	(72.873.756)
Outros custos operacionais	(104.509.771)	-	(104.509.771)
<b>Resultado antes de result. Financ. e impostos</b>	<b>44.601.696</b>	<b>(115.713)</b>	<b>44.485.983</b>
Resultados financeiros	(4.752.760)	-	(4.752.760)
Imposto sobre o rendimento	(7.970.005)	30.664	(7.939.341)
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>31.878.931</b>	<b>(85.049)</b>	<b>31.793.882</b>
Atribuível a interesses sem controlo	(9.498)	-	(9.498)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	31.888.429	(85.049)	31.803.380
<b>Resultados por ação</b>			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,09	0,00	0,09
Diluídos	0,09	0,00	0,09
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,09	0,00	0,09
Diluídos	0,09	0,00	0,09

## Demonstração de resultados a 30 de junho de 2012

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	411.910.236	-	411.910.236
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(203.584.448)	10.434.501	(193.149.947)
Amortizações	(61.882.126)	(12.090.978)	(73.973.104)
Outros custos operacionais	(94.252.795)	-	(94.252.795)
<b>Resultado antes de result. Financ. e impostos</b>	<b>52.190.867</b>	<b>(1.656.477)</b>	<b>50.534.390</b>
Resultados financeiros	(5.787.026)	-	(5.787.026)
Imposto sobre o rendimento	(9.377.578)	2.768.879	(6.608.699)
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>37.026.263</b>	<b>1.112.402</b>	<b>38.138.665</b>
Atribuível a interesses sem controlo	4.232	-	4.232
Atribuível a acionistas da empresa mãe	37.022.031	1.112.402	38.134.433
<b>Resultados por ação</b>			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,10	0,00	0,11
Diluídos	0,10	0,00	0,11
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,10	0,00	0,11
Diluídos	0,10	0,00	0,11

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo Grupo a 30 de junho de 2012, com exceção do ponto anteriormente referido, são comparáveis com os

utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

#### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica "Interesses sem controlo".

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

#### b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o Grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é

efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

#### c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspetos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

#### d) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10-40
Redes de telecomunicações	10-40
Outros equipamentos básicos	1-16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1-10
Ferramentas e utensílios	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospetivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de ativos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/ desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

#### e) Ativos intangíveis

Os 'ativos intangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo

possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'ativos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'ativos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM, UMTS e o espectro para serviços de 4ª Geração) e de rede fixa, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e os encargos suportados com a angariação dos contratos de fidelização de clientes.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS, está a ser amortizada até 2030 e a licença LTE até 2041. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica "Ativos intangíveis" e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados Adicionalmente, e com a periodicidade entendida relevante, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

As amortizações do exercício dos 'ativos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

#### g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O Grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor da 'Diferença de consolidação', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na 'Diferença de consolidação' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de

janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### h) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

#### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

#### (ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

### (iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

### (iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/liquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de

opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

#### i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na Demonstração de Resultados, em 'Custo das vendas'.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da

compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo Grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de cash-flow é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura";
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de junho de 2012, o Grupo não se encontrava a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.y).

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – "Impostos sobre rendimento".

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para

efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Outros Proveitos Operacionais'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em ativos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rébito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea p)).

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A faturação destes serviços é efetuada numa base mensal. Os valores não faturados, desde o último ciclo de faturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efetuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus - Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

#### t) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

#### u) Reservas

##### *Reserva legal*

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### *Reservas de prémios de emissão de ações*

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### *Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo*

De acordo com a IFRS 2 – "Pagamentos com base em ações", a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

##### *Reservas de cobertura*

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

##### *Reservas de ações próprias*

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 30 de junho de 2012, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são

consideradas distribuíveis no montante de cerca de 147 milhões de euros.

#### v) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

#### w) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2012		2011	
	30 de junho	Média	30 de junho	Média
Libra inglesa	1,2395	1,2162	1,1080	1,1523
Real brasileiro	0,3878	0,4150	0,4425	0,4372
Dólar americano	0,7943	0,7715	0,6919	0,7134
Zloti (Polónia)	0,2354	0,2357	0,2506	0,2530
Dólar australiano	0,8104	0,7963	0,7416	0,7365
Pesos mexicanos	0,0593	0,0582	0,0589	0,0600
Libra Egípcia	0,1302	0,1276	0,1157	0,1168
Ringgit (Malásia)	0,2503	0,2499	0,2292	0,2352
Peso Chileno	0,0016	0,0016	0,0015	0,0015
Dólar de Singapura	0,6260	0,6102	0,5630	0,5667
Franco suíço	0,8313	0,8300	0,8284	0,7883
Coroa Sueca	0,1140	0,1126	-	-
Rand de África do Sul	0,0965	0,0972	-	-
Kwanza (Angola)	0,0083	0,0081	-	-
Dinar de Marrocos	0,0904	0,0900	-	-

#### x) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos

individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

#### y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – “Pagamento com Base em Ações”.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo’, no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’;
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;

- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 30 de junho de 2012, dois planos de ações Sonaecom em aberto estavam totalmente cobertos através da detenção de ações próprias. Para o plano 2011, a Empresa irá efetuar um contrato de cobertura, com uma entidade externa, para fixar o preço para a aquisição das referidas ações. O impacto associado aos planos de ações dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de ‘Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo’, para os Planos 2009 e 2010 e ‘Outros passivos não correntes’, para o Plano 2011. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a Empresa efetuou, para dois planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade com o plano não coberto está registada com base no justo valor das ações à data de balanço e para os planos cobertos, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

#### z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros ativos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contábilísticas, alterações em estimativas contábilísticas e erros”.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

#### ab) Gestão do Risco Financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

#### Risco de mercado

##### a) Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, no Chile, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.o)).

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

##### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transação que está a ser coberta; e

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado,

nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

### Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

#### Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo fato de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a

agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco. O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

## 2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de junho de 2012 e 2011, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2012		2011	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe SONAECON, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.		-	-	-	-
Subsidiárias							
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonae Telecom Sonaecom	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Sonae Telecom Optimus	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Connectiv Solutions, Inc. ("Connectiv") (a)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do US	100%	100%	-	-
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A. ("Infosystems") (b)	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação no setor das telecomunicações e outros: desenvolvimento, comercialização e distribuição de software e equipamentos conexos; conceção e desenvolvimento de plataformas de gestão; e comercialização de produtos e serviços online.	Sonae com SI	50%	50%	-	-
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais")	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos <i>an-line</i> , aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>an-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G") (c)	Maia	Edições digitais, edição eletrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	Dissolvida		100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas.	Sonaecom Sonae Telecom	64,14% 35,86%	64,14% 35,86%	64,14% 35,86%	64,14% 35,86%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Sonae Telecom Optimus	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%

\*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa adquirida em abril de 2012.

(b) Empresa adquirida em junho de 2012.

(c) Empresa dissolvida em outubro de 2011.

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	2012		2011	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ("Saphety")	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrônica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ("Sonaecom SP") (d)	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	-	-
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing e joint-ventures</i> .	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Españá, S.L. ("SSI Españá")	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Sonae Telecom Sonaecom	100% -	100% -	- 100%	- 100%
SSI Angola, S.A. ("SSI Angola") (e)	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação no setor das telecomunicações e outros: desenvolvimento, comercialização e distribuição de <i>software</i> e equipamentos conexos; conceção e desenvolvimento de plataformas de gestão; e comercialização de produtos e serviços online.	Infosystems	100%	50%	-	-
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
We Do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("We Do Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ("We Do US")	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ("We Do Malásia")	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ("We Do Chile")	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt")	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico")	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	5% 95%	5% 95%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá")	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ("We Do Singapura")	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

\* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(d) Empresa constituída em janeiro de 2012.

(e) Empresa adquirida em junho de 2012.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

### 3. Empresas controladas conjuntamente

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional as seguintes empresas:

				Porcentagem do capital detido			
				2012		2011	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	Vila Nova de Gaia	Comércio, indústria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova") (a)	Porto	Atividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	-	-
Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A. ('Infosystems')	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonae com SI	50%	50%	-	-
SSI Angola, S.A. ('SSI Angola')	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Infosystems	100%	50%	-	-

\*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, em junho de 2011.

Em dezembro de 2011, a consolidação da SIRS foi alterada do Método de Equivalência Patrimonial para a consolidação proporcional, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Sonaecom no âmbito dos acordos de acionistas da Empresa. Esta alteração não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e em 30 de junho de 2012.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, é o seguinte (débito/(crédito)):

	2012	2011
Ativos não correntes	2.042.411	2.355.981
Ativos correntes	1.138.436	872.159
Passivos não correntes	(1.924.017)	(2.187.838)
Passivos correntes	(572.335)	(486.410)
Resultado líquido	(127.052)	(149.285)
Total de proventos	(1.004.676)	(904.818)
Total de custos	877.624	755.533

#### 4. Investimentos em empresas associadas

Em 30 de junho de 2011, esta rubrica inclui o investimento numa empresa associada, cuja sede social, atividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, eram os seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido					
				2012		2011		Valor de balanço	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*	2012	2011
Empresas associadas:									
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova")	Porto	Atividade de radiodifusão sonora.	Público	-	-	45%	45%	(b)	(a)

\*Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

(b) Empresa controlada conjuntamente em 30 de junho de 2012 (Nota 3).

A 30 de junho de 2011 a empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1.b), não tendo sido necessário efetuar qualquer ajustamento de uniformização as políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 30 de junho de 2011, o valor dos ativos, passivos, proveitos, e resultado líquido da empresa associada foi como se segue:

Empresa	Ativo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
2011				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	629.315	630.687	438.086	29.063

#### 5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

##### a) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2012				
Sonaecom	Sonaecom SP	jan-12	50.000 EUR	100,00%

##### b) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação atual
2012				
Wedo US	Connectiv	abr-12*	100%	100%
Sonae com SI	Infosystems	jun-12	50%	50%
Infosystems	SSI Angola	jun-12	100%	100%

\* A assinatura do contrato de aquisição ocorreu em abril de 2012, com efeitos a 1 de maio de 2012.

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012.

A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.

(Montantes expressos em Euros)	Valor de Balanço antes da aquisição	Justo Valor
<b>Ativos adquiridos</b>		
Ativos tangíveis	614.561	614.561
Outras dívidas de terceiros	1.195.088	1.195.088
Outros ativos	144.333	144.333
Caixa e equivalentes de caixa	330.932	330.932
	<b>2.284.914</b>	<b>2.284.914</b>
<b>Passivos adquiridos</b>		
Outras dívidas a terceiros	195.073	195.073
Outros passivos	697.258	697.258
	<b>892.331</b>	<b>892.331</b>
<b>Total dos ativos líquidos adquiridos</b>	<b>1.392.583</b>	<b>1.392.583</b>
Preço de aquisição		9.886.640
Diferenças de consolidação		8.494.057

No seguimento da aquisição da Connectiv, a Empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, pelo que a alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais.

Não obstante, a Empresa não estima alterações significativas na sua posição financeira em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

O preço de aquisição inclui um montante diferido (2 milhões de USD) a pagar em 2013 e 2014, e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos.

A contribuição da Connectiv para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no período findo em 30 de junho de 2012, foi positivo em 288 milhares de Euros.

O detalhe da referida contribuição é como segue:

(Montantes expressos em Euros)	Contribuição a 30 de junho de 2012
Receitas totais	1.030.675
Custos e perdas	
Fornecimentos e serviços externos	(194.640)
Custos com pessoal	(547.697)
Resultado antes de result. Financ. e impostos	288.338
Resultados financeiros	(505)
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	287.833

Caso a Connectiv tivesse sido consolidada desde 1 de janeiro de 2012, os valores proforma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses sem controlo, para o período findo em 30 de junho de 2012, seriam como segue:

(Montantes expressos em Euros)	30 junho 2012 Pró-forma
Receitas operacionais consolidadas	414.850.862
Resultado líquido antes de interesses sem controlo	38.791.760

A contribuição da Connectiv no balanço consolidado da Sonaecom em 30 de junho de 2012, a qual não inclui o goodwill gerado pela Empresa em resultado da aquisição dos investimentos nesta empresa, é como segue:

(Montantes expressos em Euros)	Contribuição a 30 de junho de 2012
Ativo	
Ativos tangíveis	641.759
Clientes	232.208
Caixa e equivalentes de caixa	1.556.514
Outros Ativos	154.772
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.585.253</b>
Passivo	
Passivos não correntes	153.118
Passivos correntes	743.235
<b>Total do passivo</b>	<b>896.353</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>1.688.900</b>

## 6. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2012
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 31 dezembro 2011	302.416.354	1.039.039.573	184.996	201.461.205	1.181.254	5.677.521	36.269.347	1.586.230.250
Entrada de empresas (Nota 5. b))	-	-	-	1.250.155	-	-	-	1.250.155
Adições	156.011	2.372.974	5.338	7.487.276	220	2.715	39.504.915	49.529.449
Alienações	(89.391)	(43.277.138)	-	(420.077)	-	(18.892)	-	(43.805.498)
Transferências e abates	3.212.163	38.136.613	-	1.819.950	419	37.691	(51.472.288)	(8.265.452)
<b>Saldo em 30 junho 2012</b>	<b>305.695.137</b>	<b>1.036.272.022</b>	<b>190.334</b>	<b>211.598.509</b>	<b>1.181.893</b>	<b>5.699.035</b>	<b>24.301.974</b>	<b>1.584.938.904</b>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>								
Saldo em 31 dezembro 2011	161.265.292	655.832.295	136.116	179.673.009	1.137.465	4.772.518	-	1.002.816.695
Entrada de empresas (Nota 5. b))	-	-	-	635.594	-	-	-	635.594
Amortizações do período	4.080.168	28.757.184	17.080	8.937.827	6.184	234.485	-	42.032.928
Alienações	(63.305)	(32.747.992)	-	(276.290)	-	(5.117)	-	(33.092.704)
Transferências e abates	(20.826)	(130.489)	-	2.423	-	-	-	(148.892)
<b>Saldo em 30 junho 2012</b>	<b>165.261.329</b>	<b>651.710.998</b>	<b>153.196</b>	<b>188.972.563</b>	<b>1.143.649</b>	<b>5.001.886</b>	<b>-</b>	<b>1.012.243.621</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>140.433.808</b>	<b>384.561.024</b>	<b>37.138</b>	<b>22.625.946</b>	<b>38.244</b>	<b>697.149</b>	<b>24.301.974</b>	<b>572.695.283</b>

								2011
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 31 dezembro 2010	293.165.987	1.035.279.721	185.510	191.447.203	1.164.237	5.543.321	40.982.832	1.567.768.811
Adições	33.763	3.750.043	-	7.417.802	7.675	-	25.852.554	37.061.837
Alienações	(215.400)	(42.322.068)	(515)	(3.180.707)	(4.192)	-	-	(45.722.882)
Transferências e abates	5.180.050	32.272.465	-	1.537.851	2.631	22.052	(43.359.743)	(4.344.694)
<b>Saldo em 30 junho 2011</b>	<b>298.164.400</b>	<b>1.028.980.161</b>	<b>184.995</b>	<b>197.222.149</b>	<b>1.170.351</b>	<b>5.565.373</b>	<b>23.475.643</b>	<b>1.554.763.072</b>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>								
Saldo em 31 dezembro 2010	153.589.162	647.567.969	103.516	169.023.979	1.124.067	3.990.377	-	975.399.070
Amortizações do período	6.131.721	26.915.895	16.437	8.874.825	8.014	378.505	-	42.325.397
Alienações	(97.734)	(35.368.983)	(268)	(3.156.286)	(1.824)	-	-	(38.625.095)
Transferências e abates	(982.692)	(2.164.921)	-	(60.919)	(4.001)	-	-	(3.212.533)
<b>Saldo em 30 junho 2011</b>	<b>158.640.457</b>	<b>636.949.960</b>	<b>119.685</b>	<b>174.681.599</b>	<b>1.126.256</b>	<b>4.368.882</b>	<b>-</b>	<b>975.886.839</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>139.523.943</b>	<b>392.030.201</b>	<b>65.310</b>	<b>22.540.550</b>	<b>44.095</b>	<b>1.196.491</b>	<b>23.475.643</b>	<b>578.876.233</b>

As adições dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution), parte dos quais estão associados a projetos em curso, pelo que se mantêm registados em 'Ativos fixos tangíveis em curso'.

As alienações dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 correspondem essencialmente à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW).

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de junho de 2012 e 2011, ascendia a 35.384.420 euros e a 30.541.539 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 20.043.246 euros e 17.050.119 euros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2012 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 25 milhões de euros (21,4 milhões de euros em 2011) relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

As transferências do período incluem a transferência para "Ativos intangíveis" de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como "Ativos tangíveis em curso" (Nota 7).

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de junho de 2012 e 2011, a seguinte composição:

	2012	2011
Desenvolvimento da rede móvel / fixa	19.680.373	21.241.739
Sistemas de informação	890.663	353.769
Outros projetos em curso	3.730.938	1.880.135
	<u>24.301.974</u>	<u>23.475.643</u>

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

	2012	2011
Investimentos da área técnica	39.341.168	21.687.605
Investimentos em sistemas de informação	1.874.101	1.541.826
	<u>41.215.269</u>	<u>23.229.431</u>

## 7. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2012
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	361.690.451	296.368.784	117.812.807	775.872.042
Adições	13.305.146	465.337	7.834.274	21.604.757
Transferências e abates	66.083.333	15.358.118	(87.323.543)	(5.882.092)
<b>Saldo em 30 junho 2012</b>	<b>441.078.930</b>	<b>312.192.239</b>	<b>38.323.538</b>	<b>791.594.707</b>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	153.193.021	233.557.139	-	386.750.160
Amortizações do período	21.322.125	10.618.051	-	31.940.176
Transferências e abates	(12.147.687)	(177.675)	-	(12.325.362)
<b>Saldo em 30 junho 2012</b>	<b>162.367.459</b>	<b>243.997.515</b>	<b>-</b>	<b>406.364.974</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>278.711.471</b>	<b>68.194.724</b>	<b>38.323.538</b>	<b>385.229.733</b>

				2011
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2010 (reexpresso)	359.491.468	264.381.328	16.085.854	639.958.650
Adições (reexpresso)	13.388.261	644.859	8.558.855	22.591.975
Alienações	-	(14.858)	-	(14.858)
Transferências e abates	(13.351)	18.431.475	(17.037.671)	1.380.453
<b>Saldo em 30 junho 2011 (reexpresso)</b>	<b>372.866.378</b>	<b>283.442.804</b>	<b>7.607.038</b>	<b>663.916.220</b>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2010 (reexpresso)	137.409.894	211.641.924	-	349.051.818
Amortizações do período (reexpresso)	19.755.684	10.792.675	-	30.548.359
Alienações	-	(2.077)	-	(2.077)
Transferências e abates	(479)	(80.546)	-	(81.025)
<b>Saldo em 30 junho 2011 (reexpresso)</b>	<b>157.165.099</b>	<b>222.351.976</b>	<b>-</b>	<b>379.517.075</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>215.701.279</b>	<b>61.090.828</b>	<b>7.607.038</b>	<b>284.399.145</b>

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (“MOPTC”), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 30 de junho de 2012, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 30 de junho de 2012, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O ativo intangível no período findo em 30 junho de 2012 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de Euros correspondente ao valor actual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution). O valor total a pagar será de 113 milhões, tendo já sido pago, em Janeiro de 2012, um montante de 83 milhões. O restante poderá ser pago em 5 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o período findo em 30 de junho de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) foi transferido para firme e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041). Para além da parcela do espectro LTE transferida para firme, a rubrica 'Propriedade industrial e outros direitos', inclui ainda cerca de 16,0 milhões de euros (17,9 milhões de euros, em 2011) referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da subsidiária Optimus de acordo com a política contabilística descrita na Nota 1 e).

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o Grupo mantém registado na rubrica 'Ativos intangíveis – Propriedade Industrial' 175.527.543 euros e 186.457.179 euros, respetivamente, correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 55.505.330 euros (58.505.618 euros, em 2011) relativos à licença, (ii) 18.546.366 euros (19.548.872 euros, em 2011) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.696.149 euros (6.004.049 euros, em 2011) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 91.037.292 euros (97.399.887 euros, em 2011) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o total do valor líquido destes custos ascende a 9.720.211 euros e 10.906.599 euros, respetivamente. Os valores capitalizados nos exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram de 1.200.884 euros e 368.368 euros, respetivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,73% em 2012 (1,48% em 2011) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os segmentos móvel e fixo é efetuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

## 8. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

					2012
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
Ativos correntes					
Clientes	121.108.435	-	121.108.435	-	121.108.435
Outras dívidas de terceiros	27.198.845	-	27.198.845	4.579.523	31.778.368
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	109.019.402	-	109.019.402	-	109.019.402
	257.326.682	-	257.326.682	4.579.523	261.906.205

					2011
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
Ativos correntes					
Clientes	109.522.499	-	109.522.499	-	109.522.499
Outras dívidas de terceiros	21.134.822	-	21.134.822	8.756.226	29.891.048
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	126.142.027	-	126.142.027	-	126.142.027
	256.799.348	-	256.799.348	8.756.226	265.555.574

					2012
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	146.306.969	-	146.306.969	-	146.306.969
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	19.908.024	19.908.024	-	19.908.024
Titularização de créditos (Nota 18)	9.997.284	-	9.997.284	-	9.997.284
	156.304.253	19.908.024	176.212.277	-	176.212.277
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	307.518.703	-	307.518.703	-	307.518.703
Fornecedores	-	142.182.711	142.182.711	-	142.182.711
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	3.098.641	3.098.641	-	3.098.641
Titularização de créditos (Nota 18)	19.875.154	-	19.875.154	-	19.875.154
Outras dívidas a terceiros	-	1.850.386	1.850.386	14.767.579	16.617.965
	327.393.857	147.131.738	474.525.595	14.767.579	489.293.174

					2011
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	370.217.570	-	370.217.570	-	370.217.570
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	18.539.938	18.539.938	-	18.539.938
Titularização de créditos (Nota 18)	29.872.311	-	29.872.311	-	29.872.311
	<u>400.089.881</u>	<u>18.539.938</u>	<u>418.629.819</u>	<u>-</u>	<u>418.629.819</u>
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	30.312.879	-	30.312.879	-	30.312.879
Fornecedores	-	143.666.705	143.666.705	-	143.666.705
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	2.147.888	2.147.888	-	2.147.888
Titularização de créditos (Nota 18)	19.729.485	-	19.729.485	-	19.729.485
Outras dívidas a terceiros	-	2.491.613	2.491.613	19.548.067	22.039.680
	<u>50.042.364</u>	<u>148.306.206</u>	<u>198.348.570</u>	<u>19.548.067</u>	<u>217.896.637</u>

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

## 9. Diferenças de consolidação

Nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos na rubrica “Diferenças de consolidação” foram os seguintes:

	2012	2011
Saldo inicial	521.103.723	526.141.552
Aquisição da Connectiv	8.494.057	-
Outros movimentos do período	41.813	(53.203)
Saldo final	<u>529.639.593</u>	<u>526.088.349</u>

Nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica “Outros movimentos do período” inclui a atualização cambial das diferenças de consolidação.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica “Diferenças de consolidação” tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Optimus	485.092.375	485.092.375
Público	15.000.000	20.000.000
Cape Technologies	17.476.354	17.476.354
Connectiv	8.494.057	-
We Do	1.971.668	1.971.668
Praesidium Services	1.225.475	1.095.468
Unipress	321.698	321.698
Per-Mar	47.253	47.253
Be Towering	10.713	10.713
SIRS	-	72.820
	<u>529.639.593</u>	<u>526.088.349</u>

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,50%
Multimédia	10,00%
Sistemas de Informação	11,50%

## 10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2012	2011
Lusa - Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	9.979	9.979
		212.323	212.323

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 a rubrica de "Investimentos disponíveis para venda" não apresentou quaisquer movimentos.

Em 30 de junho de 2012, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. <sup>(1)</sup>	15.237	6.681	1.637	19.387	337	613
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL <sup>(1)</sup>	22	(35)	-	53	(18)	(18)

<sup>(1)</sup> Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2011.

## 11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 30 de junho de 2012 e 2011, no montante de 95.931.140 euros e 103.470.392 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012	2011
Saldo inicial	103.853.881	109.587.224
Efeito em resultados:		
Movimento nos impostos diferidos ativos, relativos a prejuízos fiscais reportáveis, registados em exercícos anteriores	(2.725.711)	(1.869.900)
Registo de impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais e diferenças temporárias de exercícos anteriores	5.157.499	4.499.324
Ajustamentos IAS/IFRS	(3.367.229)	(2.382.219)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	(483.542)	480.708
Diferenças temporárias resultantes da Licença UMTS	(182.514)	(5.608)
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos	(4.726.005)	(5.225.984)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus)	(1.610.000)	(1.610.000)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(7.937.502)	(6.113.679)
Outros	14.761	(3.153)
Saldo final	95.931.140	103.470.392

No exercíco findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008 (Nota 18). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercíco de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 30 de junho de 2012, foi revertido um montante de 11,3 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícos anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercíco de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a taxa de imposto utilizada nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso das diferenças temporárias, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada foi de 26,5%. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de junho de 2012, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS							Total Grupo Sonaecom
		Digitmarket	Cape Technologies	We Do Brasil	We Do USA	Sonocom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Total	
Prejuízos fiscais reportáveis:									
A serem utilizados até 2015	3.763.768	-	-	-	-	-	-	-	3.763.768
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	-	105.507	105.507	105.507
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	158.938	-	158.938	158.938
A serem utilizados até 2030	-	-	-	-	142.929	-	-	142.929	142.929
Sem limite de utilização	-	-	134.506	11.061	-	-	-	145.567	145.567
Prejuízos fiscais	3.763.768	-	134.506	11.061	142.929	158.938	105.507	552.941	4.316.709
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	30.605.172	33.346	-	243.727	-	-	262.551	539.624	31.144.796
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	3.536.742	-	-	-	-	-	-	-	3.536.742
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	16.835.602	526	-	-	-	-	-	526	16.836.128
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	4.830.000	-	-	-	-	-	-	-	4.830.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	35.249.213
Outros	-	-	-	(15.786)	14.989	-	18.349	17.552	17.552
<b>Total</b>	<b>59.571.284</b>	<b>33.872</b>	<b>134.506</b>	<b>239.002</b>	<b>157.918</b>	<b>158.938</b>	<b>386.407</b>	<b>1.110.643</b>	<b>95.931.140</b>

Em 30 de junho de 2012 e 2011, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2012	2011
Prejuízos fiscais	26.817.579	44.188.828
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	40.012.327	34.891.322
Outros	14.805.757	16.285.117
	<b>81.635.663</b>	<b>95.365.267</b>

Em 30 de junho de 2012 e 2011, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2012	2011
2011	-	2.068.426
2012	4.576.207	12.307.639
2013	13.846.284	13.849.849
2014	469.302	717.906
2015	3.853.099	6.395.816
2016	365.925	1.204.308
2017	153.947	1.772.700
2018	48.023	420.883
2019	331.156	1.460.177
2020	10.130	661.097
2021	50.078	32.323
2022	51.597	-
2025	-	198.816
2027	26.539	-
Sem limite de utilização	3.035.292	3.098.888
	<b>26.817.579</b>	<b>44.188.828</b>

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de junho de 2012 e 2011 no montante de 1.925.792 euros e 5.522.948 euros, respetivamente, resultam essencialmente de ajustamentos de consolidação e de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis referentes aos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes (Nota 1).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, foi como segue:

	2012	2011 (reexpresso)
Saldo inicial (reexpresso)	(5.186.711)	(5.559.170)
Efeito em resultados:		
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	(8.577)
Diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.770.104	30.664
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	2.770.104	22.087
Outros	490.815	14.135
Saldo final	(1.925.792)	(5.522.948)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011 (reexpresso)
Resultado antes de imposto	44.747.364	39.733.223
Imposto (25%)	(11.186.841)	(9.933.306)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma e derrama	(2.353.949)	(3.902.546)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores	5.157.499	4.499.324
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	2.081.169	-
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	(1.024.063)	-
Registo de passivos por impostos diferidos	-	22.087
Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos	900.000	900.000
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	-	480.708
Movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal da Licença UMTS	(182.514)	(5.608)
Impostos registados no período (Nota 22)	(6.608.699)	(7.939.341)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva Nota de Liquidação foi recepcionada em abril de 2011, sendo que a Optimus impugnou esta decisão e é convicção do Conselho de Administração da Optimus e do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos ativos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2012.

## 12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	205.725	272.172
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.476.272	6.959.855
Aplicações de tesouraria	102.337.405	118.910.000
Caixa e equivalentes de caixa	109.019.402	126.142.027
Descobertos bancários (Nota 15)	(4.528.024)	(2.127.831)
	104.491.378	124.014.196

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2012	2011
Sonae Investments BV	26.810.000	46.810.000
Aplicações bancárias	75.527.405	72.100.000
	102.337.405	118.910.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de junho de 2012, venceram juros a uma taxa média de 1,99% (2,41% em 2011).

## 13. Capital social

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Ações dispersas em Bolsa	76.104.586	20,78%	76.737.177	20,95%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP)	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias	6.897.791	1,88%	9.045.200	2,47%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	650.000	0,18%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## 14. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 4.828.234 ações próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Curto e Médio Prazo (1.764.157 ações durante o período findo em 30 de junho de 2011).

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de junho de 2012, a Empresa adquiriu 2.680.825 novas ações (a um preço médio de 1,205 euros), detendo, à data de 30 de junho de 2012, 6.897.791 ações próprias representativas de 1,88% do seu capital social, a um preço médio de 1,374 euros.

## 15. Empréstimos

Em 30 de junho de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2012	2011
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(2.223.289)	(1.545.828)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	2.038.176	886.154
					139.814.887	219.340.326
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	jul-12	-	-	149.950.000
SGPS	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(70.590)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	238.886
					-	150.118.296
WeDo USA	Empréstimo bancário		abr-19		5.957.100	-
			jun/ago-13 e jul-17			
Unipress	Empréstimo bancário	-		-	238.839	367.286
Saphety	Suprimentos de minoritários	-		-	451.322	391.662
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(187.419)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	32.239	-
					146.306.969	370.217.570

### b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2012	2011
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	30.000.000	-
					180.000.000	-
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	jul-12	-	123.000.000	-
	Papel Comercial	15.000.000	jun-12	-	-	12.000.000
	Papel Comercial	10.000.000	nov-11	-	-	10.000.000
	Contas caucionadas - CGD	-	-	-	-	6.150.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(49.631)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	40.310	35.048
					122.990.679	28.185.048
Sonaecom SGPS	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	-	2.112.779
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	4.528.024	15.052
					4.528.024	2.127.831
					307.518.703	30.312.879

### Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 3,37% (2,51%, em 2011).

### Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe dos seguintes Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
30 milhões de euros	maio de 2012	Caixa Geral de Depósitos	31-jul-2015
15 milhões de euros	junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável
10 milhões de euros *	novembro de 2010	Banco Popular	1 ano, eventualmente renovável
5 milhões de euros	abril de 2010	Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável

\* Pode também ser utilizado sob a forma de descoberto autorizado.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Em 30 de junho de 2012, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em Setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Sonae Telecom, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do Grupo e dos Ativos Consolidados do Grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus ou da WeDo USA (no caso do empréstimo bancário desta empresa). As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de junho de 2012, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

### Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5
<b>2012</b>					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	-	140.000.000	-	-
Juros	5.625.000	5.625.000	4.094.162	-	-
Papel comercial:					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	<u>5.625.000</u>	<u>5.625.000</u>	<u>144.094.162</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>2011</b>					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	180.000.000	-	40.000.000	-
Juros	6.322.700	5.821.422	1.402.400	1.029.707	-
Papel comercial:					
Amortização	-	149.950.000	-	-	-
Juros	2.344.000	199.079	-	-	-
	<u>8.666.700</u>	<u>335.970.501</u>	<u>1.402.400</u>	<u>41.029.707</u>	<u>-</u>

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no período findo em 30 de junho de 2011.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2012</b>						
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	123.000.000	27.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000		x
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	5.000.000	-	5.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Sonaecom	Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
Saphety	Descobertos autorizados	219.030	-	219.030	x	
SIRS	Descobertos autorizados	150.000	-	150.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.957.100	5.957.100	-		x
Outras	Diversos	-	5.218.185	-	x	
		<b>555.326.130</b>	<b>454.175.285</b>	<b>106.369.030</b>		
<b>2011</b>						
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	149.950.000	50.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	30.000.000	-	30.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	15.000.000	12.000.000	3.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	10.000.000	10.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes	16.500.000	6.150.000	10.350.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	2.112.779	387.221	x	
Outras	Diversos	-	15.052	-	x	
		<b>444.000.000</b>	<b>400.227.831</b>	<b>43.787.221</b>		

Em 30 de junho de 2012 e 2011 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

## 16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 19.908.024 euros e 18.539.938 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de junho de 2012 e 2011 era o seguinte:

	2012		2011	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2011	-	-	1.407.376	1.124.385
2012	2.344.001	1.829.339	3.181.201	2.318.153
2013	4.365.020	3.376.518	2.925.785	2.143.113
2014	3.455.213	2.612.179	2.091.859	1.387.603
2015	3.348.404	2.635.554	2.115.398	1.469.786
2016 e seguintes	15.309.123	12.553.075	14.988.119	12.244.786
	28.821.760	23.006.665	26.709.738	20.687.826
Juros	(5.815.096)	-	(6.021.912)	-
	23.006.665	23.006.665	20.687.826	20.687.826
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(3.098.641)	-	(2.147.888)
	23.006.665	19.908.024	20.687.826	18.539.938

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

## 17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
2012					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	78.700.909	11.596.882	(19.213.073)	(19.265)	71.065.453
Perdas de imparidade acumuladas em existências	12.801.233	664.389	(1.366.363)	-	12.099.259
Provisões para outros riscos e encargos	48.549.956	587.538	(2.015.308)	(24.224)	47.097.962
	140.052.098	12.848.809	(22.594.744)	(43.489)	130.262.674
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	70.410.631	10.589.036	(10.736.958)	(360.472)	69.902.237
Perdas de imparidade acumuladas em existências	14.930.606	1.910.174	(362.577)	-	16.478.203
Provisões para outros riscos e encargos	33.150.028	1.383.356	(291.106)	(43.173)	34.199.105
	118.491.265	13.882.566	(11.390.641)	(403.645)	120.579.545

O reforço das "Provisões para outros riscos e encargos" inclui o montante de 709.786 euros (699.218 euros em 2011) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 22). Em 30 de junho de 2011 inclui ainda o montante de 42.199 euros relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - "Ativos fixos tangíveis" (Nota 1.d)).

O reforço relativo a "Perdas de imparidade acumuladas em existências" encontra-se registado na demonstração de resultados, em "Custo das Vendas" (Nota 1.j)). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de "Provisões e perdas de imparidade" ascende a 11.474.634 euros (11.230.975 euros em 2011).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Optimus - Comunicações S.A., integralmente objeto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor da redução está registado na Demonstração de Resultados na rubrica "Outros Proveitos Operacionais".

A 30 de junho de 2012 e 2011, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2012	2011
Desmantelamento de sites	22.804.101	22.771.281
Contingências diversas	3.864.843	3.054.651
Processos judiciais em curso	3.264.062	2.869.033
Indemnizações a liquidar	652.289	798.268
Outras responsabilidades	16.512.667	4.705.872
	47.097.962	34.199.105

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica “Outras responsabilidades” corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.s)), no montante de cerca de 13 milhões de euros, nos quais se inclui o montante de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001.

## 18. Titularização de Créditos

Em 30 de dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de euros (98.569.400 euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento “Corporate”, ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro (Nota 11).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“TAGUS”), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas “Magma No. 1 Securitisation Notes”, às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transação, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.875.154 euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 9.997.284 euros, registado no passivo não corrente.

Esta transação não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respetivos clientes.

A 30 de junho de 2012 e 2011, o valor registado em “Titularização de créditos” tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
2012						
Titularização de créditos	19.875.154	9.997.284	-	-	-	29.872.438
2011						
Titularização de créditos	19.729.485	19.875.031	9.997.280	-	-	49.601.796

## 19. Outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2012, a rubrica “Outros passivos financeiros” inclui o montante de 3.098.641 euros (2.147.888 euros em 2011) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

## 20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte composição:

	2012	2011 (reexpresso)
Custos de interligação	89.884.524	90.890.947
Trabalhos especializados	22.061.830	25.438.923
Rendas e alugueres	17.903.132	17.410.443
Outros subcontratos	14.014.980	14.356.503
Publicidade e propaganda	10.563.557	13.619.805
Comissões	8.252.298	10.715.900
Aluguer de circuitos	6.197.739	10.037.662
Eletricidade	4.977.420	5.143.899
Conservação e Reparação	2.753.286	3.153.035
Honorários	2.678.320	1.911.029
Deslocações e estadas	2.652.366	2.607.586
Comunicação	2.343.039	2.836.450
Outros	8.867.456	9.750.498
	193.149.947	207.872.680

Os compromissos assumidos em 30 de junho de 2012 e 2011 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2012	2011
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2011	-	23.924.733
2012	18.902.032	44.135.038
2013	34.842.931	40.941.544
2014	32.195.276	38.736.463
2015	29.515.660	34.610.229
2016	25.754.683	32.542.418
2017	23.125.906	-
2018 e seguintes	33.030.151	32.783.232
Renováveis por 1 ano	3.126.176	2.591.570
	200.492.815	250.265.227

Durante o período findo em 30 de junho de 2012 foram reconhecidos 21.863.199 euros (23.783.909 euros, em 2011) na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas "Rendas e alugueres" e "Alugueres de circuitos".

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A atualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

## 21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

	2012	2011
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(7.749.878)	(6.802.942)
Empréstimos bancários	(5.889.321)	(4.385.248)
Juros securitização	(981.439)	(1.522.155)
Juros de leasing	(471.866)	(506.913)
Outros juros	(407.252)	(388.626)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(810.566)	(706.859)
Outros custos financeiros	(821.471)	(400.832)
	<u>(9.381.915)</u>	<u>(7.910.633)</u>
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	3.033.106	2.964.313
Diferenças de câmbio favoráveis	550.265	190.686
Outros proveitos financeiros	11.518	2.874
	<u>3.594.889</u>	<u>3.157.873</u>

Nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a rubrica “Juros obtidos” inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

## 22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011 (reexpresso)
Imposto corrente	(731.515)	(1.174.195)
Provisão para impostos liquida da redução (Nota 17)	(709.786)	(673.554)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	(7.937.502)	(6.113.679)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	2.770.104	22.087
	<u>(6.608.699)</u>	<u>(7.939.341)</u>

## 23. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, foram os seguintes:

	Saldos em 30 de junho de 2012			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos)
Sonae SGPS	34.168	-	-	3.089
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	859.572	535.360	-	(114.601)
Worten	2.806.609	(2.699)	-	(596.506)
Sonaecenter II	1.337.856	95.092	-	7.347
Sierra Portugal	1.048.722	81.987	-	(767.555)
Raso Viagens	96.019	94.675	-	(119.946)
Sonae Investments BV	-	-	26.810.000	2.031
France Télécom	978.368	4.105.279	-	(1.599.190)
	7.161.314	4.909.694	26.810.000	(3.185.331)

	Saldos em 30 de junho de 2011			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos)
Sonae SGPS	31.399	3.552	-	5.743
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.149.423	1.731.878	-	(415.586)
Worten	3.085.559	548.505	-	(540.765)
Sonaecenter II	2.358.829	459.558	-	82.519
Sierra Portugal	1.275.743	(42.340)	-	41.987
Raso Viagens	136.428	336.693	-	(216.781)
Sonae Investments BV	-	-	46.810.000	4.136
France Télécom	-	2.762.411	-	(2.090.950)
	8.037.381	5.800.257	46.810.000	(3.129.697)

	Transações durante o período findo em 30 de junho de 2012			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	2.368	4.500	221.776	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.615.924	893.242	-	218.903
Worten	1.205.993	921.463	-	16
Sonaecenter II	4.697.541	393.692	-	-
Sierra Portugal	2.625.847	502.258	-	(57)
Raso Viagens	191.610	1.005.622	-	-
Sonae Investments BV	-	-	521.650	-
France Télécom	7.171.813	7.833.623	-	-
	18.511.096	11.554.400	743.426	218.862

	Transações durante o período findo em 30 de junho de 2011			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	43.056	50.000	(11.039)	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.255.806	1.002.472	-	125.402
Worten	1.456.378	1.318.370	-	3.810
Sonaecenter II	4.093.581	274.545	-	-
Sierra Portugal	3.281.622	952.678	-	4.854
Raso Viagens	225.736	1.426.089	-	-
Sonae Investments BV	-	-	834.215	-
France Télécom	6.662.647	5.332.638	-	-
	17.018.826	10.356.792	823.176	134.066

As transações efetuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota. Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

## 24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de junho de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2012	2011
Optimus	ICP - ANACOM	Aquisição do espectro para 4ª geração	30.000.000	-
Optimus e Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	9.311.818	9.350.818
WeDo	Espírito Santo Bank	Empréstimo bancário	6.062.351	-
Optimus	Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	4.039.639	1.711.220
We Do e WeDo Egipto	AD Makedonski, Digi Telecommunications, Emirates Telecom. Corp., Pak Telecom, Scotiabank, Sirilanka Telecom, Telcel, Oman Telecommunications, Telefonica Moviles e Etisalat	Boa execução de trabalhos a realizar	926.959	1.136.582
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projeto 'HERMES' - QREN	417.797	436.822
Optimus	Direção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	306.954	307.348
Optimus	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Elvas, Mealhada, Barcelos, Sintra, Chaves, Oeiras e Covilhã	Boa execução de trabalhos a realizar	128.388	287.702
Optimus e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação – IVA	18.000	598.000
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	-	271.511
Várias	Outros		1.074.907	1.106.887
			53.041.181	15.961.258

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 30 de junho de 2012, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

## 25. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimídia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

O segmento denominado "Atividades de Holding", engloba todas as operações realizadas pelas empresas do Grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de junho de 2012 e 2011, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	355.632.115	368.944.742	11.029.693	13.245.393	49.015.218	55.902.473	1.926.858	1.992.659	-	110.400	417.603.884	440.195.667	(10.692.098)	(14.790.314)	406.911.786	425.405.353
Outros proveitos operacionais	5.935.002	6.057.330	214.955	200.080	717.252	281.862	30.884	88.149	-	-	6.898.093	6.627.421	(1.899.643)	(2.290.583)	4.998.450	4.336.838
Total de proveitos	361.567.117	375.002.072	11.244.648	13.445.473	49.732.470	56.184.335	1.957.742	2.080.808	-	110.400	424.501.977	446.823.088	(12.591.741)	(17.080.897)	411.910.236	429.742.191
Amortizações e depreciações																
Resultado operacional do segmento	(68.038.573)	(70.132.471)	(519.861)	(605.500)	(2.589.313)	(2.485.009)	(34.245)	(38.260)	-	(15.335)	71.181.992	(73.276.575)	(2.791.112)	402.819	(73.973.104)	(72.873.756)
Juros líquidos	53.839.328	45.933.801	(1.851.017)	(1.892.664)	1.966.751	871.607	(380.082)	(552.341)	-	37.550	53.574.980	44.397.953	(3.040.590)	88.030	50.534.390	44.485.983
Outros resultados financeiros	(3.230.532)	(6.338.710)	(163.860)	(111.464)	(454.952)	(412.181)	48.742	3.362.887	-	(29.237)	(3.800.602)	(3.528.705)	(916.171)	(309.924)	(4.716.773)	(3.838.629)
Outros resultados financeiros	(639.017)	(31.674)	8.875	(3.824)	(238.324)	(709.404)	75.068.851	2.017.236	-	(40)	74.200.385	1.272.294	(75.270.638)	(2.186.425)	(1.070.253)	(914.131)
Resultados antes de impostos consolidado do período	49.969.779	39.563.417	(2.006.002)	(2.007.952)	1.273.475	(249.978)	74.737.511	4.827.782	-	8.273	123.974.763	42.141.542	(79.227.399)	(2.408.319)	44.747.364	39.733.223
Ativos:																
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill																
Existências	960.752.059	858.718.772	3.821.454	4.031.973	75.788.476	68.808.498	329.447	398.787	-	3.075	1.040.691.436	931.961.105	446.873.173	457.402.622	1.487.564.609	1.389.363.727
Investimentos financeiros	6.573.554	19.551.613	691.166	758.776	252.327	34.153	-	-	-	-	7.517.047	20.344.542	-	-	7.517.046	20.344.542
Outros ativos não correntes	-	1.282.025	209.829	441.509	2.494	2.494	1.058.851.476	1.134.606.802	-	-	1.059.063.799	1.136.332.830	(1.058.851.476)	(1.136.120.507)	212.323	212.323
Outros ativos correntes do segmento	87.247.114	105.547.800	3.570	-	8.291.373	1.457.999	98.770.998	520.775.752	-	1.554.812	194.313.055	629.336.363	(98.068.455)	(525.585.770)	96.244.600	103.750.593
Passivos do segmento	246.891.838	284.437.678	8.968.090	9.651.898	44.602.834	48.139.333	583.338.019	77.388.863	-	88.638	883.800.781	419.706.410	(549.855.366)	(79.971.925)	333.945.415	339.734.485
Passivos:																
Passivos do segmento	929.643.241	751.250.692	19.923.144	19.885.175	88.927.561	65.172.025	447.619.527	464.732.427	-	1.486.671	1.486.113.473	1.302.526.990	(607.516.143)	(451.649.125)	878.597.330	850.877.865
CAPEX	59.862.752	52.166.441	215.610	303.413	11.042.517	1.836.677	21.738.810	166.690.000	-	3.381	92.859.689	220.999.912	(23.957.215)	(167.285.778)	68.902.474	53.714.134

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móvel e fixo, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)	jun-12	jun-11 (reexpresso)
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	262.475.374	280.327.708	108.755.968	106.916.602	(15.599.227)	(18.299.568)	355.632.115	368.944.742
Outros proveitos operacionais	14.604.787	17.000.743	530.060	398.024	(9.199.845)	(11.341.437)	5.935.002	6.057.330
<b>Total de proveitos</b>	<b>277.080.161</b>	<b>297.328.451</b>	<b>109.286.027</b>	<b>107.314.626</b>	<b>(24.799.071)</b>	<b>(29.641.005)</b>	<b>361.567.117</b>	<b>375.002.072</b>
Amortizações e depreciações	(51.316.399)	(52.049.365)	(16.599.788)	(18.003.225)	(122.386)	(79.881)	(68.038.573)	(70.132.471)
Resultado operacional do segmento	63.570.337	57.870.989	(9.619.432)	(11.882.523)	(111.576)	(54.666)	53.839.328	45.933.801
Ativos:								
Ativos fixos tangíveis e Goodwill	827.917.001	704.682.584	132.835.059	154.036.188	-	-	960.752.059	858.718.772
Existências	5.722.456	18.330.972	851.097	1.220.641	-	-	6.573.554	19.551.613
Investimentos financeiros	-	1.282.025	-	-	-	-	-	1.282.025
CAPEX	48.940.126	40.133.354	9.567.647	11.876.597	1.354.979	156.490	59.862.752	52.166.441

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding	Outros Sonaecom
<b>2012</b>					
Telecomunicações	-	-	7.573.099	1.653.557	-
Multimédia	531.725	-	19.854	85.784	-
Sistemas de Informação	698.679	15.162	-	177.600	-
Atividades de Holding	46.886	2.291	1.382	-	-
Outros Sonaecom	-	-	-	-	-
Outros	354.354.825	11.012.240	41.420.883	9.917	-
	<b>355.632.115</b>	<b>11.029.693</b>	<b>49.015.218</b>	<b>1.926.858</b>	<b>-</b>
<b>2011</b>					
Telecomunicações	-	-	11.249.171	1.729.866	110.400
Multimédia	652.858	-	35.374	86.127	-
Sistemas de Informação	683.059	36.635	-	176.666	-
Atividades de Holding	26.636	1.800	1.018	-	-
Outros Sonaecom	704	-	-	-	-
Outros	367.581.485	13.206.958	44.616.910	-	-
	<b>368.944.742</b>	<b>13.245.393</b>	<b>55.902.473</b>	<b>1.992.659</b>	<b>110.400</b>

## 26. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao Grupo (38.134.433 euros em 2012 e 31.803.380 euros em 2011 reexpresso) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, deduzidas das ações próprias (359.087.890 euros em 2012 e 357.124.479 euros em 2011).

## 27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Período de Diferimento			30 junho 2012	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2008	1,117	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	379	2.549.444
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	372	2.996.665
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	367	3.099.924
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2008	0,526	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	4	342.242
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	8	412.823
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	7	761.890

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Saldo a 31 dezembro 2011:</b>				
Ainda diferidas	1.155	8.892.470	16	1.100.633
<b>Total</b>	<b>1.155</b>	<b>8.892.470</b>	<b>16</b>	<b>1.100.633</b>
<b>Movimentos no ano:</b>				
Atribuídas	367	2.911.077	7	701.138
Vencidas	(380)	(3.761.450)	(4)	(405.776)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas <sup>(1)</sup>	(24)	603.936	-	120.960
<b>Saldo a 30 junho 2012:</b>				
Ainda diferidas	1.118	8.646.033	19	1.516.955
<b>Total</b>	<b>1.118</b>	<b>8.646.033</b>	<b>19</b>	<b>1.516.955</b>

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2009 e 2010 de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano 2011, o Grupo irá celebrar um contrato de cobertura com uma entidade externa, sendo a responsabilidade calculada com base no preço estimado a fixar no contrato. A responsabilidade dos planos 2009 e 2010 foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo" e a responsabilidade do plano 2011 foi registada em "Outros passivos não correntes". Para os planos de ações Sonae SGPS, com exceção de um dos planos, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de junho de 2012, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	31.075.127
Custos reconhecidos no período	2.467.919
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(23.313.389)
Custos dos planos exercidos no período	(4.451.700)
<b>Total de custos dos Planos</b>	<b>5.777.957</b>
Registados em 'Outros passivos correntes'	215.166
Registados em 'Outros passivos não correntes'	559.073
Registado em Reservas	5.003.718

## 28. Outros Assuntos

Em 30 de junho de 2012, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, assim como saldos de "Outros ativos correntes" no valor de 411.649 euros, e de "Provisões para Outros Riscos e Encargos" no valor de 6.817.553 euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Por deliberação do Conselho de Administração do ICP - Anacom, foi aplicada, à subsidiária Optimus, uma coima no valor de cerca de 6,5 milhões de Euros, no âmbito do processo de contra-ordenação relativo ao alegado incumprimento, pela subsidiária, da deliberação do Conselho de Administração do ICP- Anacom de 26 de Outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa. Os Conselhos de Administração da Optimus e da Sonaecom entendem que a Optimus sempre cumpriu com a referida deliberação, pelo que a Optimus impugnou judicialmente a aplicação da referida coima, sendo seu entendimento que a impugnação será julgada procedente.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de julho de 2012.

## Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M - 40, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
3shoppings - Holding,SGPS, S.A.	BA Business Angels, SGPS, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	BA Capital, SGPS, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beralands BV
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Bloco Q - Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W - Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO - Comércio Retalhista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente - Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone - Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping - Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo - Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping - Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
Alpêssego - Soc. Agrícola, S.A	Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A.
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde - Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidashopping - Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping - Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries - Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M - 40 B.V.	Contibomba - Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.

<p>Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.  Continente Hipermercados, S.A.  Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.  Cooper Gay Swett &amp; Crawford Lt  Craiova Mall BV  Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.  Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.  Darbo S.A.S  Deutsche Industrieholz GmbH  Discovery Sports, SA  Dortmund Tower GmbH  Dos Mares – Shopping Centre B.V.  Dos Mares – Shopping Centre, S.A.  Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.  Ecociclo II  Edições Book.it, S.A.  Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.  Efanor Investimentos, SGPS, S.A.  Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.  El Rosal Shopping, S.A.  Emfísico Boavista  Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.  Equador &amp; Mendes, Lda  Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.  Estação Viana – Centro Comercial, S.A.  Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.  Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.  Farmácia Selecção, S.A.  Fashion Division Canárias, SL  Fashion Division, S.A.  Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.  Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.  Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.  Frieengineering International Ltda  Fundo de Invest. Imobiliário Imosede  Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center  Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro  Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.  Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.  GHP GmbH  Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl  Glunz AG  Glunz Service GmbH</p>	<p>Glunz UK Holdings Ltd  Glunz Uka GmbH  GMET, ACE  Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.  Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.  Harvey Dos Iberica, S.L.  Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda  HighDome PCC Limited  Iberian Assets, S.A.  Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.  Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.  Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.  Imobiliária da Cacela, S.A.  Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.  Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.  Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.  Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.  Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.  Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.  Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.  Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.  Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.  Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.  Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.  Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.  Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.  Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.  Imosona II  Impaper Europe GmbH &amp; Co. KG  Implantação – Imobiliária, S.A.  Infocfield – Informática, S.A.  Infratroia, EM  Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.  Inparvi SGPS, S.A.  Integrum - Energia, SA  Integrum Colombo Energia, S.A.  Interlog – SGPS, S.A.  Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.  Investalentejo, SGPS, S.A.  Ioannina Development of Shopping Centres, SA  Isoroy SAS  La Farga – Shopping Center, SL  Laminate Park GmbH Co. KG</p>
--	--

<p>Larim Corretora de Resseguros Ltda  Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.  <b>Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.</b>  LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA  Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl  Libra Serviços, Lda.  <b>Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.</b>  Loop5 Shopping Centre GmbH  <b>Loureshopping – Centro Comercial, S.A.</b>  <b>Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.</b>  Luz del Tajo B.V.  <b>Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.</b>  <b>Maiashopping – Centro Comercial, S.A.</b>  <b>Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.</b>  <b>Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda</b>  Marcas MC, ZRT  Marina de Tróia S.A.  <b>Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marit, Lda</b>  <b>Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.</b>  <b>Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.</b>  MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda  MDS Assoc. Corretora de Seguros Ltda  MDS Consultores, S.A.  MDS Corretor de Seguros, S.A.  MDS Malta Holding Limited  MDS SGPS, SA  MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA  Megantic BV  Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda  <b>MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.</b>  Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda  <b>Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.</b>  <b>MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.</b>  <b>Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.</b>  Modelo Continente Hipermercados, S.A.  Modelo Continente Intenational Trade, SA  Modelo Hiper Imobiliária, S.A.  <b>Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.</b>  Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A.  <b>Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.</b>  <b>Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda</b>  <b>Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.</b>  Munster Arkaden, BV  <b>Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.</b></p>	<p><b>Norteshopping – Centro Comercial, S.A.</b>  Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV  Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld  Nova Equador P.C.O. e Eventos  <b>Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.</b>  OSB Deutschland GmbH  PantheonPlaza BV  <b>Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.</b>  Pareuro, BV  Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.  <b>Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.</b>  Parque D. Pedro 1 B.V.  Parque D. Pedro 2 B.V.  <b>Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.</b>  Parque Principado SL  Pátio Boavista Shopping Ltda.  Pátio Campinas Shopping Ltda  Pátio Goiânia Shopping Ltda  Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda  Pátio Penha Shopping Ltda.  Pátio São Bernardo Shopping Ltda  Pátio Sertório Shopping Ltda  Pátio Uberlândia Shopping Ltda  <b>Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.</b>  <b>Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.</b>  <b>PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.</b>  <b>PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda</b>  Plaza Éboli B.V.  <b>Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.</b>  Plaza Mayor Holding, SGPS, SA  Plaza Mayor Parque de Ócio BV  Plaza Mayor Parque de Ocio, SA  Plaza Mayor Shopping BV  Plaza Mayor Shopping, SA  Ploi Mall BV  Plysorol, BV  Poliface North America  <b>POLINSUR – Mediação de seguros, LDA</b>  PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA  <b>Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.</b>  <b>Praedium – Serviços, S.A.</b>  <b>Praedium II – Imobiliária, S.A.</b>  Praedium SGPS, S.A.  <b>Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.</b>  Prédios Privados Imobiliária, S.A.</p>
--	--

<p>Predisedas – Predial das Sedas, S.A.  Pridelease Investments, Ltd  Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH  Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH  Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH  Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl  Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl  Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl  Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl  Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.  Project 4, Srl  Project SC 1 BV  Project SC 2 BV  Project Sierra 2 B.V.  Project Sierra 6 BV  Project Sierra 7 BV  Project Sierra 8 BV  Project Sierra 9 BV  Project Sierra Brazil 1 B.V.  Project Sierra Charagionis 1 S.A.  Project Sierra Four, SA  Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV  Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV  Project Sierra Spain 1 B.V.  <b>Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.</b>  Project Sierra Spain 2 B.V.  <b>Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.</b>  Project Sierra Spain 3 B.V.  Project Sierra Spain 6 B.V.  <b>Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.</b>  Project Sierra Spain 7 B.V.  Project Sierra Three Srl  Project Sierra Two Srl  Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.  <b>Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.</b>  <b>Puravida – Viagens e Turismo, S.A.</b>  Quorum Corretora de seguros LT  Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.  RASO - Viagens e Turismo, S.A.  RASO, SGPS, S.A.  <b>Rio Sul – Centro Comercial, S.A.</b>  River Plaza Mall, Srl  River Plaza, BV</p>	<p>Rochester Real Estate, Limited  RSI Corretora de Seguros Ltda  S.C. Microcom Doi Srl  Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.  SC – Consultadoria, S.A.  SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.  SC Aegean B.V.  SC Assets SGPS, S.A.  SC Finance BV  SC Mediterraneum Cosmos B.V.  SC, SGPS, SA  SCS Beheer, BV  Selfrio,SGPS, S.A.  <b>Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.</b>  <b>Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda</b>  SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA  Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.  Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.  <b>Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.</b>  <b>Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.</b>  Shopping Centre Parque Principado B.V.  Shopping Penha B.V.  <b>Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.</b>  SIAL Participações Ltda  <b>Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.</b>  Sierra Berlin Holding BV  Sierra Central S.A.S  Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.  Sierra Charagionis Propert.Management S.A.  Sierra Corporate Services Holland, BV  Sierra Development Greece, S.A.  Sierra Developments Germany GmbH  Sierra Developments Holding B.V.  Sierra Developments Italy S.r.l.  Sierra Developments Romania, Srl  <b>Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL</b>  Sierra Developments, SGPS, S.A.  Sierra Enplanta Ltda  Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.  Sierra GP Limited  Sierra Investimentos Brasil Ltda  Sierra Investments (Holland) 1 B.V.</p>
---	--

<p>Sierra Investments (Holland) 2 B.V.  Sierra Investments Holding B.V.  Sierra Investments SGPS, S.A.  Sierra Italy Holding B.V.  Sierra Management Germany GmbH  Sierra Management Greece S.A.  Sierra Management Italy S.r.l.  Sierra Management Romania, Srl  <b>Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.</b>  Sierra Management, SGPS, S.A.  Sierra Portugal, S.A.  <b>SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.</b>  <b>SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.</b>  SISTAVAC, S.A.  <b>SKK – Central de Distr., S.A.</b>  SKK SRL  <b>SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos</b>  Sociedade de Construções do Chile, S.A.  Société de Tranchage Isoroy S.A.S.  <b>Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.</b>  Soconstrução BV  Sodesa, S.A.  Soflorin, BV  <b>Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.</b>  Solinca - Eventos e Catering, SA  Solinca - Health and Fitness, SA  <b>Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.</b>  <b>Solinfitness – Club Malaga, S.L.</b>  Solingen Shopping Center GmbH  <b>Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.</b>  Somit Imobiliária  SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA  Sonae Capital Brasil, Lda  Sonae Capital,SGPS, S.A.  Sonae Center II S.A.  Sonae Center Serviços, S.A.  Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.  <b>Sonae Indústria – SGPS, S.A.</b>  Sonae Industria de Revestimentos, S.A.  Sonae Indústria Manag. Serv, SA  Sonae Investimentos, SGPS, SA  Sonae Novobord (PTY) Ltd  Sonae RE, S.A.  <b>Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.</b></p>	<p>Sonae SGPS, S.A.  Sonae Sierra Brasil S.A.  Sonae Sierra Brazil B.V.  Sonae Sierra, SGPS, S.A.  Sonae Tafibra Benelux, BV  <b>Sonae Turismo – SGPS, S.A.</b>  Sonae UK, Ltd.  <b>Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos</b>  SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.  Sondis Imobiliária, S.A.  Sontel BV  Sontur BV  Sonvecap BV  Sopair, S.A.  <b>Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist</b>  Spanboard Products, Ltd  SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl  Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA  <b>Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.</b>  <b>Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.</b>  <b>Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.</b>  <b>Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.</b>  <b>Sport Zone – Turquia</b>  Sport Zone Canárias, SL  Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA  Spred, SGPS, SA  Stinnes Holz GmbH  Tableros Tradema, S.L.  Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL  Tafibra Polska Sp.z.o.o.  Tafibra South Africa  Tafibra Suisse, SA  <b>Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.</b>  Tafisa Canadá Societé en Commandite  Tafisa France, S.A.  Tafisa UK, Ltd  Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL  Tarkett Agepan Laminat Flooring SCS  Tecmasa Reciclados de Andalucía, SL  Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda  Têxtil do Marco, S.A.  <b>Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.</b>  Tlantic Sistemas de Informação Ltd<sup>a</sup>  <b>Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.</b>  Tool GmbH</p>
---	--

<p>Torre Ocidente Imobiliária, S.A.  Torre São Gabriel - Imobiliária, S.A.  TP - Sociedade Térmica, S.A.  Troia Market, S.A.  Tróia Natura, S.A.  Troiaresort - Investimentos Turísticos, S.A.  Troiaverde - Expl.Hoteleira Imob., S.A.  Tulipamar - Expl.Hoteleira Imob., S.A.  Unishopping Administradora Ltda.  Unishopping Consultoria Imob. Ltda.  Urbisedas - Imobiliária das Sedas, S.A.  Valecenter Srl  Valor N, S.A.  Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A.  Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A.  Via Catarina - Centro Comercial, S.A.  Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.</p>	<p>Vistas do Freixo, SA  Vuelta Omega, S.L.  Weiterstadt Shopping BV  World Trade Center Porto, S.A.  <b>Worten - Equipamento para o Lar, S.A.</b>  Worten Canárias, SL  Worten España, S.A.  ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA  ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.  Zippy Turquia  Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.  ZYEVOLUTION-Invest.Desenv.,SA.</p>
---	---

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

## 12.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

### Balanços

Para períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 e para o exercício findo em 31 dezembro de 2011

	Notas	junho 2012	junho 2011	dezembro 2011
<b>Ativo</b>				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	327.916	393.392	361.047
Ativos intangíveis	1.b) e 3	1.531	5.395	2.285
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	1.083.529.576	1.100.697.029	1.097.478.929
Outros ativos não correntes	1. c), 1.m), 1.n), 4 e 6	108.948.228	587.249.652	542.879.752
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.192.807.251</b>	<b>1.688.345.468</b>	<b>1.640.722.013</b>
Ativos correntes				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4 e 8	473.523.710	15.584.333	5.250.772
Outros ativos correntes	1.m)	1.630.150	1.990.083	1.249.804
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 9	78.802.244	21.736.335	61.289.703
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>553.956.104</b>	<b>39.310.751</b>	<b>67.790.279</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.746.763.355</b>	<b>1.727.656.219</b>	<b>1.708.512.292</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>				
Capital próprio				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.p) e 11	(10.138.930)	(13.594.518)	(13.594.518)
Reservas	1.o)	869.776.613	903.920.831	904.095.590
Resultado líquido do período		74.897.642	(324.794)	(7.960.682)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.300.782.193</b>	<b>1.256.248.387</b>	<b>1.248.787.258</b>
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 12.a)	139.814.887	369.529.212	319.485.865
Provisões para outros riscos e encargos	1.k), 1.n) e 13	70.934	68.654	68.654
Outros passivos não correntes	1.m), 1.n) e 1.s)	100.713	201.332	271.207
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>139.986.534</b>	<b>369.799.198</b>	<b>319.825.726</b>
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.g), 1.h), 4, e 12.b)	304.673.797	96.562.006	137.109.904
Outras dívidas a terceiros	4 e 14	508.071	4.119.553	1.579.811
Outros passivos correntes	1.m) e 1.s)	812.760	927.075	1.209.593
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>305.994.628</b>	<b>101.608.634</b>	<b>139.899.308</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.746.763.355</b>	<b>1.727.656.219</b>	<b>1.708.512.292</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012 e 2011.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos e trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Notas	junho 2012 (não auditado)	abril a junho 2012 (não auditado)	junho 2011 (não auditado)	abril a junho 2011 (não auditado)	dezembro 2011
Prestações de serviços	18	1.926.858	962.437	1.992.659	1.124.870	3.879.652
Outros proveitos operacionais	1.f) e 18	-	-	88.149	83.461	896
		1.926.858	962.437	2.080.808	1.208.331	3.880.548
Fornecimentos e serviços externos	1.e) e 15	(997.526)	(492.048)	(1.132.938)	(424.927)	(1.986.852)
Custos com o pessoal	1.s) e 21	(1.196.785)	(560.003)	(1.366.696)	(756.265)	(2.655.517)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(34.245)	(16.992)	(38.260)	(18.916)	(75.411)
Provisões e perdas de imparidade	1.k) e 13	(15.387)	-	-	-	-
Outros custos operacionais		(32.249)	(15.475)	(37.556)	(18.934)	(100.022)
		(2.276.192)	(1.084.518)	(2.575.450)	(1.219.042)	(4.817.802)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	16	75.270.712	(1.718.149)	(3.236.000)	0	(9.880.000)
Outros custos financeiros	1.c), 1.h), 1.i), 1.q), 12, 16 e 18	(7.191.230)	(3.361.910)	(5.050.670)	(2.745.482)	(12.043.254)
Outros proveitos financeiros	9, 16 e 18	7.143.693	3.490.303	10.326.276	4.879.456	15.312.037
Resultados correntes		74.873.841	(1.711.837)	1.544.964	2.123.263	(7.548.471)
Imposto sobre o rendimento	1.l), 7 e 17	23.801	(67.618)	(1.869.758)	(1.128.139)	(412.211)
Resultado líquido do período		74.897.642	(1.779.455)	(324.794)	995.124	(7.960.682)
Resultados por ação	20					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,21	(0,01)	(0,00)	0,00	(0,02)
Diluídos		0,21	(0,01)	(0,00)	0,00	(0,02)
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,21	(0,01)	(0,00)	0,00	(0,02)
Diluídos		0,21	(0,01)	(0,00)	0,00	(0,02)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações do rendimento integral

Para os períodos e trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

	Notas	junho 2012 (não auditado)	abril a junho 2012 (não auditado)	junho 2011 (não auditado)	abril a junho 2011 (não auditado)
Resultado líquido do período		74.897.642	(1.779.455)	(324.794)	995.124
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-	-
Rendimento integral do período		74.897.642	(1.779.455)	(324.794)	995.124

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011

			Reservas							
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 21)	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2012										
Saldo em 31 de dezembro de 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	13.594.518	742.525	106.476.978	904.095.590	(7.960.682)	1.248.787.258
Aplicação do resultado líquido de 2011										
Transferencia para outras reservas	-	-	-	-	-	-	(7.960.682)	(7.960.682)	7.960.682	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	(25.172.240)
Rendimento integral do período findo em 30 de junho de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	74.897.642	74.897.642
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	438.791	-	-	(438.791)	(443.650)	443.650	(438.791)	-	-
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	4.949.143	-	-	(4.949.143)	-	4.008.618	(940.525)	-	4.008.618
Entrega de ações próprias no âmbito do empréstimo em ações às subsidiárias	-	1.962.514	-	-	(1.962.514)	-	1.962.514	-	-	1.962.514
Devolução de ações próprias no âmbito do empréstimo às subsidiárias	-	(1.719.545)	-	-	1.719.545	-	(1.719.545)	-	-	(1.719.545)
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	-	193.261	-	193.261	-	193.261
Aquisição de ações próprias	-	(2.175.315)	-	-	2.175.315	-	(2.175.315)	-	-	(2.175.315)
<b>Saldo em 30 de junho 2012</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(10.138.930)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>7.991.192</b>	<b>10.138.930</b>	<b>492.136</b>	<b>75.863.978</b>	<b>869.776.613</b>	<b>74.897.642</b>	<b>1.300.782.193</b>

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011

			Reservas							
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 21)	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2011										
Saldo em 31 de dezembro de 2010	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	15.030.834	551.381	(3.849.290)	788.244.305	135.403.787	1.274.864.126
Aplicação do resultado líquido de 2010										
Transferencia para reserva legal e outras reservas	-	-	-	6.770.189	-	-	128.633.598	135.403.787	(135.403.787)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(17.859.403)	(17.859.403)	-	(17.859.403)
Rendimento integral do período findo em 30 de junho de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(324.794)	(324.794)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	3.659.603	-	-	(3.659.603)	(186.538)	1.775.360	(2.070.781)	-	1.588.822
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	-	202.923	-	202.923	-	202.923
Aquisição de ações próprias	-	(2.223.287)	-	-	2.223.287	-	(2.223.287)	-	-	(2.223.287)
<b>Saldo em 30 de junho 2011</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(13.594.518)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>7.991.192</b>	<b>13.594.518</b>	<b>567.766</b>	<b>106.476.978</b>	<b>903.920.831</b>	<b>(324.794)</b>	<b>1.256.248.387</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012 e 2011.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011

	junho 2012		junho 2011	
Atividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(1.561.257)		(1.783.127)	
Fluxo gerado pelas operações	(1.561.257)		(1.783.127)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.317.852)		1.017.540	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	5.583.322		2.641.211	
Fluxo das atividades operacionais (1)	2.704.213	2.704.213	1.875.625	1.875.625
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	21.688.811		17.840.000	
Juros e proveitos similares	4.120.481		3.563.712	
Empréstimos concedidos	-		161.541.000	
Dividendos recebidos	78.877.861	104.687.153	-	182.944.712
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(21.738.810)		(175.550.291)	
Ativos fixos tangíveis	(2.446)		(1.968)	
Empréstimos concedidos	(20.793.000)	(42.534.256)	(146.370.000)	(321.922.259)
Fluxos das atividades de investimento (2)		62.152.897		(138.977.547)
Atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	5.000.000	5.000.000	111.699.000	111.699.000
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(7.699.014)		(5.007.090)	
Aquisição de ações próprias	(2.175.315)		(2.223.287)	
Empréstimos obtidos	(17.298.000)		(5.515.000)	
Dividendos pagos	(25.172.240)	(52.344.569)	(17.859.403)	(30.604.779)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(47.344.569)		81.094.221
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		17.512.541		(56.007.700)
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		61.289.703		75.631.256
Caixa e seus equivalentes no final do período		78.802.244		19.623.556

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011

	2012	2011
<b>1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais</b>		
a) Outras atividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias na Be Artis	14.943.304	-
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	3.501.772	-
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	3.243.735	17.840.000
	<b>21.688.811</b>	<b>17.840.000</b>
b) Outras atividades empresariais		
Cobertura prejuízos Be Artis	14.943.304	-
Cobertura prejuízos PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	3.501.772	-
Cobertura prejuízos Público - Comunicação Social, S.A.	3.243.735	-
Constituição da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	50.000	-
Prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	12.990.000
Pagamento da Aquisição da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	8.860.291
Pagamento da Aquisição do Público - Comunicação Social, S.A.	-	20.000.000
Pagamento da Aquisição da Optimus - Comunicações S.A.	-	133.700.000
	<b>21.738.811</b>	<b>175.550.291</b>
c) Dividendos recebidos		
Optimus - Comunicações, S.A.	46.726.962	-
Sonaecom Telecom, SGPS, S.A.	17.434.926	-
Sonaecom Com Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	14.132.500	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	583.473	-
	<b>78.877.861</b>	<b>-</b>
<b>2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes</b>		
Numerário	10.579	10.519
Depósitos à ordem	71.665	80.816
Aplicações de Tesouraria	78.720.000	21.645.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	(2.112.779)
Caixa e seus equivalentes	<b>78.802.244</b>	<b>19.623.556</b>
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	2.112.779
Disponibilidades constantes do balanço	<b>78.802.244</b>	<b>21.736.335</b>
<b>3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias</b>		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	106.219.030	43.787.221
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## 12.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objeto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos

acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

### 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

Até à data não existem normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e que tivessem aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e que fossem adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de junho de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o “método do corredor”, melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa no período findo em 30 de Junho de 2012, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-jul-11
As emendas relativas à isenção para hiperinflação severa e remoção das taxas fixas:1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e <u>propõem a permissão da aplicação prospectiva da IAS 20.</u>	
IFRS 7 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros: Divulgações)	1-jan-13
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato.	
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros e alterações posteriores)	1-jan-15
Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece <u>orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.</u>	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	1-jan-13
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	

Nome a/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12) As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	1-jan-13
IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes) Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	1-jan-12
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-jan-13
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-jan-13
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros) A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14
IFRIC 20 - Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície) A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	1-jan-13

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 30 de junho de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

## Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5-8
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	3

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica “Investimentos em empresas do grupo”, ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica “Outros ativos não correntes” são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Outros custos financeiros” da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’, ‘Empréstimos e contas a receber’, ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ e ‘Investimentos disponíveis para venda’. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

**(i) ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’**

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: ‘ativos financeiros detidos para negociação’ e ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza

significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

**(ii) ‘Empréstimos e contas a receber’**

‘Empréstimos e contas a receber’ são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de ‘Clientes’ e ‘Outras dívidas de terceiros’.

**(iii) ‘Investimentos detidos até ao vencimento’**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

**(iv) ‘Investimentos disponíveis para venda’**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

#### e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD") estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

#### f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

#### g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os

pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

#### h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo “custo amortizado”. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

#### i) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

#### j) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pela Empresa respeitam a:

(i) *swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”.

(ii) *forward's* cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

Em 30 de junho de 2012, a Empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.s).

#### k) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### l) Imposto sobre o rendimento

O ‘Imposto sobre o rendimento do exercício’ inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- ‘Impostos sobre o Rendimento’.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

#### m) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros ativos não correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em ‘Outros passivos correntes’ e ‘Outros passivos não correntes’, sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.k)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas ‘Outros custos financeiros’ e ‘Outros proveitos financeiros’.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

#### n) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

#### o) Reservas

##### Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da ‘reserva legal’ até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a ‘reserva legal’, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2- ‘Pagamentos com Base em ações’, a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de ‘Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo’, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

##### Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 1. j)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

##### Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 30 de junho de 2012, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 147 milhões de euros.

#### p) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

#### q) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2012		2011	
	30 Junho	Média	30 Junho	Média
Libra inglesa	1,23946	1,21623	1,10797	1,15234
Franco Suíço	0,83126	0,83003	0,82843	0,78834
Coroa Sueca	0,11399	0,11259	0,10900	0,11189
Dólar americano	0,79428	0,77154	0,69190	0,71337

#### r) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

#### s) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registrada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registrada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 30 de junho de 2012, dois planos de ações Sonaecom em aberto estavam totalmente cobertos através da detenção de ações próprias. Para o plano 2011, a Empresa irá efetuar um contrato de cobertura, com uma entidade externa, para fixar o preço para a aquisição das referidas ações. O impacto associado aos planos de ações dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', para os Planos 2009 e 2010 e 'Outros passivos não correntes', para o Plano 2011. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a Empresa efetuou, para dois planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade com o plano não coberto está registrada com base no justo valor das ações à data de balanço e para os planos cobertos, a responsabilidade encontra-se registrada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

#### t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos

nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

#### v) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.)).

#### Risco de mercado

##### a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos

concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

#### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade.

O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para

taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – ‘Instrumentos Financeiros’), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma

liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo:

(i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating

previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 12.

#### Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

## 2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

						2012
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo em 31 dezembro 2011	721.165	46.325	171	333.757	104	1.101.522
Adições	-	360	-	-	-	360
Saldo final em 30 junho 2012	721.165	46.685	171	333.757	104	1.101.882
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 dezembro 2011	444.736	33.182	171	262.282	104	740.475
Amortizações do período	20.722	3.657	-	9.112	-	33.491
Saldo final em 30 junho 2012	465.458	36.839	171	271.394	104	773.966
Valor líquido	255.707	9.846	-	62.363	-	327.916

						2011
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo em 31 dezembro 2010	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Alienações	-	-	-	-	(515)	(515)
Saldo final em 30 junho 2011	721.165	46.325	171	332.060	104	1.099.825
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 dezembro 2010	403.292	25.891	171	241.851	318	671.522
Amortizações do período	20.722	3.648	-	10.756	54	35.179
Alienações	-	-	-	-	(268)	(268)
Saldo final em 30 junho 2011	424.014	29.539	171	252.607	104	706.433
Valor líquido	297.151	16.786	-	79.453	-	393.392

### 3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2012
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Saldo final em 30 junho 2012	9.719	183.623	-	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011	8.316	182.741	-	191.057
Amortizações do período	512	242	-	754
Saldo final em 30 junho 2012	8.828	182.983	-	191.811
Valor líquido	891	640	-	1.531

				2011
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2010	9.719	183.247	376	193.342
Adições	-	376	(376)	-
Saldo final em 30 junho 2011	9.719	183.623	-	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2010	7.281	177.585	-	184.866
Amortizações do período	523	2.558	-	3.081
Saldo final em 30 junho 2011	7.804	180.143	-	187.947
Valor líquido	1.915	3.480	-	5.395

## 4. Classes de instrumentos financeiros

A 30 de junho de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

				2012
	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>				
Outros ativos não correntes (Nota 6)	108.948.228	108.948.228	-	108.948.228
	108.948.228	108.948.228	-	108.948.228
<b>Ativos correntes</b>				
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	472.760.773	472.760.773	762.937	473.523.710
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	78.802.244	78.802.244	-	78.802.244
	551.563.017	551.563.017	762.937	552.325.954

				2011
	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>				
Outros ativos não correntes (Nota 6)	587.249.652	587.249.652	-	587.249.652
	587.249.652	587.249.652	-	587.249.652
<b>Ativos correntes</b>				
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	13.478.732	13.478.732	2.105.601	15.584.333
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	21.736.335	21.736.335	-	21.736.335
	35.215.067	35.215.067	2.105.601	37.320.668

					2012
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	139.814.887	-	139.814.887	-	139.814.887
	139.814.887	-	139.814.887	-	139.814.887
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	304.673.797	-	304.673.797	-	304.673.797
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	356.610	356.610	151.461	508.071
	304.673.797	356.610	305.030.407	151.461	305.181.868

					2011
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	369.529.212	-	369.529.212	-	369.529.212
	369.529.212	-	369.529.212	-	369.529.212
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	96.562.006	-	96.562.006	-	96.562.006
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	1.571.080	1.571.080	2.548.473	4.119.553
	96.562.006	1.571.080	98.133.086	2.548.473	100.681.559

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/ passivos correntes e passivos não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

## 5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2012	2011
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	898.576.231	898.576.231
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	107.289.987	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	75.009.902
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	25.020.000
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	3.738.230	1.000.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	3.551.771	50.000
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ("Sonaecom SP")	50.000	-
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	-	8.230.885
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	-	6.120.239
	<b>1.170.045.808</b>	<b>1.178.106.931</b>
Perdas de imparidade (Nota 13)	(86.516.232)	(77.409.902)
<b>Total de investimentos em empresas do Grupo</b>	<b>1.083.529.576</b>	<b>1.100.697.029</b>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, foram como segue:

Empresa	Saldo 31 dezembro 2011	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 30 junho 2012
Optimus	898.576.231	-	-	-	898.576.231
Sonae Telecom	107.289.987	-	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	494.495	3.243.735	-	-	3.738.230
PCJ	50.000	3.501.771	-	-	3.551.771
Sonaecom SP	-	50.000	-	-	50.000
Be Artis	8.230.885	14.943.304	(23.174.189)	-	-
Sontária	6.120.239	-	(6.120.239)	-	-
	<b>1.163.250.302</b>	<b>6.795.506</b>	-	-	<b>1.170.045.808</b>
Imparidades (Nota 13)	(80.122.497)	-	-	(6.393.735)	(86.516.232)
	<b>1.083.127.805</b>	<b>6.795.506</b>	-	<b>(6.393.735)</b>	<b>1.083.529.576</b>

Empresa	Saldo 31 dezembro 2010	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 30 junho 2011
Optimus	764.876.231	133.700.000	-	-	898.576.231
Sonae Telecom	107.289.987	-	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Be Artis	8.230.885	-	-	-	8.230.885
Sontária	6.120.239	-	-	-	6.120.239
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	-	1.000.000	-	-	1.000.000
PCJ	50.000	-	-	-	50.000
	<b>1.043.406.931</b>	<b>134.700.000</b>	-	-	<b>1.178.106.931</b>
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	(916.000)	-	(29.884.000)	(77.409.902)
	<b>996.797.029</b>	<b>134.700.000</b>	-	-	<b>1.100.697.029</b>

No período findo em 30 de junho de 2012, a Sonaecom procedeu à alienação da totalidade do capital social das subsidiárias Be Artis e Sontária à Sonae Telecom, empresa totalmente detida pela Sonaecom. As participações foram alienadas pelo valor de 456 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente, incluindo partes de capital, empréstimos e prestações acessórias (Nota 6), tendo sido gerada uma menos valia de cerca de 360 mil euros (Nota 16).

Os valores de 14.943.304 euros, 3.243.735 euros e 3.501.771 euros de aumentos na Be Artis, Público e PCJ, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

O valor de 50.000 euros de aumentos na Sonaecom SP corresponde à constituição da empresa Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A., na qual a Sonaecom detém uma participação de 100%.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 6.393.735 Euros da rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 6).

No período findo em 30 de junho de 2011, o valor de 133.700.000 euros de aumentos na Optimus corresponde à aquisição de 10,60% do capital social desta subsidiária à Sonaecom BV, tendo passado a empresa a deter 64,14% da Optimus.

O montante de 1.000.000 euros corresponde à aquisição, no período findo em 30 de junho de 2011, da totalidade do capital social do Público – Comunicação Social, S.A. à Sonaetelecom BV.

A variação de perdas de imparidade acumuladas, no período findo em 30 de junho de 2011, resulta do reforço efetuado no montante de 916.000 euros e da transferência no montante de 29.884.000 euros da rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 6).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2012, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.925.483.993 euros, um passivo consolidado de 878.597.331 euros, proveitos operacionais consolidados de 411.910.236 euros e capitais próprios consolidados de 1.046.886.662 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o período findo em 30 de junho de 2012 de 38.134.433 euros.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas diretamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Sede	2012			2011		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Optimus	Maia	64,14%	482.397.253	31.095.732	64,14%	468.231.325	19.029.453
Sonae Telecom	Maia	100%	173.948.332	26.146.571	100%	165.246.529	(5.505)
Sonae com SI	Maia	100%	61.577.023	35.714.336	100%	39.920.232	369.649
Miauger	Maia	100%	(3.170)	(30.536)	100%	962.755	(297.283)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.609.325	(3.302)	100%	1.665.924	1.421.483
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	14.530.894	(133.027)	100%	14.448.923	952.675
PCJ	Maia	100%	9.825.942	287.714	100%	13.251.168	211.168
Público	Porto	100%	(1.335.618)	(1.717.388)	100%	207.991	(1.573.514)
Sonaecom SP (a)	Maia	100%	49.968	(32)	-	-	-
Sontária (b)	Maia	-	-	-	100%	836.436	202.634
Be Artis (b)	Maia	-	-	-	100%	155.783.371	(11.478.277)

(a) Empresa constituída em janeiro de 2012.

(b) Empresas alienadas em junho de 2012.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, a Sonaecom detinha indiretamente, através da Sonae Telecom SGPS, S.A., uma participação adicional na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86%, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para

períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,50%
Multimédia	10,00%
Sistemas de informação	11,50%

## 6. Outros ativos não correntes

Em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Sonae com SI	25.490.000	17.850.000
Optimus	22.850.000	-
Sonaecom BV	11.604.000	23.618.000
PCJ	4.865.000	5.000.000
Be Artis	-	317.090.000
Sonaetelecom BV	-	5.000.000
Sontária	-	2.676.637
Lugares Virtuais	-	1.170.000
	64.809.000	372.404.637
Prestações acessórias:		
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	38.630.000
PCJ	9.488.228	12.990.000
Miauger	1.105.000	800.000
Público	321.770	1.160.000
Be Artis	-	165.889.115
	49.544.998	219.469.115
	114.353.998	591.873.752
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(5.405.770)	(4.624.100)
	108.948.228	587.249.652

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' foram os seguintes:

				2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae com SI	19.700.000	5.790.000	-	25.490.000
Optimus	-	22.850.000	-	22.850.000
Sonaecom BV	21.785.000	-	(10.181.000)	11.604.000
PCJ	5.160.000	-	(295.000)	4.865.000
Be Artis	179.734.000	2.245.000	(181.979.000)	-
Sontária	2.676.637	584.000	(3.260.637)	-
Sonaetelecom BV	200.000	-	(200.000)	-
	229.255.637	31.469.000	(195.915.637)	64.809.000

				2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Be Artis	175.720.000	141.370.000	-	317.090.000
Sonaecom BV	168.158.000	-	(144.540.000)	23.618.000
Sonae com SI	21.190.000	-	(3.340.000)	17.850.000
Sonaetelecom BV	18.141.000	-	(13.141.000)	5.000.000
PCJ	-	5.000.000	-	5.000.000
Sontária	2.676.637	-	-	2.676.637
Lugares Virtuais	1.170.000	-	-	1.170.000
Wedo Consulting	520.000	-	(520.000)	-
	387.575.637	146.370.000	(161.541.000)	372.404.637

Durante os períodos findos em junho de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

				2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	-	-	38.630.000
PCJ	12.990.000	-	(3.501.772)	9.488.228
Miauger	1.105.000	-	-	1.105.000
Público	3.565.505	-	(3.243.735)	321.770
Be Artis	265.889.115	-	(265.889.115)	-
	322.179.620	-	(272.634.622)	49.544.998

				2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Be Artis	165.889.115	-	-	165.889.115
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	-	-	38.630.000
PCJ	-	12.990.000	-	12.990.000
Público	-	19.000.000	(17.840.000)	1.160.000
Miauger	800.000	-	-	800.000
	205.319.115	31.990.000	(17.840.000)	219.469.115

As diminuições de Empréstimos na Be Artis e na Sontária, no valor de 182 milhões de euros e de 3,3 milhões de euros, devem-se à alienação destas sociedades à Sonae Telecom, conforme descrito na Nota 5, incluindo ainda 251 milhões de Prestações acessórias na Be Artis. Para além deste movimento, a diminuição de Prestações acessórias da Be Artis, no montante de 266 milhões de euros, inclui a devolução de 14 milhões de euros à Sonaecom.

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 4,57% e 3,99%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Durante os períodos findos em junho de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Perdas de imparidade acumuladas' foram os seguintes:

				2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(8.555.505)	(3.244.000)	6.393.735	(5.405.770)

				2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(32.188.100)	(2.320.000)	29.884.000	(4.624.100)

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 6.393.735 euros para a rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), compensado parcialmente pelo reforço efetuado durante o período no montante de 3.244.000 euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

## 7. Impostos diferidos

Em 30 de junho de 2012, os valores de impostos diferidos não registrados por atualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Provisões e perdas por imparidade não aceites e outros	Total	Ativos por impostos diferidos
2001	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	16.869.788	(149.858)	16.719.930	4.177.735
2007	54.563.604	(537.036)	54.026.568	13.498.586
2008	-	9.893.940	9.893.940	2.621.894
2009	-	9.903.475	9.903.475	2.624.421
2010	-	8.225.377	8.225.377	2.179.725
2011	-	10.005.009	10.005.009	2.651.327
2012	-	3.244.000	3.244.000	859.660
	71.433.392	93.263.589	164.696.981	42.573.199

Em 30 junho de 2012, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registrado nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é como se segue:

	2012	2011
Resultado antes de imposto	74.873.841	1.544.964
Imposto 25%	(18.718.460)	(386.241)
Correção do imposto do exercício anterior	31.402	(334.972)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente	(868.821)	(1.122.969)
Tributação autónoma, Derrama e Outros	(7.601)	(25.576)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	19.587.281	-
Impostos registrados no período	23.801	(1.869.758)

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2012 são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos (Nota 16), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012.

## 8. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Outros devedores	472.776.257	13.480.662
Estado e outros entes públicos	762.937	2.105.601
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	(15.484)	(1.930)
	<u>473.523.710</u>	<u>15.584.333</u>

Em 30 de junho de 2012, a rubrica 'Outros Devedores' incluía saldos a receber da Sonae Telecom, SGPS, S.A., relativos à venda da totalidade do capital social da Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. e da Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. (Nota 5), no valor de 465 milhões de euros. Esta rubrica incluía ainda, em 30 de junho de 2012 e 2011, saldos a receber de diversas empresas do Grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Nota 18).

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 30 de junho de 2012 e 2011, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento.

## 9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	10.579	10.519
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	71.665	80.816
Aplicações de tesouraria	78.720.000	21.645.000
	<u>78.802.244</u>	<u>21.736.335</u>
Descobertos bancários (Nota 12)	-	(2.112.779)
	<u>78.802.244</u>	<u>19.623.556</u>

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2012	2011
Aplicações bancárias	17.295.000	15.000.000
Optimus	31.704.000	-
Be Artis	19.820.000	-
Wedo	3.846.000	5.925.000
Público	3.329.000	-
Be Towering	1.340.000	-
Lugares Virtuais	650.000	130.000
Mainroad	546.000	-
Sonaecom SI	110.000	-
PCJ	40.000	590.000
Sontária	40.000	-
	<u>78.720.000</u>	<u>21.645.000</u>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de junho de 2012, venceram juros a uma taxa média de 4,27% (3,88% em 2011).

## 10. Capital social

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	76.104.586	20,78%	76.737.177	20,95%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias	6.897.791	1,88%	9.045.200	2,47%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	650.000	0,18%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## 11. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 325.098 ações próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, a Sonaecom alienou às suas subsidiárias um total de 3.477.010 ações, ao preço médio de 1,171 euros, no âmbito do Plano de Incentivos de Médio Prazo de cada uma das empresas, e concedeu um empréstimo, em ações, a algumas subsidiárias, correspondente a 1.026.126 ações, tendo como referência um preço de 1,91 euros.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, a Empresa adquiriu ainda 1.782.100 novas ações (a um preço médio de 1,221 euros), e recebeu das subsidiárias no âmbito do empréstimo referido acima 898.725 ações, detendo no final do período 6.897.791 ações próprias, representativas de 1,88% do seu capital social, a um preço médio de 1,470 euros.

## 12. Empréstimos

Em 30 de junho de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2012	2011
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	-
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(2.223.289)	(1.545.828)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	2.038.176	886.154
				139.814.887	219.340.326
Papel comercial	150.000.000	jul-12	-	-	149.950.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	238.886
				-	150.188.886
				139.814.887	369.529.212

## b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2012	2011
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	-
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	30.000.000	-
				180.000.000	-
Papel comercial	150.000.000	jul-12	-	123.000.000	-
Papel comercial	15.000.000	jun-12	-	-	12.000.000
Papel comercial	10.000.000	nov-11	-	-	10.000.000
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	40.310	35.048
				123.040.310	22.035.048
Aplicações de tesouraria	-	-	-	1.633.487	66.264.179
Contas caucionadas – CGD	-	-	-	-	6.150.000
Descobertos Bancários	-	-	-	-	2.112.779
				304.673.797	96.562.006

### Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 3,37% (2,51%, em 2011).

### Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três outros Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
30 milhões de euros	maio de 2012	Caixa Geral de Depósitos	31-jul-2015
15 milhões de euros	junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável
10 milhões de euros *	novembro de 2010	Banco Popular	1 ano, eventualmente renovável
5 milhões de euros	abril de 2010	Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável

\* Pode também ser utilizado sob a forma de descoberto autorizado.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 30 de junho de 2012, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Sonae Telecom, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do Grupo e dos Ativos Consolidados do Grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de junho de 2012, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

### Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2012	2011
Sonaetelecom BV	1.551.790	6.689.305
Saphety	27.136	130.757
Sonae Telecom	20.244	68
Digitmarket	19.475	4.561.176
Optimus	11.176	30.521.134
Mainroad	2.317	1.695.714
Miauger	777	974.661
Sonaecom SP	396	-
Wedo Consulting	176	30
Be Towering	-	12.335.286
Be Artis	-	8.663.548
Público	-	350.933
Sontária	-	250.858
Sonae com SI	-	90.351
Lugares Virtuais	-	358
	1.633.487	66.264.179

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,68% e 0,97%, respetivamente.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5
<b>2012</b>					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	140.000.000	-	-
Juros	5.625.000	5.625.000	4.094.162	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	5.625.000	5.625.000	144.094.162	-	-
<b>2011</b>					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	180.000.000	-	40.000.000	-
Juros	6.322.700	5.821.422	1.402.400	1.029.707	-
Papel comercial					
Amortização	-	149.950.000	-	-	-
Juros	2.344.000	199.079	-	-	-
	8.666.700	335.970.501	1.402.400	41.029.707	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no período findo em 30 de junho de 2011.

À data de 30 de junho de 2012 e 2011, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2012					
Papel comercial	150.000.000	123.000.000	27.000.000	x	
Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000		x
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Papel comercial	5.000.000	-	5.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	<b>549.000.000</b>	<b>443.000.000</b>	<b>106.000.000</b>		
2011					
Papel comercial	150.000.000	149.950.000	50.000		x
Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	12.000.000	3.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	10.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas caucionadas	16.500.000	6.150.000	10.350.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	2.112.779	387.221	x	
	<b>444.000.000</b>	<b>400.212.779</b>	<b>43.787.221</b>		

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

### 13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Utilizações	Saldo Final
<b>2012</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	15.387	-	(1.833)	15.484
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	80.122.497	-	6.393.735	-	86.516.232
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 16)	8.555.505	3.244.000	(6.393.735)	-	5.405.770
Provisões para outros riscos e encargos	68.654	2.280	-	-	70.934
	<u>88.748.586</u>	<u>3.261.667</u>	<u>-</u>	<u>(1.833)</u>	<u>92.008.420</u>
<b>2011</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	46.609.902	916.000	29.884.000	-	77.409.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 16)	32.188.100	2.320.000	(29.884.000)	-	4.624.100
Provisões para outros riscos e encargos	56.487	12.167	-	-	68.654
	<u>78.856.419</u>	<u>3.248.167</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>82.104.586</u>

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas de imparidade” da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica “Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo” (Nota 16).

Em 30 de junho de 2012 e 2011, o reforço das ‘Provisões para outros riscos e encargos’, inclui o montante de 2.280 euros e 12.167 euros, respetivamente, registado, na demonstração de resultados, em ‘Imposto sobre o rendimento do exercício’, atendendo à natureza da mesma (Nota 17).

### 14. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Outros credores	356.610	1.571.080
Estado e outros entes públicos	151.461	2.548.473
	<u>508.071</u>	<u>4.119.553</u>

### 15. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de junho de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Trabalhos especializados	834.631	898.626
Deslocações e estadas	46.091	44.607
Rendas e alugueres	44.939	44.747
Honorários	224	66.422
Outros fornecimentos e serviços externos	71.641	78.536
	<u>997.526</u>	<u>1.132.938</u>

## 16. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	2012	2011
<b>Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo</b>		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 13)	(3.607.149)	(3.236.000)
Ganhos relativos a empresas do Grupo	78.877.861	-
	75.270.712	(3.236.000)
<b>Outros custos financeiros</b>		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(1.370.007)	(1.683.177)
Outros empréstimos	(5.617.133)	(3.207.523)
Descobertos bancários e outros	(48.478)	(99)
	(7.035.618)	(4.890.799)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.465)	(212)
Outros custos financeiros	(154.147)	(159.659)
	(155.612)	(159.871)
	(7.191.230)	(5.050.670)
<b>Outros proveitos financeiros</b>		
Juros obtidos	7.143.693	10.326.274
Diferenças de câmbio favoráveis	-	2
	7.143.693	10.326.276

Em 30 de Junho de 2012, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o valor de 363.149 euros relativo à menos-valia com a venda, à Sonae Telecom, da totalidade do capital social da Be Artis (Nota 5) e o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Nota 13), no valor de 3.244.000 euros.

Os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (46.726.961 euros), Sonae Telecom (17.434.926 euros), Sonae com SI (14.132.501 euros) e Sontária (583.473 euros).

## 17. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011
Imposto corrente	26.081	(1.857.591)
Provisão para impostos (Nota 13)	(2.280)	(12.167)
Saldo final	23.801	(1.869.758)

## 18. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Saldos a 30 de junho de 2012				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros ativos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	296.257	114.862	31.704.000	275.012	22.838.824
Artis	166.855	2.771	19.820.000	890.648	-
Sonae com SI	228.744	-	110.000	96.111	25.490.000
Sonaecom BV	684.057	-	-	60.110	11.604.000
Sonae Telecom SGPS	465.111.194	-	-	-	(20.244)
Be Towering	(592.997)	-	1.340.000	65.390	-
Público	(1.120.101)	-	3.329.000	30.338	-
Wedo	7.641.558	-	3.846.000	39.624	(176)
PCJ	163.559	-	40.000	18.385	4.865.000
Sonaetelecom BV	1.715	63.678	-	-	(1.551.790)
Outros	31.285	143.082	1.236.000	(43.238)	(50.101)
	472.612.126	324.393	61.425.000	1.432.380	63.175.513

	Saldos a 30 de junho de 2011				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros ativos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	377.682	133.188	-	348.824	(30.521.134)
Be Artis	3.548.047	1.709.735	-	1.116.968	308.426.452
Sonae com SI	262.957	137.509	-	42.507	17.759.649
Sonaecom BV	8.656.039	-	-	101.554	23.618.000
Sonae Telecom SGPS	-	18.665	-	-	(68)
Be Towering	9.181	-	-	-	(12.335.286)
Público	86.984	-	-	9.716	(350.932)
Wedo	95.233	(862.634)	5.925.000	63.803	(30)
PCJ	42.929	-	590.000	48.428	5.000.000
Sonaetelecom BV	105.050	-	-	17.596	(1.689.305)
Outros	202.180	446.056	130.000	179.503	(3.766.887)
	13.386.281	1.582.518	6.645.000	1.928.898	306.140.459

	Transações a 30 de junho de 2012			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	1.653.557	497.681	305.875	-
Be Artis	-	10.352	4.883.501	-
Be Towering	-	(25.331)	135.999	-
Wedo	77.430	-	47.749	-
Sonaecom BV	-	-	647.083	-
Outros	195.871	234.879	809.596	-
	1.926.858	717.581	6.829.802	-

				Transações a 30 de junho de 2011
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	1.729.866	594.201	1.438	87.359
Be Artis	-	(3.460)	6.421.166	(41)
Be Towering	-	(28.832)	(26.368)	-
Wedo	77.425	-	70.001	-
Sonaecom BV	-	-	2.708.401	-
Outros	185.368	128.173	691.406	-
	1.992.659	690.082	9.866.044	87.318

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

No período findo em 30 de junho de 2012, procedeu-se, para além destas operações, à alienação da totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Sonae Telecom SGPS (Nota 5).

## 19. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de junho de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2012	2011
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	7.360.875	7.360.875
Direção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
		8.115.243	8.115.243

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 30 de junho de 2012 e 2011, é convicção do Conselho de Administração da Empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

## 20. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (74.897.642 euros em 2012 e 324.794 euros negativos em 2011) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 deduzidas das ações próprias (359.087.890 euros em 2012 e 357.124.479 euros em 2011).

## 21. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		30 junho 2012	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2008	1,117	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	4	247.423
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	3	257.457
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	3	281.327
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2008	0,526	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	4	342.242
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	3	282.926
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	3	561.619

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Saldo a 31 dezembro 2011:</b>				
Ainda diferidas	11	799.220	11	981.095
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>799.220</b>	<b>11</b>	<b>981.095</b>
<b>Movimentos no ano:</b>				
Atribuídas	3	264.188	3	516.837
Vencidas	(4)	(325.098)	(4)	(405.776)
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	47.897	-	94.631
<b>Saldo a 30 junho 2012:</b>				
Ainda diferidas	10	786.207	10	1.186.787
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>786.207</b>	<b>10</b>	<b>1.186.787</b>

\* As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2009 e 2010 de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano 2011, a Empresa irá celebrar um contrato de cobertura com uma entidade externa, sendo a responsabilidade calculada com base no preço estimado a fixar no contrato. A responsabilidade dos planos 2009 e 2010 foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo" e a responsabilidade do plano 2011 foi registada em "Outros passivos não correntes". Para os planos de ações Sonae SGPS, com exceção de um dos planos, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de junho de 2012 são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	5.285.497
Custos reconhecidos no período	365.618
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(4.062.646)
Custos de planos exercidos no período	(771.223)
	<hr/>
	817.246
Registados em Outros passivos correntes	224.397
Registados em Outros passivos não correntes	100.713
Registados em Reservas	492.136

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de julho de 2012.

## Anexo

A 30 de junho de 2012, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaetelecom BV
Cape Technologies Limited	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Connectiv Solutions, Inc.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	SSI Angola, S.A.
Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Lugares Virtuais, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo Technologies Americas, Inc.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Technologies Egypt LLC
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies BV
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Sonae com – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.	WeDo Technologies Chile SpA.
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	We Do Technologies Panamá S.A.
Sonaecom BV	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

<p>3DO Holding GmbH  3DO Shopping Centre GmbH  <b>3shoppings - Holding</b>,SGPS, S.A.  8ª Avenida Centro Comercial, SA  ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda  ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda  ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda  Adlands B.V.  Agean Park, S.A.  Agepan Eiweiler Management GmbH  Agepan Flooring Products, S.A.RL  Agloma Investimentos, Sgps, S.A.  Agloma-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.  Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA  <b>Airone - Shopping Center</b>, Srl  ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA  ALEXA Administration GmbH  ALEXA Asset GmbH &amp; Co KG  ALEXA Holding GmbH  ALEXA Shopping Centre GmbH  <b>Algarveshopping - Centro Comercial</b>, S.A.  <b>Alpêssego - Soc. Agrícola</b>, S.A.  <b>Andar - Sociedade Imobiliária</b>, S.A.  Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda  Arat inmebles, S.A.  ARP Alverca Retail Park,SA  <b>Arrábidasshopping - Centro Comercial</b>, S.A.  Aserraderos de Cuellar, S.A.  Atlantic Ferries - Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.  Avenida M - 40 B.V.</p>	<p>Avenida M - 40, S.A.  Azulino Imobiliária, S.A.  BA Business Angels, SGPS, SA  BA Capital, SGPS, SA  BB Food Service, S.A.  Beralands BV  <b>Bertimóvel - Sociedade Imobiliária</b>, S.A.  BHW Beeskow Holzwerkstoffe  <b>Bloco Q - Sociedade Imobiliária</b>, S.A.  <b>Bloco W - Sociedade Imobiliária</b>, S.A.  Boavista Shopping Centre BV  <b>BOM MOMENTO - Comércio Retalhista</b>, SA  <b>Canasta - Empreendimentos Imobiliários</b>, S.A.  <b>Carnes do Continente - Ind.Distr.Carnes</b>, S.A.  Casa Agrícola de Ambrães, S.A.  <b>Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo</b>, S.A.  <b>Cascaishopping - Centro Comercial</b>, S.A.  Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.  CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA  <b>Centro Colombo - Centro Comercial</b>, S.A.  Centro Residencial da Maia,Urbán., S.A.  <b>Centro Vasco da Gama - Centro Comercial</b>, S.A.  Change, SGPS, S.A.  <b>Chão Verde - Soc.Gestora Imobiliária</b>, S.A.  Cinclus Imobiliária, S.A.  <b>Citorres - Sociedade Imobiliária</b>, S.A.  <b>Coimbrashopping - Centro Comercial</b>, S.A.  Colombo Towers Holding, BV  Contacto Concessões, SGPS, S.A.  <b>Contibomba - Comérc.Distr.Combustiveis</b>, S.A.</p>
--	--

<p> <b>Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.</b>  Continente Hipermercados, S.A.  Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.  Cooper Gay Swett &amp; Crawford Lt  Craiova Mall BV  <b>Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.</b>  <b>Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  Darbo S.A.S  Deutsche Industrieholz GmbH  Discovery Sports, SA  Dortmund Tower GmbH  <b>Dos Mares – Shopping Centre B.V.</b>  <b>Dos Mares – Shopping Centre, S.A.</b>  <b>Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.</b>  Ecociclo II  Edições Book.it, S.A.  Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.  Efanor Investimentos, SGPS, S.A.  Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.  El Rosal Shopping, S.A.  Emfísico Boavista  Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.  Equador &amp; Mendes, Lda  <b>Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Estação Viana – Centro Comercial, S.A.</b>  <b>Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.</b>  <b>Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.</b>  Farmácia Selecção, S.A.  Fashion Division Canárias, SL  Fashion Division, S.A.  <b>Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.</b>  Frieengineering International Ltda  Fundo de Invest. Imobiliário Imosede  Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center  Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro  <b>Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.</b>  <b>Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.</b>  GHP GmbH  Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl  Glunz AG  Glunz Service GmbH </p>	<p> Glunz UK Holdings Ltd  Glunz Uka GmbH  GMET, ACE  <b>Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.</b>  <b>Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.</b>  Harvey Dos Iberica, S.L.  Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda  HighDome PCC Limited  Iberian Assets, S.A.  <b>Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.</b>  Imobiliária da Cacela, S.A.  <b>Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.</b>  <b>Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.</b>  <b>Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.</b>  <b>Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.</b>  <b>Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.</b>  <b>Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.  <b>Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.</b>  <b>Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.</b>  <b>Imosedas – Imobiliária e Seviços, S.A.</b>  <b>Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  Imosonae II  Impaper Europe GmbH &amp; Co. KG  <b>Implantação – Imobiliária, S.A.</b>  <b>Infofield – Informática, S.A.</b>  Infratroia, EM  <b>Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.</b>  Inparvi SGPS, S.A.  Integrum - Energia, SA  Integrum Colombo Energia, S.A.  <b>Interlog – SGPS, S.A.</b>  Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.  Investalentejo, SGPS, S.A.  Ioannina Development of Shopping Centres, SA  Isoroy SAS  <b>La Farga – Shopping Center, SL</b>  Laminate Park GmbH Co. KG </p>
---	--

<p>Larim Corretora de Resseguros Ltda  Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.  <b>Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.</b>  LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA  Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl  Libra Serviços, Lda.  <b>Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.</b>  Loop5 Shopping Centre GmbH  <b>Loureshopping – Centro Comercial, S.A.</b>  <b>Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.</b>  Luz del Tajo B.V.  <b>Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.</b>  <b>Maiashopping – Centro Comercial, S.A.</b>  <b>Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.</b>  <b>Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda</b>  Marcas MC, ZRT  Marina de Tróia S.A.  <b>Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marit, Lda</b>  <b>Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.</b>  <b>Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.</b>  MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda  MDS Assoc. Corretora de Seguros Ltda  MDS Consultores, S.A.  MDS Corretor de Seguros, S.A.  MDS Malta Holding Limited  MDS SGPS, SA  MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA  Megantic BV  Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda  <b>MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.</b>  Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda  <b>Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.</b>  <b>MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.</b>  <b>Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.</b>  Modelo Continente Hipermercados, S.A.  Modelo Continente Intenational Trade, SA  Modelo Hiper Imobiliária, S.A.  <b>Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.</b>  Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A.  <b>Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.</b>  <b>Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda</b>  <b>Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.</b>  Munster Arkaden, BV  <b>Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.</b></p>	<p><b>Norteshopping – Centro Comercial, S.A.</b>  Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV  Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld  Nova Equador P.C.O. e Eventos  <b>Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.</b>  OSB Deustchland GmbH  PantheonPlaza BV  <b>Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.</b>  Pareuro, BV  Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.  <b>Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.</b>  Parque D. Pedro 1 B.V.  Parque D. Pedro 2 B.V.  <b>Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.</b>  Parque Principado SL  Pátio Boavista Shopping Ltda.  Pátio Campinas Shopping Ltda  Pátio Goiânia Shopping Ltda  Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda  Pátio Penha Shopping Ltda.  Pátio São Bernardo Shopping Ltda  Pátio Sertório Shopping Ltda  Pátio Uberlândia Shopping Ltda  <b>Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.</b>  <b>Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.</b>  <b>PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.</b>  <b>PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda</b>  Plaza Éboli B.V.  <b>Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.</b>  Plaza Mayor Holding, SGPS, SA  Plaza Mayor Parque de Ócio BV  Plaza Mayor Parque de Ocio, SA  Plaza Mayor Shopping BV  Plaza Mayor Shopping, SA  Ploi Mall BV  Plysorol, BV  Poliface North America  <b>POLINSUR – Mediação de seguros, LDA</b>  PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA  <b>Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.</b>  <b>Praedium – Serviços, S.A.</b>  <b>Praedium II – Imobiliária, S.A.</b>  Praedium SGPS, S.A.  <b>Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.</b>  Prédios Privados Imobiliária, S.A.</p>
--	--

<p>Predisedas – Predial das Sedas, S.A.  Pridelease Investments, Ltd  Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH  Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH  Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH  Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl  Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl  Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl  Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl  Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.  Project 4, Srl  Project SC 1 BV  Project SC 2 BV  Project Sierra 2 B.V.  Project Sierra 6 BV  Project Sierra 7 BV  Project Sierra 8 BV  Project Sierra 9 BV  Project Sierra Brazil 1 B.V.  Project Sierra Charagionis 1 S.A.  Project Sierra Four, SA  Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV  Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV  Project Sierra Spain 1 B.V.  Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.  Project Sierra Spain 2 B.V.  Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.  Project Sierra Spain 3 B.V.  Project Sierra Spain 6 B.V.  Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.  Project Sierra Spain 7 B.V.  Project Sierra Three Srl  Project Sierra Two Srl  Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.  Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.  Puravida – Viagens e Turismo, S.A.  Quorum Corretora de seguros LT  Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.  RASO - Viagens e Turismo, S.A.  RASO, SGPS, S.A.  Rio Sul – Centro Comercial, S.A.  River Plaza Mall, Srl  River Plaza, BV</p>	<p>Rochester Real Estate, Limited  RSI Corretora de Seguros Ltda  S.C. Microcom Doi Srl  Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.  SC – Consultadoria, S.A.  SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.  SC Aegean B.V.  SC Assets SGPS, S.A.  SC Finance BV  SC Mediterraneum Cosmos B.V.  SC, SGPS, SA  SCS Beheer, BV  Selfrio,SGPS, S.A.  Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.  Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.  Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda  SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA  Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.  Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.  Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.  Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.  Shopping Centre Parque Principado B.V.  Shopping Penha B.V.  Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.  SIAL Participações Ltda  Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.  Sierra Berlin Holding BV  Sierra Central S.A.S  Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.  Sierra Charagionis Propert.Management S.A.  Sierra Corporate Services Holland, BV  Sierra Development Greece, S.A.  Sierra Developments Germany GmbH  Sierra Developments Holding B.V.  Sierra Developments Italy S.r.l.  Sierra Developments Romania, Srl  Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL  Sierra Developments, SGPS, S.A.  Sierra Enplanta Ltda  Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.  Sierra GP Limited  Sierra Investimentos Brasil Ltda  Sierra Investments (Holland) 1 B.V.</p>
---	--

<p>Sierra Investments (Holland) 2 B.V.  Sierra Investments Holding B.V.  Sierra Investments SGPS, S.A.  Sierra Italy Holding B.V.  Sierra Management Germany GmbH  Sierra Management Greece S.A.  Sierra Management Italy S.r.l.  Sierra Management Romania, Srl  <b>Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.</b>  Sierra Management, SGPS, S.A.  Sierra Portugal, S.A.  <b>SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.</b>  <b>SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.</b>  SISTAVAC, S.A.  <b>SKK – Central de Distr., S.A.</b>  SKK SRL  <b>SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos</b>  Sociedade de Construções do Chile, S.A.  Société de Tranchage Isoroy S.A.S.  <b>Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.</b>  <b>Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.</b>  Soconstrução BV  Sodesa, S.A.  Soflorin, BV  <b>Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.</b>  Solinca - Eventos e Catering, SA  Solinca - Health and Fitness, SA  <b>Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.</b>  <b>Solinfitness – Club Malaga, S.L.</b>  Solingen Shopping Center GmbH  <b>Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.</b>  Somit Imobiliária  SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA  Sonae Capital Brasil, Lda  Sonae Capital,SGPS, S.A.  Sonae Center II S.A.  Sonae Center Serviços, S.A.  Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.  <b>Sonae Indústria – SGPS, S.A.</b>  Sonae Industria de Revestimentos, S.A.  Sonae Indústria Manag. Serv, SA  Sonae Investimentos, SGPS, SA  Sonae Novobord (PTY) Ltd  Sonae RE, S.A.  <b>Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.</b></p>	<p>Sonae SGPS, S.A.  Sonae Sierra Brasil S.A.  Sonae Sierra Brazil B.V.  Sonae Sierra, SGPS, S.A.  Sonae Tafibra Benelux, BV  <b>Sonae Turismo – SGPS, S.A.</b>  Sonae UK, Ltd.  <b>Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos</b>  SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.  Sondis Imobiliária, S.A.  Sontel BV  Sontur BV  Sonvecap BV  Sopair, S.A.  <b>Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist</b>  Spanboard Products, Ltd  <b>SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl</b>  Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA  <b>Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.</b>  Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.  <b>Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.</b>  <b>Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.</b>  <b>Sport Zone – Turquia</b>  Sport Zone Canárias, SL  Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA  Spred, SGPS, SA  Stinnes Holz GmbH  Tableros Tradema, S.L.  Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL  Tafibra Polska Sp.z.o.o.  Tafibra South Africa  Tafibra Suisse, SA  <b>Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.</b>  Tafisa Canadá Societé en Commandite  Tafisa France, S.A.  Tafisa UK, Ltd  Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL  Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS  Tecmasa Reciclados de Andalucía, SL  Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda  Têxtil do Marco, S.A.  <b>Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.</b>  Tlantic Sistemas de Informação Ltd<sup>a</sup>  <b>Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.</b>  Tool GmbH</p>
---	---

Torre Ocidente Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A. TP – Sociedade Térmica, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.	Vistas do Freixo, SA Vuelta Omega, S.L. Weiterstadt Shopping BV World Trade Center Porto, S.A. <b>Worten – Equipamento para o Lar, S.A.</b> Worten Canárias, SL Worten España, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA.
--	---

<b>Empresas do Grupo FT</b>	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

## ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site institucional da Sonaecom  
[www.sonae.com](http://www.sonae.com)

Contactos para os media e investidores:

Isabel Borgas  
Responsável de Comunicação Institucional  
[isabel.borgas@sonae.com](mailto:isabel.borgas@sonae.com)  
Tel: +351 93 100 20 20

Carlos Alberto Silva  
Responsável pelas Relações com Investidores  
[carlos.alberto.silva@sonae.com](mailto:carlos.alberto.silva@sonae.com)  
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.  
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo “SNC.LS” e na Bloomberg através do símbolo “SNC:PL”.

Sonaecom SGPS, SA  
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º  
4460-841 Senhora da Hora  
Portugal